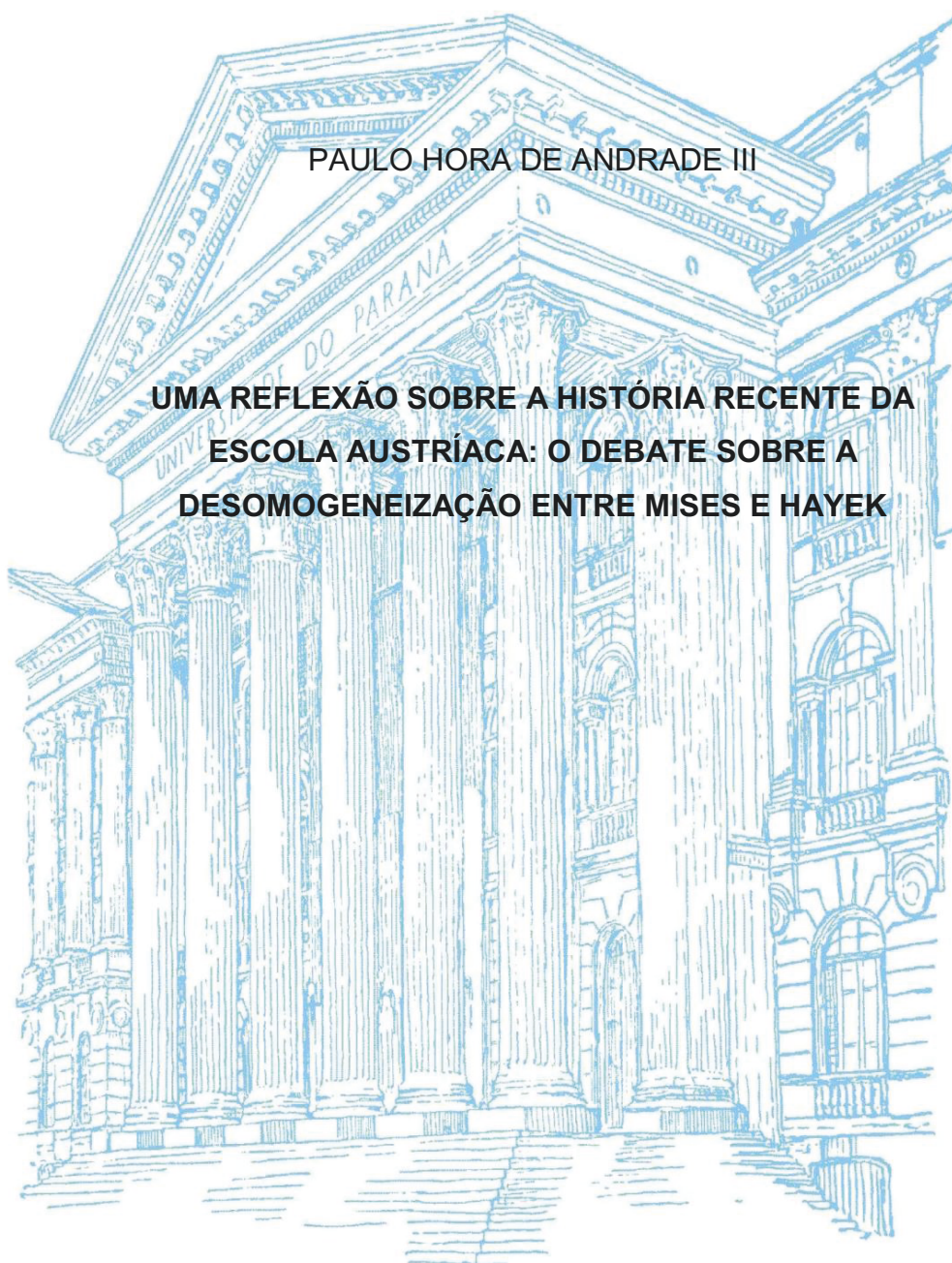


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULO HORA DE ANDRADE III

**UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA RECENTE DA  
ESCOLA AUSTRIACA: O DEBATE SOBRE A  
DESOMOGENEIZAÇÃO ENTRE MISES E HAYEK**



CURITIBA

2018

PAULO HORA DE ANDRADE III

**UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA RECENTE DA ESCOLA  
AUSTRIACA: O DEBATE SOBRE A DESOMOGENEIZAÇÃO ENTRE MISES  
E HAYEK**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestrado em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Angeli

Curitiba

2018

Andrade III, Paulo Hora de

Uma reflexão sobre a história recente da Escola Austríaca: o debate sobre desomogeneização entre Mises e Hayek / Paulo Hora de Andrade III. - 2018.

131 f.

Orientador: Eduardo Angeli.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico.

Defesa: Curitiba, 2018.

1. Escola austríaca de economistas. 2. Von Mises, Ludwig, 1881-1973. 3. Hayek, Friedrich A. von (Friedrich August), 1899-1992. 4. Desomogeneização. I. Angeli, Eduardo, 1981- II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. III. Título.

CDD 330.157

Bibliotecária: Mara Sueli Wellner – CRB 9/922



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO

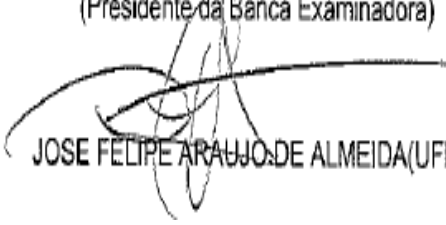
## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **PAULO HORA DE ANDRADE III**, intitulada: **UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA RECENTE DA ESCOLA AUSTRIACA: O DEBATE SOBRE A DESOMOGENEIZAÇÃO ENTRE MISES E HAYEK**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 26 de Fevereiro de 2018.

  
EDUARDO ANGELI(UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

  
JOSE FELIPE ARAUJO DE ALMEIDA(UFPR)

  
FABIO BARBIERI(USP)

## RESUMO

O debate sobre a desomogeneização intelectual entre Mises e Hayek, ocorrido na década de 1990, terminou por cansaço e sem um grupo vencedor. A partir da leitura dos principais trabalhos dos dois autores, bem como de outras publicações que discutem os aspectos mais relevantes da Escola Austríaca, verifica-se que a busca por identidade própria dessa corrente de pensamento econômico, de forma a se distinguir da abordagem Neoclássica ou a complementá-la, gerou constantes debates internos sobre metodologia. Particularmente, este trabalho trata do debate que se refere à suficiência da praxeologia Misesiana para a elucidação dos fenômenos econômicos e de sua compatibilidade com a teoria Hayekiana sobre a comunicação e a aquisição do conhecimento em contextos institucionais específicos, conforme ambas foram desenvolvidas a partir do debate do cálculo econômico, ocorrido nas décadas de 1920 e 1930. Nesse sentido, os dois grupos que protagonizaram o debate foram formados, de um lado, pelos que defendem que a Escola Austríaca se dividiu entre os paradigmas Misesiano e Hayekiano e, de outro, os que defendem que o núcleo da abordagem distintiva Austríaca se baseia tanto em Mises quanto em Hayek. Notadamente, o primeiro grupo optou por uma linha de argumentação com caráter político-ideológico, baseada nas ideias que Rothbard desenvolvera no contexto do reavivamento da Escola Austríaca, na década de 1970, com uma interpretação particular sobre Mises e rejeição a Hayek, e acabou mais isolado do diálogo com outras vertentes do pensamento econômico. Em contraste, o segundo grupo, baseado principalmente nos trabalhos de Kirzner, no mesmo contexto de reavivamento da Escola Austríaca na década de 1970, se mostrou academicamente mais impactante e disposto a agregar as diferentes abordagens Austríacas desde os trabalhos de Menger, isto é, reconhecendo as diferenças contextuais entre os escritos de Mises e Hayek como elementos complementares úteis para a abordagem subjetivista dos fenômenos econômicos, característica principal da Escola Austríaca.

Palavras-chave: Mises. Hayek. Desomogeneização. Escola Austríaca.

## **ABSTRACT**

The debate about a de-homogenization of Mises and Hayek, which was observed in the 1990s, ended with exhaustion and without a winning group. From the reading of the main works of the two authors, as well as other publications that discuss the most relevant aspects of the Austrian School, one can see that, in order to distinguish itself from the Neoclassical approach or to complement it, the search for the identity of this trend of economic thought generated constant debates about methodology. In particular, this paper deals with the debate regarding the sufficiency of Misesian praxeology for the elucidation of economic phenomena and their compatibility with the Hayekian theory of communication and the acquisition of knowledge in specific institutional contexts, as both were developed from the debate of the economic calculation, occurred in the decades of 1920 and 1930. In this sense, the two groups that led the debate were formed, on the one hand, by those who argue that the Austrian School was divided between the Misesian and Hayekian paradigms and, on the other, those who argue that the core of the Austrian distinctive approach is based on both Mises and Hayek. The first group opted for a political-ideological line of argument, which was based on the ideas that Rothbard developed in the context of the revival of the Austrian School in the 1970s, with a particular interpretation of Mises and rejection of Hayek, and turned out to be more isolated from the dialogue with other aspects of economic thought. In contrast, the second group, which was mainly based on Kirzner's works in the same context of the revival of the Austrian School in the 1970s, shows to be more academic and relevant because it was willing to consider the various Austrian approaches and recognize the writings of Mises and Hayek as complementary elements for a subjective approach of the economic phenomena, which is the main principle of the Austrian School.

Key-words: Mises. Hayek. De-homogenization. Austrian School.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PRIMEIROS TRABALHOS DE MISES E HAYEK.....	23
TABELA 2 – MISES E HAYEK NO DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO.....	33
TABELA 3: MISES E HAYEK APÓS O DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO.	47
TABELA 4 - EXPOENTES DO REAVIVAMENTO DA ESCOLA AUSTRIACA....	51
TABELA 5 – O PRÉ-DEBATE.....	65
TABELA 6 – DEBATE SOBRE A DESOMOGENEIZAÇÃO ENTRE MISES E HAYEK.....	77
TABELA 7 – METODOLOGIAS DE MISES E HAYEK.....	85
TABELA 8 – PUBLICAÇÕES DE PETER BOETTKE DESDE 1988 .....	93
TABELA 9 – PUBLICAÇÕES DE ISRAEL KIRZNER DESDE 1988 .....	93
TABELA 10 – PUBLICAÇÕES DE MURRAY ROTHBARD DESDE 1988.....	94
TABELA 11 – PUBLICAÇÕES DE JOSEPH SALERNO DESDE 1988.....	94
TABELA 12 – ARTIGOS QUE CITAM PETER BOETTKE DESDE 1988.....	99
TABELA 13 – ARTIGOS QUE CITAM ISRAEL KIRZNER DESDE 1988.....	99
TABELA 14 – ARTIGOS QUE CITAM JOSEPH SALERNO DESDE 1988.....	100
TABELA 15 – ARTIGOS QUE CITAM MURRAY ROTHBARD DESDE 1988...	100
TABELA 16 – CITAÇÕES A KIRZNER (1988).....	105
TABELA 17 – CITAÇÕES A SALERNO (1990).....	106
TABELA 18 – CITAÇÕES A BOETTKE (1990).....	107
TABELA 19 – CITAÇÕES A ROTHBARD (1991).....	108
TABELA 20 – CITAÇÕES A SALERNO (1993).....	108
TABELA 21– CITAÇÕES A BOETTKE (1998).....	109

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DE MISES E HAYEK PARA A ESCOLA AUSTRIACA.....</b>	<b>13</b>
2.1 AS PRIMEIRAS CONTRIBUIÇÕES DE MISES: TEORIA MONETÁRIA E DO CRÉDITO.....	14
2.2 AS PRIMEIRAS CONTRIBUIÇÕES DE HAYEK: TEORIA MONETÁRIA E CICLOS DE COMÉRCIO.....	18
2.3 MISES E O DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO.....	23
2.4. HAYEK E O DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO.....	27
2.5 UMA CRÍTICA À CONSIDERAÇÃO PADRÃO DO DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO.....	33
2.6 MISES APÓS O DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO: PRAXEOLOGIA E APRIORISMO.....	36
2.7. HAYEK APÓS O DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO: INDIVIDUALISMO INSTITUCIONAL E RACIONALISMO CRÍTICO.....	41
2.8. ISOLAMENTO E REAVIVAMENTO DA ESCOLA AUSTRIACA.....	47
<b>3. O DEBATE: DO REAVIVAMENTO DA ESCOLA AUSTRIACA À CONSOLIDAÇÃO DA DIVISÃO.....</b>	<b>52</b>
3.1. O PRÉ-DEBATE: ABORDAGENS RELACIONADAS À DISCUSSÃO SOBRE A DESOMOGENEIZAÇÃO ENTRE MISES E HAYEK.....	54
3.1.1. Praxeologia e entendimento: uma tentativa de resgate das ideias originais Misesianas.....	55
3.1.2. Coordenação de padrões: a demonstração da coerência entre as contribuições de Mises e Hayek para a Escola Austríaca.....	59
3.2. A DEFESA DA DESOMOGENEIZAÇÃO: DOIS PARADIGMAS.....	65
3.3. A DEFESA DA HOMOGENEIZAÇÃO: MISES E HAYEK COMO O NÚCLEO DA ESCOLA AUSTRIACA.....	71



3.4. A EXTENSÃO E O DESGASTE DO DEBATE.....	77
3.5. METODOLOGIA AUSTRIACA: APRIORISMO E DIVISÃO TRIPARTITE DA INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA.....	81
3.6. SÍNTESE DO DEBATE SOBRE A DESOMOGENEIZAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS QUESTÕES FUNDAMENTAIS.....	85
<b>4. A DESOMOGENEIZAÇÃO OCORREU?: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DESSE DEBATE PARA A ESCOLA AUSTRIACA.....</b>	<b>91</b>
4.1. O ISOLAMENTO ACADÊMICO DO GRUPO DA VISÃO DESOMOGENEIZADA.....	92
4.2. OUTRA MEDIDA: O IMPACTO HETERODOXO.....	102
4.3. O PICO DE IMPACTO: ARTIGOS DO DEBATE SÃO O DESTAQUE DO GRUPO DA DESOMOGENEIZAÇÃO.....	105
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>126</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Ludwig von Mises e Friedrich August von Hayek são considerados dois dos maiores expoentes da Escola Austríaca. Apesar de suas contribuições serem comumente vistas como complementares, existem argumentos entre alguns autores Austríacos, como Joseph Salerno, e entre historiadores do pensamento econômico, como Bruce Caldwell, de que a sequência dos trabalhos de Hayek teria rompido com a linha desenvolvida por Mises, de modo a criar dois paradigmas distintos dentro da Escola Austríaca.

Entendendo que um dos papéis do historiador do pensamento econômico é contextualizar o desenvolvimento teórico passado, a fim de possibilitar um melhor entendimento sobre o estado atual da ciência econômica, o objetivo deste trabalho, em particular, é explicar a história recente do Austrianismo, partindo do princípio de que entender o debate sobre a desomogeneização intelectual entre Mises e Hayek é um caminho para esse fim.

Este trabalho parte do princípio de que exposições secundárias envolvem perdas de entendimento, de modo que a análise do debate sobre a desomogeneização intelectual entre a leitura das obras de Mises e Hayek se concentra, primeiramente, na leitura direta das obras dos dois autores, consideradas em seus contextos originais, de maior interesse para o debate, para, depois, ter base para a leitura dos principais trabalhos envolvidos neste debate, com destaque às publicações de Israel Kirzner, Joseph Salerno, Murray Rothbard e Peter Boettke, entre as décadas de 1980 e 1990, e, então, concluir se a ideia de desomogeneização é possível e conveniente.

Nesse debate, Rothbard (1991) e Salerno (1990; 1993) defendem a desomogeneização intelectual entre Mises e Hayek e a separação da Escola Austríaca em dois paradigmas. Em contraste, Boettke (1990; 1998) e Kirzner (1988) argumentam a favor da visão homogeneizada entre os dois Austríacos. Nesse particular, em algumas partes do trabalho, por fins meramente práticos, será usado o termo “homogeneização”, em oposição à “desomogeneização”, o

que não significa que os dois autores tenham sido desomogeneizados e que tenha havido um esforço para homogeneizá-los, pois a situação é justamente a oposta, isto é, será considerado que a visão homogeneizada é a padrão e que a tentativa de desomogeneização é uma contestação a ela. Da mesma forma, o termo “desomogeneização” será sempre usado no sentido de “desomogeneização intelectual”.

Além disso, será argumentado que os citados defensores da desomogeneização, com destaque maior dado a Salerno neste trabalho, embora tenham se tornado nomes relevantes da Escola Austríaca, optaram por uma linha de engajamento ideológico, pouco preocupada com questões acadêmicas, de modo a se concentrarem em publicações que se resumem ao nicho do Austrianismo e a se isolarem do debate com outras correntes do pensamento econômico.

Portanto, a importância de se estudar a discussão da desomogeneização se justifica na necessidade de se buscar uma melhor compreensão do momento atual da Escola Austríaca, inclusive no que diz respeito à estratégia de isolamento acadêmico, visto que uma conclusão sobre o debate permanece em aberto depois de passados quase 20 anos de seu fim.

Dessa forma, incluindo essa introdução, o trabalho está dividido em quatro capítulos. Nas seções iniciais do capítulo 2, será feito o resgate das primeiras contribuições de Mises e Hayek à história da Escola Austríaca, com maior destaque a suas teorias monetárias sobre os ciclos de comércio, a fim de se analisar possíveis mudanças em seus trabalhos seguintes.

Em seguida, será abordada a participação dos dois autores no debate do cálculo econômico socialista nas décadas de 1920 e 1930, quando, para os defensores da desomogeneização, surgiram as maiores evidências de que Hayek não seguia a metodologia de Mises em seus trabalhos. Para este mesmo fim, também serão apresentados argumentos a favor da tese de que houve uma transformação em Hayek a partir desse contexto, com destaque ao posicionamento de Caldwell (2008), em contraponto aos argumentos de Lewis (2014), que enfoca os pontos de unicidade nos trabalhos de Hayek.

Em seguida, serão apresentadas as sequências dos trabalhos de Mises e Hayek após o debate do cálculo econômico e a história do reavivamento da Escola Austríaca, conforme caracterizada por Vaughn (1998), que considera que as ideias de Mises e Hayek passaram por relativo ostracismo após o debate do cálculo econômico, principalmente devido à revolução Keynesiana, à mudança de Mises para os Estados Unidos e à dedicação de Hayek a temas que iam além do campo da economia.

A partir disso, no capítulo 3, serão apresentados os posicionamentos de Gerald O' Driscoll Jr. e Mario Rizzo, em "Economics of Time and Ignorance", publicado em 1985, e George Selgin, em "Praxeology and Understanding", publicado em 1988. A partir das visões distintas apresentadas nos dois trabalhos, será observado que ambos se baseiam na controvérsia entre Kirzner e Lachmann sobre a tendência do equilíbrio para argumentar que esses dois autores estão, na verdade, do mesmo lado.

Conforme será explicado, o esclarecimento sobre essa controvérsia da existência de uma tendência para o equilíbrio em um sistema econômico é importante para entender melhor a pertinência de uma visão homogeneizada entre Mises e Hayek. No mesmo capítulo, em seções separadas por posicionamento de cada "dupla", será feita a discussão dos trabalhos de Boettke (1990; 1998), Kirzner (1988), Rothbard (1991) e Salerno (1990; 1993), que fazem referência ao debate sobre a desomogeneização, concentrado entre o fim da década de 1980 e durante a década de 1990. Em segundo plano, também será relatada a continuação do debate com outros autores, como Herbener (1996), Hoppe (1996), Horwitz (1998), Hülsmann (1997) e Yeager (1994; 1997), em resposta, principalmente, a Salerno (1990; 1993; 1994).

Depois, a partir da leitura de Leeson e Boettke (2006), será feita uma exposição sobre as metodologias de Mises e de Hayek, visando estabelecer uma resposta para a questão da possível transformação de Hayek e o que essa discussão representa para o debate sobre a desomogeneização. Em sequência, será feita uma síntese do debate e uma discussão dos pontos mais relevantes, já caminhando para um posicionamento a respeito dessa controvérsia, a saber,

de que a desomogeneização não é sustentável a partir da reflexão sobre teoria econômica, mas apenas por considerações políticas e ideológicas.

O capítulo 4 consistirá em uma avaliação do impacto do debate sobre o desenvolvimento da Escola Austríaca a partir da compreensão dos rumos tomados por seus dois principais grupos, de modo a tentar definir se a desomogeneização realmente ocorreu e ratificar a ideia de que seus defensores baseiam seus argumentos em considerações ideológicas, notadamente a favor das ideias de Mises e contra as de Hayek.

Para isso, serão contabilizadas as publicações em revistas acadêmicas dos quatro principais autores do debate sobre a desomogeneização desde o seu início, em 1988, bem como a quantidade de citações feitas por outros autores a estes. Da mesma forma, será feita essa contabilização para os artigos referentes ao debate. Essa coleta de dados visa estabelecer uma análise quantitativa que não pretende ser exata, pois apenas serão destacados as revistas e os artigos mais impactantes em termos de número de citações em outros trabalhos, avaliado de acordo com o Impact Factor, para organizar as tabelas.

Na conclusão, serão retomados os argumentos expostos sobre o tema ao longo do trabalho, relacionando-os com os rumos tomados pela Escola Austríaca nos últimos anos, de modo a esclarecer melhor a interpretação que este trabalho intenciona transmitir. No entanto, recorrendo-se a Arida (1983), é necessário ponderar que este trabalho, assim como qualquer outro, não encerra o debate, pois, ao se desconsiderar a ideia de “superação positiva” em um contexto de “fronteira do conhecimento”, entende-se que certo tipo de controvérsia pode ser resolvido apenas parcialmente, de modo que ideias opostas podem se manter relevantes por longos períodos.

Do mesmo modo, Arida (1983) argumenta que o término de controvérsias por “cansaço” ou “desinteresse” também é muito comum, o que será considerado neste trabalho como o caso do debate sobre a desomogeneização, encerrado no fim da década de 1990 sem nenhum consenso ou aproximação entre os dois lados.

## **2. AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DE MISES E HAYEK PARA A ESCOLA AUSTRIACA**

Neste capítulo, será feita uma breve apresentação da história da Escola Austríaca, com enfoque maior nos pontos que serão, no capítulo 3, discutidos no debate sobre a desomogeneização das obras de Ludwig von Mises e Friederich August von Hayek. Antes disso, é necessário contextualizar brevemente o surgimento da Escola Austríaca, cujo início remonta ao trabalho de Carl Menger, que, em 1871, publicou o livro “Principles of Economics”. Nessa obra, Menger buscava descobrir os princípios invariáveis dos fenômenos econômicos, buscando, para isso, reduzi-los, em última instância, a ações de agentes individuais diante dos meios disponíveis na natureza para o atendimento dos mais variados fins.

A partir dessa premissa, Menger (1976, capítulo VIII) argumenta que as atividades econômicas produzem efeitos que vão além das intenções dos agentes, especialmente em termos de instituições sociais, como no exemplo da origem do dinheiro, e que as avaliações subjetivas feitas por indivíduos sobre coisas que eles acreditam satisfazer suas necessidades são a origem de toda a atividade econômica.

Em consequência da identificação dessa relação entre meio e fim, a partir de uma perspectiva subjetivista, a teoria de Menger (1976, capítulo I) assumiu os conceitos de bens de “ordem superior” (bens de capital) como instrumentos cujo valor é derivado do que é avaliado como sua capacidade de produzir bens de “primeira ordem” (bens de consumo), os quais satisfazem diretamente as necessidades humanas.

No início do século XX, Menger foi um dos protagonistas do chamado “Methodenstreit”, que foi a batalha de métodos entre a nascente Escola Austríaca e a Escola Histórica Alemã, notadamente entre Carl Menger e Gustav Schmoller, pois o “Principles of Economics” tinha o propósito de refutar a teoria do valor-trabalho e substituí-la por uma teoria do valor centrado nas escolhas dos indivíduos, de modo a auxiliar a investigação histórica, o que ia de encontro

ao método da Escola Histórica Alemã. Essa contestação Mengeriana ao historicismo e a defesa da validade das teorias antes da verificação empírica seria retomada por Mises e Hayek.

Por isso, nas primeiras seções do capítulo, serão apresentados, em seções distintas, os primeiros trabalhos de Mises e Hayek, voltados principalmente a teorias monetárias e explicações dos ciclos econômicos, em que eles afirmam explicitamente a necessidade de se desenvolver uma teoria explicativa dos fenômenos antes de se recorrer à verificação empírica, o que se tornaria uma característica fundamental do método Austríaco de investigação econômica.

Em sequência, serão abordados o debate do cálculo econômico, principal fonte dos argumentos a respeito da pertinência de uma desomogeneização entre Mises e Hayek; as sequências dos trabalhos dos dois autores em um contexto de isolamento da Escola Austríaca; e o reavivamento deste grupo a partir dos trabalhos de Kirzner, Lachmann e Rothbard, principalmente na década de 1970.

## 2.1 AS PRIMEIRAS CONTRIBUIÇÕES DE MISES: TEORIA MONETÁRIA E DO CRÉDITO

De acordo com Vaughn (1998, capítulo 2), a abordagem Austríaca iniciada por Carl Menger foi, primeiramente, divulgada na comunidade acadêmica a partir dos trabalhos de Eugen von Böhm-Bawerk e Friederich von Wieser, cujas discussões sobre capital e mercado foram entendidas como mais próximas do paradigma Neoclássico.

Capital theory could not be divorced from notions of process. Nevertheless, the formalism of Bohm-Bawerk's approach dominated the substantive particulars of his theory, and hence his views, though hotly debated, were nevertheless debated within a neoclassical context. [...] This is not to say that the Austrian school after Menger did not remain faithful to his alternative message in some respects. Austrians never did completely lose their awareness of the importance of knowledge, time, and process, no matter how much they assimilated into the neoclassical orthodoxy. However, in order to be part of the greater scholarly community, it was necessary more and more

to develop their "Austrian" ideas in neoclassical parlance (VAUGHN, 2008, p.36).

Como consequência, explica Vaughn (1998, capítulo 2, p.37), até a década de 1920, “a maioria dos economistas, incluindo os próprios Austríacos, acreditava que não havia mais uma discernível Escola Austríaca”, pois passou a ser entendido que suas maiores contribuições “teriam sido absorvidas pelo pensamento econômico Neoclássico”. Essa percepção geral só mudaria a partir das discussões de Mises sobre a possibilidade de organizar um sistema socialista.

De fato, antes mesmo da discussão sobre o socialismo, Mises resgatara, já em seu primeiro grande trabalho, o livro “Theory of Money and Credit”, de 1912, as contribuições que considerava mais significativas de Menger, particularmente no que se refere aos meios de troca. Com essa proposta, Mises (2013, Parte 2, capítulo VII) questiona as teorias que se baseiam na ideia de neutralidade da moeda, argumentando que políticas monetárias expansionistas causam a falsificação da taxa de juros e os consequentes maus investimentos, responsáveis pelas fases de “boom” e “bust” que caracterizam os ciclos econômicos.

Adicionalmente, Mises (2013, Parte 2, capítulo II) afirma que, como o valor de troca de uma dada unidade de mercadoria pode ser expresso em unidades de qualquer outra mercadoria e a troca indireta é realizada por meio de dinheiro, o valor de troca de cada mercadoria também pode ser expresso em dinheiro. Como consequência, explica Mises (2013, Parte 2, capítulo II), a posição das mercadorias nas escalas de valor dos indivíduos em uma economia monetária não é determinada apenas pelo seu próprio valor de uso, mas também pelo valor do que pode ser obtido em troca delas.

Dessa forma, conclui Mises (2013, Parte 2, capítulo II), para o dinheiro, o valor de uso subjetivo e o valor de troca objetivo coincidem, pois seu uso está condicionado à avaliação subjetiva feita sobre os bens que podem ser obtidos em troca dele. Nesse sentido, Mises (2013, Parte 2, capítulo I) salienta que as relações de troca são formadas pela interação entre todas as avaliações subjetivas dos indivíduos que formam uma economia de mercado e, por isso, se



apresentam a cada um deles como fatos consumados, isto é, como preços que independem dessas avaliações.

Observa-se que, diferentemente de Menger, que distinguia bens econômicos reais, cujo valor seria inerente a suas propriedades físicas a serem descobertas pelos homens, de bens econômicos imaginários, cujo valor atribuído pelos homens seria resultado de erros na avaliação da relação de causa e efeito com os fins visados, Mises define o valor de troca de qualquer bem como algo que surge inteiramente a partir da valoração dos indivíduos.

Essa caracterização Misesiana mais subjetivista sobre o valor serviria de base para seus argumentos no contexto do debate do cálculo econômico socialista, pois, como será explicado mais adiante, esse posicionamento definiria como impossível o funcionamento de um sistema em que não houvesse propriedade privada dos bens de ordem superior, visto que, nesse cenário, não seria possível lhes atribuir o valor correspondente às avaliações subjetivas que os indivíduos fazem dos bens de primeira ordem que podem ser produzidos a partir deles.

Outro ponto de destaque em “Theory of Money and Credit” é a observação do elemento de continuidade no valor de troca objetivo do dinheiro. Nesse ponto, Mises (2013, Parte 2, capítulo II) argumenta que a partir do momento em que algum bem foi usado pela primeira vez como meio comum de troca não há como determinar em que medidas seu valor se divide em valor de uso e valor de troca, salvo quando o bem em questão perde seu valor de uso e passa a ser valorizado inteiramente como meio comum de troca, que é o caso do dinheiro.

Ainda em “Theory of Money and Credit”, Mises introduziu temas que fariam parte de suas argumentações contra o intervencionismo ao longo de sua carreira acadêmica, a saber, a explicação dos ciclos econômicos e as consequências de políticas de expansão da oferta monetária, o que, além de estar ligado a sua explicação sobre a não neutralidade da moeda, também se relaciona com o papel das expectativas dos agentes, algo que seria mais bem formulado no livro “Human Action”, em 1949.

Nesse contexto, segundo Mises (2013, Parte 2, capítulo VII), as respostas dos valores de troca de diferentes estoques de dinheiro a variações no volume de moeda em circulação nunca ocorrem no mesmo instante e em igual medida, isto é, há um efeito heterogêneo sobre a riqueza dos agentes, pois as variações no valor do dinheiro começam sempre de alguns indivíduos e espalham-se gradualmente para os outros.

Inflationism is that monetary policy that seeks to increase the quantity of money. Naive inflationism demands an increase in the quantity of money without suspecting that this will diminish the purchasing power of the money. It wants more money because in its eyes the mere abundance of money is wealth. [...] Other inflationists realize very well that an increase in the quantity of money reduces the purchasing power of the monetary unit. But they endeavour to secure inflation none the less, because of its effect on the value of money; they want depreciation, because they want to favour debtors at the expense of creditors and because they want to encourage exportation and make importation difficult. [...] Depreciation of money can benefit debtors only when it is unforeseen. If inflationary measures and a reduction of the value of money are expected, then those who lend money will demand higher interest in order to compensate their probable loss of capital, and those who seek loans will be prepared to pay the higher interest because they have a prospect of gaining on capital account. Since, as we have shown, it is never possible to foresee the extent of monetary depreciation, creditors in individual cases may suffer losses and debtors make profits, in spite of the higher interest exacted (MISES, 2013, p.219-220).

Já em 1940, no livro “Interventionism: An Economic Analysis”, Mises acrescentaria a essa exposição sobre as políticas de expansão da oferta monetária que o efeito de aumentar a atividade econômica não reflete um “excesso de investimento”, mas sim maus investimentos. Além disso, segundo Mises (2011, capítulo III), também seria falsa a ideia de que, havendo desemprego e capacidade ociosa, a expansão do crédito não induziria maus investimentos, pois o próprio fato de que parte da capacidade produtiva não poder ser utilizada é consequência de erros passados de avaliação empresarial.

Boettke, Coyne e Newman (2016) explicam que, já a partir do “Theory of Money and Credit”, Mises desenvolveu sua teoria do ciclo comercial com a combinação da teoria do capital de Eugen von Böhm-Bawerk com a taxa natural de juro de Knut Wicksell, o que ficaria conhecido como a Austrian Business Cycle Theory (ABCT), cujo argumento principal consiste na ideia de que a manipulação

do crédito por parte do banco central causaria uma distorção na estrutura de produção, o que terminaria em recessão. Essa contribuição de Mises seria a raiz dos argumentos do debate que Hayek protagonizaria com John Maynard Keynes a partir da década de 1930, marcando as distinções entre as duas visões sobre os ciclos econômicos.

## 2.2 AS PRIMEIRAS CONTRIBUIÇÕES DE HAYEK: TEORIA MONETÁRIA E CICLOS DE COMÉRCIO

Assim como os de Mises, os primeiros trabalhos de Hayek foram voltados à explicação dos ciclos de comércio e do papel que os fatores monetários exercem sobre eles. Nesse sentido, o início da influência de Mises sobre Hayek ficou clara a partir da década de 1920, quando o primeiro já estava inserido no contexto do debate do cálculo econômico socialista, no qual o último entraria na década seguinte. De fato, de acordo com Caldwell (2008, capítulo 6), o próprio Hayek reconheceria mais tarde que esses trabalhos de Mises, que logo se tornaria seu mentor, influenciaram a maneira de pensar de muitos jovens após a Primeira Guerra Mundial, inclusive a dele.

Caldwell (2008, capítulo 6) destaca, a partir da transcrição de uma entrevista dada por Hayek em 1978, que este considerava, desde o início, que Mises frequentemente estava certo em suas conclusões, mas que seu mentor não o deixava satisfeito com a maneira com que argumentava, o que lhe estimularia a formular argumentos melhores, a fim de persuadir outras pessoas. Foi nesse contexto, portanto, que Hayek publicou, em 1929, o artigo “Monetary Theory and the Trade Cycle”, com muitas referências ao “Theory of Money and Credit”, de Mises.

Nessa obra, Hayek (1933, capítulo I, p.27) enfatiza a necessidade de se desenvolver uma teoria satisfatória sobre os ciclos de comércio para fundamentar a pesquisa empírica, que, para ele, “poderia, na melhor das hipóteses, fornecer uma verificação das teorias existentes, mas não uma visão das causas desses ciclos”. Mesmo assim, acrescenta Hayek (1933, capítulo I, p.33), o exame estatístico tem apenas um valor limitado para a teoria do ciclo comercial, que “só poderia ser considerada ‘falsa’ por uma inadequação na

lógica ou porque os fenômenos que explica não correspondem aos fatos observados”. Tal posicionamento de Hayek seria estendido, anos mais tarde, para todos os campos das ciências sociais, conforme será exposto mais adiante neste trabalho.

Dessa forma, para explicar os ciclos de comércio, Hayek (1933, capítulo II) questiona a validade das teorias estáticas, que trabalham com o conceito de equilíbrio para identificar as causas das discrepâncias entre oferta e demanda que caracterizam os ciclos econômicos, e defende que a investigação teórica sobre os acontecimentos reais passa pela identificação das consequências da introdução do dinheiro no sistema. Para Hayek (1933, capítulo II), a caracterização de distúrbios em relação a um determinado equilíbrio não é relevante para a teoria do ciclo comercial, pois a causa deste é que o ajuste ocorre por meio de movimentos que não representam uma reversão do movimento inicial, isto é, que se direcionam a um novo estado de equilíbrio.

The simple fact that economic development does not go on quite uniformly, but that periods of relatively rapid change alternate with periods of relative stagnation, does not in itself constitute a problem. It is sufficiently explained by the adjustment of the economic system to irregular changes in the data — changes whose occurrence we always have to assume and which cannot be further explained by economic science. The real problem presented to economic theory is: Why does not this adjustment come about smoothly and continuously, just as a new equilibrium is formed after every change in the data? Why is there this temporary possibility of developments leading away from equilibrium and finally, without any changes in data, necessitating a change in the economic trend? (HAYEK, 1933, p.55)

Para começar a responder a essas perguntas, Hayek (1933, capítulo II) argumenta, em linha com a explicação de Mises sobre a não neutralidade da moeda, que uma mudança no volume de meios de circulação se distingue de todas as outras mudanças em grandezas "reais", pois, por ser o dinheiro um meio de troca puro, não desejado por ninguém para fins de consumo, o aumento de sua circulação implica uma perturbação nas forças de equilíbrio, cuja tendência de realização é a suposição fundamental da teoria estática.

Ainda no mesmo argumento, Hayek (1933, capítulo III) observa que as teorias da época já reconheciam que, quando o volume de dinheiro ofertado

excede sua demanda, a relação entre poupança e criação de capital real pode ser afetada, mas acrescenta que explicar o ciclo de comércio em termos de flutuações apenas no nível geral de preços leva à conclusão de que, se mantido constante, essa influência deixa de ser verificada. Em oposição, Hayek (1933, capítulo III) pondera que, enquanto as mudanças econômicas resultantes de forças não monetárias influenciam a oferta e a demanda de modo simultâneo, as mudanças no volume de dinheiro podem desviar um único fator sem provocar simultaneamente mudanças correspondentes em outras partes do sistema.

Dessa forma, citando Mises como o ponto de partida para uma melhor compreensão do papel da taxa de juros nos ciclos de comércio, Hayek (1933, capítulo IV) destaca a necessidade de buscar, em vez de uma teoria do valor do dinheiro, uma teoria dos valores do dinheiro, a fim de entender a importância das mudanças dos preços relativos dos bens para os ciclos de comércio. Segundo Hayek (1933, capítulo IV), o próximo passo seria identificar, no contexto institucional vigente, as causas para a recorrência desses ciclos, o que o levou a questionar os argumentos de Mises de que elas seriam as ações de políticas deliberadamente inflacionistas dos bancos centrais nacionais, bem como a questionar qualquer teoria “exógena” sobre o assunto.

The question whether the recurrence of credit cycles is, or is not, due to an unavoidable characteristic of the existing economic organization, depends on whether the existing monetary and credit organization in itself necessitates changes in the currency media, or whether these are brought about only by the special interference of external agencies. [...] Endogenous theories, in the course of their proof, avoid making use of assumptions which cannot either be decided by purely economic considerations, or regarded as general characteristics of our economic system — and hence capable of general proof. Exogenous theories, on the other hand, are based on concrete assertions whose correctness has to be proved separately in each individual case. As compared with an endogenous theory, which, if logically sound, can in a sense lay claim to general validity, an exogenous theory is at some disadvantage, inasmuch as it has, in each case, to justify the assumptions on which its conclusions are based (HAYEK, 1933, p.142-144).

Dessa forma, Hayek (1933, capítulo IV, p.151-152) argumenta que se for possível provar que o ajuste na taxa de juros cobrada pelos bancos aos seus mutuários não ocorre de maneira instantânea a todas as mudanças nos dados econômicos, então seria possível concluir que, “sob a organização de crédito

existente, as flutuações monetárias devem inevitavelmente ocorrer”. Para isso, Hayek (1933, capítulo IV) observa que toda vez que o dinheiro proveniente de um empréstimo é depositado em um banco e novamente emprestado, há a criação de poder de compra adicional, fazendo com que os depósitos se expandam relativamente às reservas de caixa.

Como consequência, continua Hayek (1933, capítulo IV), uma vez que um grupo de bancos iniciou a expansão, todos os outros bancos recebem um fluxo de caixa que lhes permite expandir o crédito por conta própria sem reduzir sua liquidez e, uma vez que a expansão se torna geral, nenhum banco poderia, por iniciativa individual, aumentar as taxas de juros a fim de controlar a demanda por crédito.

Em toda essa argumentação, é possível observar uma insatisfação de Hayek com as teorias que trabalham com o conceito de equilíbrio, que, em alguns momentos, ele chama de teoria “pura”, devido à incapacidade destas em explicar os ciclos de comércio a partir de efeitos da introdução do dinheiro no sistema. Mais adiante, essa crítica à negligência da teoria pura ao contexto estudado seria expandida para argumentar que o conceito de equilíbrio não explica satisfatoriamente o processo de mercado como um todo e, a partir disso, ele desenvolveria sua teoria sobre a aquisição e a comunicação do conhecimento entre agentes dispersos em uma sociedade, o que será apresentado no capítulo seguinte, que trata do debate do cálculo econômico socialista.

Boettke, Coyne e Newman (2016) observam que, no citado trabalho e nos outros seguintes, o argumento de Hayek, usado para explicar o início da Grande Depressão de 1929, era que a taxa de juros poderia cair ou aumentar dependendo de como variar a razão entre consumo e investimento, reforçando os argumentos de Mises e consolidando a Teoria Austríaca dos ciclos econômicos (ABCT), segundo a qual o alongamento da estrutura de produção seria sustentável quando fosse causado por decisões individuais de aumento na poupança, de modo a reduzir a taxa de juros.

No entanto, ponderam Boettke, Coyne e Newman (2016, p.21), o prestígio acadêmico dessa explicação entrou em declínio ao longo das décadas

de 1930 e 1940, especialmente com a publicação do livro “The General Theory of Employment, Interest and Money”, de John Maynard Keynes, em 1936, que explicava as flutuações econômicas usando agregados macroeconômicos que “ignoravam a estrutura da produção e o papel coordenador dos preços relativos”. Com essa abordagem, acrescentam Coyne e Newman (2016), Keynes acabou sendo considerado como o vencedor do debate, passando a dominar a teoria econômica a partir da década de 1940.

De acordo com Caldwell (2008, capítulo 9), Hayek não continuou nesse debate com Keynes porque passou a se dedicar a outros projetos, como o próprio debate do cálculo econômico socialista e o projeto “Abuse of Reason”, os quais, na interpretação de Caldwell (2008, capítulo 9), fariam parte da transformação de sua metodologia e de seus interesses de pesquisa.

Nesse particular, é importante ponderar que as discussões sobre a suposta transformação de Hayek envolvem um esclarecimento teórico muito maior do que o que este trabalho pretende fazer sobre as teorias de ciclos de comércio, assuntos que são abordados com mais detalhes por Soromenho (2012). De forma simplificada, pode-se dizer que entre seu citado trabalho de 1929 e o artigo “Prices and Production”, de 1933, Hayek se deparou com problemas para definir o conceito de equilíbrio com que trabalhava em sua teoria sobre os ciclos, levando-o a contradições que só seriam mais bem esclarecidas em 1937, com o artigo “Economics and Knowledge”.

De acordo com Soromenho (2012, p.220-221), a reformulação do conceito de equilíbrio deveu-se ao interesse de Hayek pelas questões monetárias e pelos ciclos econômicos, o que se devia a seu “propósito de integrar as teorias real e monetária”, de modo a incluir o elemento do tempo, ou seja, abandonar a “hipótese de estado estacionário”, em que os agentes repetem as mesmas ações. Para Hayek, explica Soromenho (2012, p.222), ainda que as caracterizações de economia atemporal e de estado estacionário sejam “ficções metodológicas válidas” para estudar as sociedades de mercado, elas deixam de ser adequadas quando o objetivo é investigar as causas monetárias dos ciclos econômicos, pois estes consistem em mudanças na estrutura de preços.

Desse modo, segundo Soromenho (2012, p.222), o conceito de equilíbrio, na forma como era usado, foi entendido por Hayek como limitado à “teoria pura”, o que o levou a elaborar um conceito condizente com um cenário de mudanças nos preços relativos, a saber, o de “equilíbrio intertemporal”. No entanto, para Soromenho (2012, p.223), Hayek, em seus primeiros trabalhos, utilizava as “ideias clássicas de reprodução e centros de gravitação”, o que dá a ideia de uma “transição” que ele próprio iniciava, incorporando elementos do passado na formulação do que era novo.

Essa interpretação sugere, portanto, que Hayek já buscava trabalhar com a noção de equilíbrio como coordenação de planos desde seus primeiros trabalhos, mas a consolidou apenas durante o debate do cálculo econômico, cujo contexto será retomado nas próximas seções deste trabalho. As ideias de “transição” e “incorporação” gradual desse novo elemento nos trabalhos de Hayek também serão retomados na discussão sobre se houve ou não uma transformação na sequência dos trabalhos deste autor, o que também será apresentado neste trabalho como forma de auxiliar a formulação da conclusão sobre a conveniência de se desomogeneizar Mises e Hayek.

Portanto, após a apresentação dos primeiros grandes trabalhos de Mises e Hayek, ambos sobre meios de troca e ciclos de comércio, as três próximas seções tratarão da participação dos dois autores no debate do cálculo econômico socialista e, depois, apresentará argumentos de Lavoie (1981) para construir uma crítica ao que ele chama de “consideração padrão” da história desse debate. As participações dos dois autores em tal debate, ocorrido nas décadas de 1920 e 1930, são as principais fontes dos argumentos que defendem tanto a interpretação desomogeneizada quanto a homogeneizada entre eles, conforme será discutido no capítulo 3.

TABELA 1 – PRIMEIROS TRABALHOS DE MISES E HAYEK:

<b>Autor</b>	<b>Objeto de Investigação</b>	<b>Fator Relevante</b>
Mises	Ciclos Econômicos	Moeda
Hayek	Ciclos Econômicos	Moeda

## 2.3 MISES E O DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO



Entre os Austríacos anteriores a Mises, destaca Barbieri (2013, capítulo 2), as primeiras comparações entre uma economia de mercado e uma socialista surgiram em livros de Friederich von Wieser e Eugen von Böhm-Bawerk, ambos publicados em 1889, sendo que no “Natural Value”, de Wieser, a teoria do valor e dos preços de Menger é usada para explicar o problema da imputação dos bens de ordem superior a partir do valor dos bens de primeira ordem. No entanto, diferentemente de Menger, explica Barbieri (2013, capítulo 2), Wieser formaliza seus argumentos apenas em termos de estágios finais de equilíbrio, de forma a desconsiderar o subjetivismo Austríaco e a análise do processo de mercado.

Nesse ponto, Barbieri (2013, capítulo 2) observa que Wieser não conseguiu identificar o problema do socialismo, o que seria feito por Böhm-Bawerk com sua teoria sobre capital e juros. De acordo com Barbieri (2013, capítulo 2), Böhm-Bawerk procurou mostrar que, se a existência de juros fosse explicada pela observação da preferência temporal, a teoria da exploração marxista, baseada no conceito de mais valia, não faria mais sentido.

A partir dos trabalhos de Böhm-Bawerk e Wieser e diante do crescimento das ideias socialistas após a Primeira Guerra Mundial, Mises passou a se dedicar a explicar a “impossibilidade” de um sistema organizado nas bases defendidas por essas ideias e, em 1920, com o artigo “Economic Calculation in the Socialist Commonwealth”, introduziu o que se tornaria a base de um de seus argumentos mais conhecidos, a saber, a necessidade, para a realização do cálculo econômico racional, de um sistema em que exista propriedade privada dos meios de produção. No caso, o termo “impossibilidade” se referia à ideia de que o sistema socialista não chegaria aos objetivos pretendidos por seus defensores, iniciando um argumento que seria desenvolvido em vários trabalhos até ser mais bem agrupado no livro “Human Action”, de 1949.

Nesse sentido, explica Barbieri (2013, capítulo 2), o desafio de Mises aos socialistas pode ser entendido como consequência da mudança de percepção sobre objeto de estudo da ciência econômica a partir da Revolução Marginalista, que deixava de ser a produção e a distribuição de riqueza e passava a ser as trocas. Assim, acrescenta Barbieri (2013, capítulo 2), como a teoria Marxista foi desenvolvida durante o predomínio da escola Clássica,

ignorando os problemas enfatizados pelos economistas Neoclássicos, Mises passou a chamar a atenção dos socialistas justamente às questões referentes a esse novo contexto.

Assim, explica Barbieri (2013, capítulo 2), Mises entendeu que os autores Marxistas se limitavam a analisar o capitalismo, não explicitando como o socialismo resolveria o problema alocativo. Essa crítica de Mises ao socialismo, bem como haviam sido as de Böhm-Bawerk e Wieser, foram baseadas na ideia de “similitude formal” entre economia de mercado e economia socialista, que, de acordo com Barbieri (2013, cap 2), também foi usada por autores Neoclássicos, como Vilfredo Pareto, em 1896, e Enrico Barone, em 1908, mas com uma abordagem baseada no conceito de Equilíbrio Geral, o que abriria o terreno para os argumentos de superação do problema alocativo a partir da resolução de sistemas de equações para encontrar preços de equilíbrio, considerada difícil na prática, mas teoricamente possível.

Os primeiros comentários de Mises (2016, capítulo 1) sobre a viabilidade de um sistema socialista consistiram na ideia de que, por ignorar que o trabalho não consiste em uma variável uniforme e homogênea, a proposta de instituir um sistema em que a distribuição dos bens produzidos sob a perspectiva da teoria do valor-trabalho torna-se impraticável, pois esta consiste em entender que cada trabalhador estaria habilitado a receber o produto equivalente às horas trabalhadas menos a quantia deduzida para se atender os gastos obrigatórios da comunidade.

What basis will be chosen for the distribution of consumption goods among the individual comrades is for us a consideration of more or less secondary importance. Whether they will be apportioned according to individual needs, so that he gets most who needs most, or whether the superior man is to receive more than the inferior, or whether a strictly equal distribution is envisaged as the ideal, or whether service to the State is to be the criterion, is immaterial to the fact that, in any event, the portions will be meted out by the State (MISES, 2016, p.2).

A partir disso, Mises (2016, capítulo 4) argumenta que os homens não podem agir de maneira racionalmente econômica se a organização social vigente não lhes permite entender o que é isso. Essa argumentação era uma

resposta às ideias de que a “mentalidade comercial” de um empresário de um sistema capitalista poderia ser transferida para um gerente de uma hipotética economia socialista.

Em sequência, no livro “Socialism”, publicado em 1922, Mises (2015, Parte II, capítulo 1) baseou-se na ideia Mengeriana de que os bens de ordem superior derivam seu valor da expectativa de valor futuro dos bens de primeira ordem para descrever a função social dos cálculos do empresário. Ele concluiu que as sociedades socialistas não poderiam executar o cálculo econômico característico das economias de mercado porque este não pode prescindir de preços em dinheiro para os bens de ordem superior, o que pressupõe a possibilidade de troca entre, pelo menos, dois proprietários.

Barbieri (2013, cap 4) destaca que as primeiras respostas aos argumentos de Mises, na década de 1920, vieram de autores Marxistas austríacos e alemães e eram baseadas na defesa de associações e monopólios setoriais, o que já continha de forma embrionária a lógica do Equilíbrio Geral que seria adotada pelos chamados “socialistas de mercado” na Inglaterra, adeptos de uma proposta de organização socialista democrática inspirada nas ideias do Partido Trabalhista Inglês, a partir da década de 1930.

Ainda de acordo com Barbieri (2013, cap 4), a essência da resposta de Mises a essas primeiras propostas era que não poderia haver competição em um sistema de monopólios concedidos pelo órgão de planejamento central porque os direitos de propriedade entre as organizações deveriam ser definidos pelo Estado, o que voltaria ao mesmo problema da ausência de preços genuínos para refletir as preferências subjetivas.

Dentro de sua proposta de formular uma crítica mais bem elaborada às teorias socialistas, Mises passou a sustentar, a partir da década de 1920, que há somente três categorias de que todos os sistemas concebíveis são exemplos particulares: capitalismo, socialismo, e intervencionismo. Seus artigos sobre esses assuntos seriam, em 1929, organizados como capítulos do livro “A Critique of Interventionism”, no qual defendeu que o intervencionismo, assim como qualquer fenômeno relacionado à emergência e à transformação dos conjuntos sociais, tinha de ser analisado por meio da aplicação do método utilitarista, isto

é, levantando a questão de se determinada política seria adequada para atingir seus objetivos.

Nesse sentido, Mises (1977, capítulo 1) define a intervenção como uma norma restritiva imposta pelo governo para forçar os indivíduos a empregarem seus recursos de uma forma diferente da que fariam sem tal imposição, o que não significa uma abolição completa do reconhecimento da propriedade privada dos bens de ordem superior, como aconteceria em um regime socialista. Nessa condição, o governo poderia, de início, chegar ao objetivo da intervenção, mas, para Mises (1977, capítulo 1), o que deve ser investigado são os custos envolvidos no longo prazo.

Portanto, ainda que não fosse uma tentativa deliberada de organizar um regime socialista, o intervencionismo, na visão de Mises, era insustentável porque cada intervenção tem efeitos que, para buscar atingir os objetivos iniciais, forçam o Estado a realizar outra intervenção, fazendo com que o sistema se aproxime de um de planejamento centralizado, isto é, socialista, que, como Mises já havia defendido, seria “impossível” devido ao problema do cálculo econômico.

Mesmo com essa explicação, de acordo com Vaughn (1998, capítulo 3), Mises não obteve muito sucesso em condicionar o debate de acordo com suas críticas ao socialismo, papel que seria assumido por Hayek, a partir do fim da década de 1920, para responder a autores como F. M. Taylor, H.D. Dickinson, Oskar Lange, Abba Lerner e E.F.M. Durbin que, em resposta aos trabalhos de Mises, abandonariam os ideais Marxistas e recorreriam à teoria Walrasiana de Equilíbrio Geral para justificar um arranjo institucional socialista que fosse compatível com o sistema de preços. Esses eventos se mostrariam decisivos para a consolidação da visão Austríaca sobre os processos econômicos e sua diferenciação em relação à Neoclássica.

#### 2.4. HAYEK E O DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO

Novamente reconhecendo os trabalhos de Mises como ponto de partida, apesar de evitar o uso do termo “impossível” para caracterizar o socialismo, Hayek se inseriu no debate do cálculo econômico a partir do argumento de que, em um mundo com poucas mudanças, a análise de uma economia socialista a partir de um sistema de puro equilíbrio, conforme propunha Oskar Lange, H.D. Dickinson e outros economistas Neoclássicos, poderia ser menos problemática, mas que isso não era o que se observava no mundo real. Com isso, Hayek procurou desenvolver um conceito de equilíbrio que fosse consistente com um mundo de ação e mudança para argumentar, em linha com o método utilitarista defendido por Mises, que o socialismo não poderia chegar aos resultados desejados por seus defensores.

Of course any proposed course of action, if the proposal has any meaning at all, is possible in the strict sense of the word, i.e., it may be tried. The question can only be whether it will lead to the expected results, that is, whether the proposed course of action is consistent with the aims which it is intended to serve. In so far as it had been hoped to achieve by means of central direction of all economic activity *at one and the same time* a distribution of income independent of private property in the means of production and a volume of output which was at least approximately the same or even greater than that procured under free competition, it was more and more generally admitted that this was not a practicable way to achieve these ends (HAYEK, [1935] 1948, p.146).

Barbieri (2013, cap 4) explica que, enquanto Mises fora o protagonista da “fase alemã” do debate, na década de 1920, Hayek assumiu esse papel na década de 1930 na “fase inglesa”, quando assumiu um cargo na London School of Economics e percebeu que o debate não havia deixado impacto na Inglaterra. Diante disso, continua Barbieri (2013, cap 4), Hayek publicou, em 1935, o livro “Collectivist Economic Planning”, com a tradução para o inglês dos trabalhos de Mises e de outros autores, além de dois capítulos escritos pelo próprio Hayek, com destaque à crítica à proposta de solução de equações para encontrar preços de equilíbrio, para, cinco anos mais tarde, complementar a essência de sua crítica ao socialismo com o exame das soluções por tentativa e erro, em resposta a Lange e Dickinson.

Ainda no contexto desse debate, em “Economics and Knowledge”, Hayek ([1937] 1948, capítulo II) questiona o uso do conceito de equilíbrio na economia, pois, para o autor, seu significado no contexto de uma análise da ação

de uma única pessoa não seria aplicável à explicação das interações dos planos de um conjunto de indivíduos. Nesse sentido, Hayek ([1937] 1948, capítulo II) argumenta que não é necessária a ideia de “previsão correta” para definir um conceito de equilíbrio que signifique que as antecipações dos indivíduos se mostram corretas apenas na medida suficiente para que seus planos sejam mantidos.

Sobre o afastamento de Hayek da abordagem Neoclássica, baseada em teorias de equilíbrio, Caldwell (1988) observa que, mesmo em seus primeiros trabalhos, Hayek não se mostrava satisfeito sobre seu uso para explicar satisfatoriamente os fenômenos econômicos, mas defendia que alguma forma de construção de equilíbrio era necessária. Assim, explica Caldwell (1988), foi somente em “Economics and Knowledge” que Hayek avançou para uma nova definição do conceito de equilíbrio, de forma a relacioná-lo com uma suposição sobre a comunicação do conhecimento entre os indivíduos, o que justificaria a interpretação de que ele teria passado por uma “transformação”.

Assim, Caldwell (1988, p.514-515) destaca que, em “Economics and Knowledge”, Hayek faz, pela primeira vez, a afirmação de que “entender como ocorre a coordenação de planos de diferentes indivíduos é fundamental para todas as ciências sociais, não apenas para a economia”, com a conclusão também inédita de que “as teorias de equilíbrio padrão, por assumir uma previsão perfeita dos agentes, são incapazes de fornecer informações sobre a solução do problema”. Portanto, Caldwell (1988) entende que a transformação de Hayek refere-se a sua busca por redefinir as questões a serem investigadas pela economia e pelas ciências sociais, com a conclusão de que o uso e a transmissão do conhecimento são os problemas centrais.

Hayek takes yet another look at the concept of equilibrium in his article, ‘Economics and knowledge.’ In the second sentence of that piece he states that his goal is to examine “the role which *assumptions* and propositions about the *knowledge* possessed by the *different* members of society play in economic analysis”. He contends that formal equilibrium analysis consists of little more than the manipulation of tautologies, and as such is incapable of telling us anything about the real world. Formal analysis gains empirical content only to the extent to which economists are able to make definite statements about how knowledge is acquired and communicated. [...] Hayek asks next why economists have concerned themselves with the notion of equilibrium,

a concept which obviously refers to a “fictitious state.” Concern with equilibrium can only be justified if a “tendency toward equilibrium” exists, which Hayek views as “an empirical question” (CALDWELL, 1988, p.525-527).

Dentro dessa proposta de redefinição da ideia de equilíbrio, Hayek ([1937] 1948, capítulo II) classifica os fatos dedutíveis da abordagem clássica de Equilíbrio Geral como a “pura lógica da escolha”, que consiste em axiomas delimitadores do campo dentro do qual é possível compreender os eventos, referindo-se a um tipo de ação humana, mas não às condições particulares em que essa ação é empreendida. Assim, para Hayek ([1937] 1948, capítulo II), para ir além do campo da pura lógica da escolha, as hipóteses suplementares devem selecionar, a partir das situações identificadas como possíveis pela pura lógica da escolha, as consideradas relevantes para as condições do mundo real.

Em contraste com a ideia de “transformação” de Hayek proposta por Caldwell (1988), Lewis (2014) argumenta que uma justificativa epistemológica mais antiga para o que ficou mais aparente a partir de “Economics and Knowledge” pode ser encontrada no livro “Sensory Order”, publicado em 1952, mas concebido, e um primeiro esboço, em 1920, no qual Hayek nega que o homem possua a capacidade de conhecer as coisas como elas são em si mesmas, isto é, sem lançar mão de pressupostos teóricos, e que o conhecimento se encontra disperso e tem caráter subjetivo. Para Lewis (2014), esse artigo demonstra que Hayek já tinha, antes de entrar no debate do cálculo econômico socialista, interesse na questão da transmissão do conhecimento. Essa interpretação de Lewis será retomada na seção 2.7.

Essa mesma questão presente no “Sensory Order” é encontrada no artigo “The Use of Knowledge in Society”, de 1945. Em uma síntese de seus argumentos formulados na década anterior contra a viabilidade de se estabelecer um sistema econômico de planejamento centralizado, Hayek argumenta nesse artigo que cada indivíduo tem certo conhecimento sobre a maneira com a qual determinadas coisas podem ser usadas para propósitos particulares, de forma que não existe um conhecimento agregado reunido, mas apenas visões separadas e, muitas vezes, conflitantes de pessoas diferentes.

The economic problem of society is thus not merely a problem of how to allocate "given" resources - if "given" is taken to mean given to a single mind which deliberately solves the problem set by these "data." It is rather a problem of how to secure the best use of resources known to any of the members of society, for ends whose relative importance only these individuals know (HAYEK, [1945] 1948, p.77-78).

Com base nesse reconhecimento da existência de conhecimento fragmentado, Hayek ([1945] 1948, capítulo IV) explica que, caso não fosse permitido aos indivíduos decidir como usar seu conhecimento, os dados que uma autoridade central teria de utilizar para o planejamento econômico deveriam ser obtidos por abstração de pequenas diferenças entre as coisas, reunindo-as como recursos de um tipo, enquanto, no entanto, o problema econômico da sociedade consiste na rápida adaptação às mudanças nas circunstâncias particulares do tempo e do lugar. Assim, segundo Hayek ([1945] 1948, capítulo IV), não se pode esperar que se comunique todo o conhecimento a um conselho central que, depois de integrá-lo, emitiria suas ordens.

A partir dessa explicação, Hayek usou a ideia de conhecimento para a defesa do mecanismo de mercado descentralizado e do sistema de preços. De acordo com Hayek ([1945] 1948, capítulo IV), tudo o que é significativo para um indivíduo tomar decisões é a urgência dos desejos pelas coisas que ele produz ou consome e, nesse contexto, esse problema pode ser resolvido pela função coordenadora do sistema de preços em uma realidade em que o conhecimento relevante se encontra disperso entre muitos indivíduos.

Com essa ideia, Hayek passou a argumentar que o problema da comunicação do conhecimento se aplica, além de à economia, a todos os fenômenos sociais, argumento que se refletiria em suas obras posteriores sobre a formação de instituições, regras e padrões, com ênfase nas formações espontâneas, isto é, que o homem aprendeu a usar depois de se deparar com elas e sem compreendê-las.

Em consequência, em "Individualism: True and False", de 1946, Hayek explica que a coordenação dos planos individuais depende de tradições que estabeleçam regras flexíveis a ponto de, ao mesmo tempo, permitir adaptações às mudanças e tornar o comportamento de outras pessoas previsível em um alto



grau. Dessa forma, Hayek relaciona a importância dessa limitação com a esfera de atuação de um governo e define sua visão sobre o conceito de liberdade.

The most general principle on which an individualist system is based is that it uses the universal acceptance of general principles as the means to create order in social affairs. [...] Principles are a means to prevent clashes between conflicting aims and not a set of fixed ends. Our submission to general principles is necessary because we cannot be guided in our practical action by full knowledge and evaluation of all the consequences. So long as men are not omniscient, the only way in which freedom can be given to the individual is by such general rules to delimit the sphere in which the decision is his. There can be no freedom if the government is not limited to particular kinds of action but can use its powers in any ways which serve particular ends (HAYEK, [1946] 1948, p.18-19).

Portanto, mais do que apenas marcar sua participação no debate do cálculo econômico, esse período entre as décadas de 1930 e 1940 representou uma redefinição dos objetos de pesquisa de Hayek, o que, para algumas interpretações, como a de Caldwell, representa uma transformação do autor Austríaco. Em contraste, Lewis, conforme será retomado na seção 2.7, e Leeson e Boettke, apresentados na seção 3.5, consideram que os argumentos presentes nos trabalhos de Hayek justificam uma visão de unicidade em seu pensamento.

Nesse contexto de discussão sobre sua possível transformação, observa-se que a formulação da defesa que Hayek faz de um sistema de propriedade privada, aparentemente distinto do de Mises por inserir a questão do conhecimento, seria utilizada pelos defensores da desomogeneização como a maior justificativa para se estabelecer uma divisão na Escola Austríaca entre dois paradigmas, conforme será visto no capítulo 3, já que a questão do uso do conhecimento acompanharia toda a sequência dos trabalhos de Hayek depois do debate do cálculo econômico.

Dessa forma, antes de se seguir para a sequência dos trabalhos de Mises e Hayek após o debate do cálculo econômico socialista, será necessário um enfoque maior na importância desse debate para a história da Escola Austríaca. Por isso, na seção seguinte, serão apresentados argumentos de Lavoie (1981) para esclarecer qual será a interpretação adotada neste trabalho

sobre o debate do cálculo econômico socialista, em oposição à que ele chama de “padrão”.

TABELA 2: MISES E HAYEK NO DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO:

<b>Autor</b>	<b>Objeto de Investigação</b>	<b>Com quem discute?</b>	<b>Argumento principal</b>
Mises	Cálculo Econômico em um regime socialista	Socialistas Marxistas	Impossibilidade de calcular sem preços em moeda para refletir as preferências subjetivas dos agentes
Hayek	Cálculo Econômico em um regime socialista	Socialistas Neoclássicos	Necessidade de preços em moeda para comunicar conhecimento fragmentado entre os agentes

## 2.5 UMA CRÍTICA À CONSIDERAÇÃO PADRÃO DO DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO

De acordo com Lavoie (1981), a consideração padrão do debate do cálculo econômico socialista sobre o período pré-1920, isto é, antes da publicação de “Economic Calculation in the Socialist Commonwealth”, é que, até então, pouca atenção havia sido dada à economia do socialismo e que muitos dos primeiros socialistas subestimaram a importância da existência de preços monetários para que o planejamento central fosse realizado. De acordo com esse raciocínio, explica Lavoie (1981), o argumento da impossibilidade do cálculo, introduzido por Mises, após forçar os socialistas a abandonar essa negligência, se mostraria inválido devido aos argumentos dos socialistas de mercado.

Mises' calculation argument is generally credited with having shaken socialists out of their neglect of the economics of planning, but few commentators on the debate are willing to grant him much more than this stimulative accomplishment. His argument is usually interpreted in neoclassical terms, as a denial of the "logical credentials" of socialism, and thus as an assertion that rational economic calculation is not only "impracticable," but also "theoretically" impossible without private ownership of the means of production, even under static conditions (LAVOIE, 1981, p.43).

Ainda sobre a consideração padrão do debate do cálculo econômico socialista, Lavoie (1981) explica que tal narrativa considera que, antes de Mises lançar seu desafio, os argumentos baseados no conceito de equilíbrio já haviam demonstrado a possibilidade “teórica” do socialismo ao propor que, em princípio, o Conselho Central de Planejamento poderia resolver um conjunto de equações simultâneas, da mesma forma que é feito na prática pelo mercado, ou seja, a lógica de Equilíbrio Geral que Walras desenvolvera para analisar o capitalismo poderia ser usada com sucesso para justificar o funcionamento do socialismo.

Do mesmo modo, continua Lavoie (1981), a consideração padrão do debate recorre à lógica do Equilíbrio Geral para responder ao argumento da impraticabilidade do socialismo, lançado por Hayek a partir de sua discussão sobre o uso do conhecimento. De acordo com Lavoie (1981, p.44), essa visão padrão considera que os argumentos de Hayek eram diferentes dos de Mises, representando uma aceitação da possibilidade teórica do socialismo e que, diante disso, Oskar Lange argumentou que um determinado equilíbrio poderia ser definido, de modo que “o Comitê de Planejamento Central poderia 'encontrar' esse conjunto de preços de equilíbrio por um processo de tentativa e erro”.

A conclusão sobre o debate, na consideração padrão, afirma Lavoie (1981, p.44), é que ambos os lados “se limitavam a comparar a idealização de um sistema com as fraquezas práticas de seu oposto” em uma perspectiva estática, de modo a ignorar que “tanto o planejamento quanto o mercado são indispensáveis”. Já na consideração alternativa que propõe para a história do debate do cálculo econômico, Lavoie (1981, p.45) afirma que, ainda que, antes de 1920, a maioria dos socialistas tenha evitado discussões explícitas sobre o funcionamento das instituições propostas para esse regime, é possível entender a maneira como eles idealizavam o planejamento central a partir de sua crítica ao capitalismo e que, portanto, o fato de os socialistas de mercado terem abandonado essa visão é “um fato muito mais relevante do que a visão padrão sugere”.

Quanto à participação de Mises no debate, Lavoie (1981) argumenta que o Austríaco não estava fazendo um argumento de puro equilíbrio, pois estava ciente de que, “sob pressupostos estáticos, não há problema para o

planejamento central”, e que sua discussão foi dirigida diretamente aos que propunham um sistema socialista do tipo marxista, “baseando-se, principalmente, no argumento de que preços monetários são necessários para o cálculo econômico racional”.

His discussion was (...) thus centered mainly on the argument that prices (and not some objective value measure such as labor hours) are necessary for rational calculation. However, contrary to the standard view, his argument is fully applicable to all forms of socialism which advocate common or state ownership of the means of production. Properly interpreted, this challenge has yet to be adequately answered by advocates of central planning (LAVOIE, 1981, p.45).

Já o argumento de Hayek sobre a impraticabilidade do socialismo, para Lavoie (1981, p.45-46), ainda que tenha dado margem a interpretações equivocadas, não significou um “recuo” em relação a Mises, mas sim um “direcionamento do desafio às propostas de planejamento central via solução de equações” e, portanto, “manteve-se totalmente consistente com o desafio de Mises”.

Com essa argumentação, Lavoie (1981) faz, ao mesmo tempo, uma leitura de que houve uma complementaridade nas argumentações de Mises e Hayek no debate do cálculo econômico socialista e uma crítica à interpretação padrão do debate. Para Lavoie (1981), tal interpretação é uma demonstração da incapacidade da teoria Neoclássica em discutir a economia do planejamento central sob uma perspectiva dinâmica, como fizeram Mises e Hayek.

A interpretação alternativa de Lavoie (1981) sugere que, embora tenha se dirigido mais especificamente aos adeptos do socialismo Marxista, Mises elaborou argumentos que são igualmente válidos para contestar os socialistas Neoclássicos, já que a caracterização da “impossibilidade” daquele sistema se baseia na questão do cálculo monetário, necessário para orientar a produção de bens de primeira ordem de acordo com as preferências dos consumidores e que não pode prescindir da propriedade privada dos bens de ordem superior.

Na mesma linha, Hayek, já se dirigindo às propostas de soluções de equações por uma autoridade central, destacou o problema de comunicação do conhecimento descentralizado para defender que o sistema de preços seria a

única forma de descobrir as preferências dos consumidores, já que estas não existiriam de forma independente do ato de escolher, corroborando, portanto, com as críticas de Mises ao socialismo de acordo com a incapacidade que, nessa organização social, os indivíduos teriam de calcular, isto é, usar os preços como instrumento para saber quais bens são desejados com maior urgência.

A interpretação que Lavoie (1981) chama de alternativa será a adotada no restante deste trabalho a partir deste ponto, de forma a analisar os rumos diferentes tomados por Mises e Hayek a partir dessa participação conjunta no debate do cálculo econômico socialista. No entanto, no capítulo 3, que trata do debate da desomogeneização, tal interpretação voltará a ser questionada na seção que expõe os argumentos dos defensores da desomogeneização entre os dois autores.

Nas próximas duas seções, serão apresentados os principais trabalhos de Mises e Hayek após o período do debate do cálculo econômico socialista, a fim de identificar possíveis mudanças de objeto de investigação em ambos e, mais especificamente, reintroduzir a discussão sobre a possível “transformação de Hayek”, que é um assunto importante para o debate sobre a desomogeneização.

Na apresentação da sequência da trajetória acadêmica de Mises, será dado um enfoque maior nos livros “Human Action”, de 1949, e “Theory and History”, de 1957. Nessas duas obras, conforme será defendido, Mises definiu com mais clareza suas posições ontológicas e metodológicas, o que também será um assunto presente no debate sobre a desomogeneização, e aprofundou sua defesa de um sistema econômico baseado na propriedade privada dos bens de ordem superior.

## 2.6 MISES APÓS O DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO: PRAXEOLOGIA E APRIORISMO

Antes de publicar “Human Action”, observa Vaughn (1998, capítulo 4), Mises decidiu deixar a Áustria e, posteriormente, a Suíça devido ao avanço das

tropas alemãs no contexto do início da Segunda Guerra Mundial e chegou aos Estados Unidos em 1940, onde, por conta de suas ideias sobre a impossibilidade do socialismo e inconsistência do intervencionismo, não conseguiria o reconhecimento acadêmico que tinha em sua terra e se isolaria do debate. No entanto, pondera Vaughn (1998, capítulo 4), a mudança de Mises para os Estados Unidos marcaria o início de sua influência sobre um movimento liberal que surgia, o que geraria, na década de 1970, o reavivamento da Escola Austríaca.

Nesse cenário, “Human Action”, publicado em 1949, foi uma retomada dos principais trabalhos de Mises e uma consolidação de seu método de investigação a partir de teorias apriorísticas, isto é, que não estariam sujeitas à refutação por testes empíricos. A partir dessa obra, ficou mais claro o elemento central da abordagem Misesiana para a formação do mercado competitivo a partir de ações individuais, que, embora se caracterize por tentativas de derrotar os concorrentes, não pode prescindir da cooperação mútua para alocar cada membro em uma função que melhor sirva ao grupo.

Assim, para caracterizar a economia de mercado, Mises (2004, capítulo XIV) recorre ao que chama de uma “construção imaginária”, isto é, uma idealização que não corresponde ao mundo real, e pressupõe a existência de divisão do trabalho, propriedade privada e troca de bens e serviços, sem a obstrução de fatores institucionais. Nesse cenário, explica Mises (2004, capítulo XIV), o vendedor sempre estará sujeito à soberania dos consumidores, pois só poderá auferir lucros se antecipar com sucesso os desejos que eles manifestarão no futuro.

Essas trocas de bens e serviços, observa Mises (2004, capítulo XIV), continuam ocorrendo até que se atinja um estado em que nenhuma troca seja possível, ou seja, a ação visa a um estado que prescinda de outras ações, chamado de “estado final de repouso”. Mas esse estado é apenas um “tipo ideal”, ou seja, existe apenas no contexto da construção imaginária, uma vez que, segundo Mises (2004, capítulo XIV), as incessantes mudanças de valorações são fatos desestabilizadores que alteram o estado a que a economia se dirige.

Dessa forma, Mises (2004, capítulo XIV) critica as abordagens que, ao considerar o equilíbrio como uma entidade real, acabam descaracterizando o mercado como um processo formado por mudanças e negligenciando a atividade empresarial, responsável por essas mudanças, pois ignoram que ela não é guiada por considerações de preços de equilíbrio, mas sobre preços futuros que resultarão de mudanças nos dados econômicos. Assim, para Mises (2004, capítulo XIV), a atividade empresarial, fruto da compreensão sobre os eventos futuros em um cenário de incerteza, provoca uma tendência à equalização dos preços de produtos idênticos, apesar desta nunca se realizar.

Ainda dentro de sua caracterização de um sistema de mercado não obstruído, Mises (2004, capítulo XV) desenvolve uma conceituação sobre o capital, afirmando que a poupança é o ponto de partida para o progresso, pois os bens poupados são estágios intermediários para a produção de bens de primeira ordem ou já são bens prontos para consumo futuro. A partir desse conceito, Mises (2004, capítulo XV) esclarece que a renda é o montante que pode ser consumido em um determinado período de tempo sem diminuir o capital, que representa a soma do equivalente em moeda de todos os ativos menos a de todos os passivos.

No mesmo raciocínio, Mises (2004, capítulo XV) define a escassez de capital como uma situação em que o agente está mais distante de atingir o objetivo desejado por não ter começado a persegui-lo antes e explica que, como a noção de mudança implica a de sequência temporal, ninguém pode ser neutro em relação ao tempo, já que o futuro é sempre desconhecido e a ação é sempre especulativa e executada em um cenário de incerteza. Desse modo, sintetiza Mises (2004, capítulo XV), a escassez de capital é uma carência de tempo.

Mises (2004, capítulo XV) explica, então, que, ao projetar um estado futuro, o agente sente um desconforto no presente e que, nessa situação, os bens de capital (bens de ordem superior) são etapas intermediárias para se atingir um determinado objetivo, que pode mudar. Caso mude, ressalta Mises (2004, capítulo XV), nem sempre será possível usar os recursos disponíveis para adequar o plano ao novo objetivo, pois isso dependerá do grau de convertibilidade do bem de capital utilizado, que jamais será perfeito.

Desse modo, Mises (2004, capítulo XV) afirma que as incessantes mudanças no conhecimento tecnológico e na demanda dos consumidores afetam os planos que dirigem o curso da produção, de modo a forçar os agentes a considerar a possibilidade de alterar o uso dos bens de capital. Esse tipo de consideração é influenciado pelo passado, pois, segundo Mises (2004, capítulo XV), os bens de capital, cujo grau de convertibilidade é imperfeito, forçam os indivíduos a ajustarem suas ações às condições resultantes de sua própria conduta anterior e das condutas das gerações passadas.

Com todas essas explicações, “Human Action” aprimorou o argumento de Mises sobre a impossibilidade do cálculo econômico em um sistema socialista, pois a ideia de convertibilidade imperfeita demonstra que as decisões de produção são limitadas pela escassez de bens de capital, de modo que apenas a atividade empresarial pode avaliar se os produtos intermediários disponíveis, fabricados em conformidade com planos anteriores, podem atingir outros fins, isto é, qual será a forma mais lucrativa de ajustar os processos de produção ao caráter específico desses bens de capital.

The main task of economic calculation is not to deal with the problems of unchanging or only slightly changing market situations and prices, but to deal with change. The acting individual either anticipates changes which will occur without his own interference and wants to adjust his actions to this anticipated state of affairs; or he wants to embark upon a project which will change conditions even if no other factors produce a change. The prices of the past are for him merely starting points in his endeavors to anticipate future prices. [...] It is not the task of economic calculation to expand man's information about future conditions. Its task is to adjust his actions as well as possible to his present opinion concerning want-satisfaction in the future. For this purpose acting man needs a method of computation, and computation requires a common denominator to which all items entered are to be referable. The common denominator of economic calculation is money (MISES, 2004, p.213-215).

Assim, ao definir a ação como uma especulação e destacar a importância da atividade empresarial para lidar com o cenário de incerteza, Mises determina, em “Human Action”, que as teorias que seguem os princípios da praxeologia, definida como a ciência da ação humana que investiga a adequação dos meios escolhidos para atingir determinados fins, possibilitam a previsão dos resultados de vários tipos de ação com certeza apodífrica, isto é,



não hipotética, ainda que os níveis em que esses resultados se manifestarão estejam sujeitos aos métodos do “entendimento”, ou seja, às observações particulares do contexto em questão por parte do historiador.

Essa separação Misesiana entre os campos da teoria e da história foi mais bem fundamentada em “Theory and History”, de 1957, em que Mises explica a natureza do valor e suas implicações para uma análise científica do comportamento humano, abordando os problemas das teorias materialistas, que explicam as ideias em termos de condições materiais, e das filosofias da história, que explicam a evolução da sociedade em termos de algum destino final.

Nessa obra, Mises retoma o que já havia definido em “Human Action”, enfatizando que a praxeologia é a disciplina que descreve as consequências invariantes da ação humana independentemente do tempo e do lugar, enquanto a história é a disciplina que descreve como ações individuais e outros fatores relevantes se combinam entre si em um determinado contexto objetivo para produzir um resultado definido, partindo do ponto de vista de seus protagonistas e utilizando, para isso, o entendimento. Mais especificamente, Mises passou a caracterizar esse “entendimento” como matéria do campo da “timologia”, isto é, como relacionado ao conhecimento específico do meio social em que um homem vive e age, consistindo em uma combinação entre introspecção e observação histórica.

Dessa forma, é possível identificar que a definição do campo da timologia, antes chamada por Mises, de forma mais vaga, de “psicologia”, representou um avanço importante na busca por uma coerência entre seus trabalhos, que, até então, focavam mais na teoria pura da praxeologia e seu caráter apodítico, faltando esclarecer com mais detalhes em que consistiria o “entendimento”.

Portanto, “Theory and History” foi um trabalho importante para o esclarecimento das ideias de Mises sobre os papéis da teoria e da história na investigação científica da ação humana. Essa observação é de especial interesse para este trabalho porque a discussão da desomogeneização entre Mises e Hayek, principalmente o que será abordado a partir das discussões de Selgin (1990), sobre praxeologia e entendimento, e de Leeson e Boettke (2006),

sobre os três níveis de investigação econômica, está diretamente relacionada às definições metodológicas dos dois autores.

Na próxima seção, será apresentada a sequência da trajetória acadêmica de Hayek, com maior enfoque em seu projeto “Abuse of Reason”, em que ele questiona o chamado “racionalismo construtivista”, por não reconhecer os limites do uso da razão, o que fundamentaria seus escritos posteriores sobre “ordem espontânea” e o papel das instituições.

## 2.7. HAYEK APÓS O DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO: INDIVIDUALISMO INSTITUCIONAL E RACIONALISMO CRÍTICO

Em consonância com sua leitura das obras de Hayek como coerentes entre si, isto é, de que não houve uma “transformação” na sequência de seus trabalhos, conforme mencionado na seção 2.4, Lewis (2014, p.21-22) argumenta que a abordagem de Hayek não é bem descrita pelo termo “individualismo metodológico”, pois este rótulo está relacionado à ideia de que os fenômenos sociais podem ser explicados apenas “em termos das ações de indivíduos isolados”. Para Lewis (2014, p.22), a explicação de Hayek sobre a ordem sócio-econômica trata de “seres cujas características são construídas a partir de estruturas sociais existentes”, sendo, portanto, mais bem classificada como um exemplo de “individualismo institucional”.

Lewis (2014) observa que, mesmo tendo começado a justificar a importância das instituições a partir de seus trabalhos da década de 1960, Hayek já demonstrava, pelo menos, desde 1945, ano da publicação de “The Use of Knowledge in Society”, a noção de que as informações fornecidas pelos sinais de preço não são suficientes para permitir que os indivíduos coordenem seus planos uns com os outros, já que também seriam necessárias também regras e instituições.

Esse conceito de individualismo institucional é mais claramente identificado na argumentação de Hayek ([1965] 1967, capítulo 5) de que existem limitações relacionadas à evolução das sociedades, com a ponderação de que,

como não reconhece as limitações dos poderes da razão consciente, o racionalista “construtivista”, em uma atitude de “abuso da razão”, passa a ignorar regras morais existentes meramente porque seu desenvolvimento não pode ser racionalmente demonstrado.

It is perhaps understandable that constructivist rationalists, in their pride in the great powers of human reason, should have revolted against the demand for a submission to rules whose significance they do not fully understand, and which produce an order which we cannot predict in detail. That we should not be able fully to shape human affairs according to our wishes went much against the grain of generations which believed that by the full use of his reason man could make himself fully master of his fate. It seems, however, that this desire to make everything subject to rational control, far from achieving the maximal use of reason, is rather an abuse of reason based on a misconception of its powers, and in the end leads to a destruction of that free interplay of many minds on which the growth of reason nourishes itself. True rational insight into the role of conscious reason seems indeed to indicate that one of the most important uses is the recognition of the proper limits of rational control (HAYEK, [1965] 1967, p.92-93).

Essa ideia de “abuso da razão” havia sido desenvolvida a partir de um projeto a que Hayek passou a se dedicar ainda na década de 1940, quando já estava na London School of Economics. De acordo com Caldwell (2008, capítulo 11), o conceito de planejamento estava em voga na Inglaterra da década de 1930 como uma reação às ameaças socialistas e nazi-fascistas e como uma conclusão intelectual sobre a crise de 1929, não só no campo econômico, mas também nos campos moral e político. Dessa forma, explica Caldwell (2008, capítulo 11), muitos intelectuais defendiam a ideia de que as democracias europeias falharam e que a Inglaterra só teria a esperança de não avançar para o totalitarismo se desistisse do liberalismo e adotasse o planejamento social democrático.

A hipótese fundamental dessa ideologia, segundo Caldwell (2008, capítulo 11), era que o planejamento central era a única forma de garantir maior estágio de liberdade para os indivíduos em uma sociedade, o que inspirou a criação do movimento “social relations of science”, a que Hayek se referiria algumas vezes como os “homens da ciência”. Caldwell (2008, capítulo 11) observa, então, que no artigo “Freedom and the Economic System”, de 1939, Hayek respondeu a esse movimento com a ideia de que algum tipo de

planejamento é inevitável, mas que o liberalismo consistiria na construção de um sistema de regras igualmente aplicáveis a todos e com o objetivo de serem permanentes, embora sujeitas à revisão de acordo com o crescimento do conhecimento e as mudanças na estrutura institucional, de forma a possibilitar a tomada de decisão individual.

Assim, de acordo com Caldwell (2008, capítulo 11), as ideias centrais de Hayek nesse projeto eram que o esforço individual seria a melhor maneira para a coordenação efetiva e que só quando a democracia está aliada à liberdade de escolha inerente a um sistema de mercado, ela tem chance de sobreviver, o que seria o tema principal do livro “The Road to Serfdom”, de 1944. Caldwell (2008, capítulo 11) conta ainda que o projeto “Abuse of Reason”, em que Hayek visava responder aos homens da ciência e explicar a origem de sua defesa do planejamento, não chegou a ser completo, mas apenas publicado em partes separadas nos trabalhos: “The Counter Revolution of Science”, de 1941; “Scientism and the Study of Society”, publicado em três partes entre os anos de 1942 e 1944; “The Road to Serfdom”, de 1944; “Individualism True and False”, de 1946; e “Comte and Hegel”, de 1951.

Nesse contexto, Hayek ([1943] 1979, Parte 1, capítulo I) defende que, enquanto as ciências naturais são objetivas, as ciências sociais devem ser subjetivas, isto é, seus fatos devem incluir as opiniões daqueles cujas ações produzem o objeto de estudo, uma vez que, ainda que não se possa observar diretamente a mente das pessoas, é possível reconhecer suas ações porque o observador tem uma mente similar à delas.

Dessa forma, Hayek ([1943] 1979, Parte 1, capítulo I) afirma que os avanços da teoria econômica necessitam da aplicação consistente do subjetivismo, pois, a não ser que se possa entender o que as pessoas querem dizer com suas ações, qualquer tentativa de submetê-las a regras que conectam situações similares entre si, conforme a abordagem que Hayek chamava de “cientificista”, falhará em explicar situações reais.

Ainda segundo Hayek ([1943] 1979, Parte 1, capítulo I), é necessário diferenciar as ideias que constituem o fenômeno que se quer explicar e as que as pessoas cujas ações se quer explicar formaram sobre esse fenômeno, pois

estas não são as causas desse fenômeno, mas apenas teorias a respeito dele. Para Hayek ([1943] 1979, Parte 1, capítulo I), é justamente nesse ponto que falha a abordagem cientificista, pois ela ignora que as qualidades percebidas não são propriedades objetivas das coisas, mas maneiras pelas quais as pessoas percebem e classificam os estímulos que essas coisas lhe proporcionam.

Adicionalmente, Hayek ([1943] 1979, Parte 1, capítulo VIII) ressalta que, como resultado da abordagem cientificista, que se propõe a tratar os objetos da atividade humana em termos de seus atributos “reais”, em vez de como aparecem para os atores, o investigador da sociedade passa a ser considerado como alguém dotado de uma espécie de “supermente”, isto é, com algum tipo de conhecimento absoluto que torna desnecessário começar a investigação a partir do que é conhecido pelas pessoas cujas ações ele estuda.

A partir desses argumentos, já em sua proposta de estabelecer condições empíricas para o estudo dos fenômenos sociais, Hayek ([1955] 1967, capítulo 1) ressalta, sob a adequabilidade das predições nas ciências, que, quando elas se limitam a alguns atributos gerais do que se julga provável que aconteça, há pouco a se fazer para controlar os desenvolvimentos dos fenômenos. No entanto, esclarece Hayek ([1955] 1967, capítulo 1), esse conhecimento de que tipos de eventos são esperados ajuda a tornar a ação mais eficaz, pois, mesmo que não se possam controlar as circunstâncias externas, é possível adaptar as ações a elas.

Portanto, de acordo com Caldwell (2008, capítulo 14), o novo esquema de categorização de Hayek implicava que a economia, assim como outras ciências sociais, poderia ser inteiramente científica sem seguir os métodos da física e de outras ciências “simples”, indo de encontro ao que defendiam os positivistas ou “cientificistas”. Embora Hayek apoiasse a noção de falseabilidade, explica Caldwell (2008, capítulo 14), ele afirmava, ao mesmo tempo, que, nas ciências que estudam fenômenos complexos, em que não se podem realizar experimentos em condições idênticas para se compararem os resultados, o progresso está ligado a uma diminuição da falseabilidade e, por isso, desenvolveu sua teoria de fenômenos complexos em um nível elevado de generalidade.

Esse ponto de partida foi importante para que Hayek desse continuidade a sua proposta de fornecer um método para explicar a utilização do conhecimento disperso no processo de mercado, conforme já defendia desde o debate do cálculo econômico. Ao propor que as teorias deveriam procurar fornecer apenas uma explicação dos tipos de padrões que irão aparecer quando certas condições gerais forem satisfeitas, em vez de buscar a descrição de circunstâncias particulares, ele pôde defender melhor o argumento de que, para aproveitar as forças do mercado, uma política econômica racional deve limitar-se a criar as condições em que o mercado funcionará tão bem quanto possível, sem visar influenciar ou orientar deliberadamente as atividades individuais. Nesse caso, o termo “racional” se refere ao que ele denomina “racionalismo crítico”, ou seja, o racionalismo que reconhece o papel das instituições e das regras implícitas na limitação do poder da razão humana.

Where we have to deal with a complex situation in which observation discloses only very limited regularities, be it in the 'applied' branches of physics or in biology or in the social sciences, we usually ask to what extent our existing knowledge of the forces at work, or of the properties of some of the elements of the complex, may account for what we observe. We endeavour to find out whether this may be derived by deduction from what we know about the behaviour under simpler conditions of some of the factors involved. Of course we can never be certain that what we know about the action of those forces under simpler conditions will apply to more complex situations, and we will have no direct way of testing this assumption, since our difficulty is precisely that we are unable to ascertain by observation the presence and specific arrangement of the multiplicity of factors which form the starting point of our deductive reasoning. Neither the assumption that factors of the kind assumed are present, nor of course the validity of the deductive reasoning, need, therefore, be regarded as disproved if the conclusions at which we arrived are not borne out by observation. But though observation of such complex situations cannot decide whether our conditional ('if then') statement is true, it will help us to decide whether to accept it as an explanation of the facts which we observe (HAYEK, [1955] 1967, p.10).

Nesse ponto, é importante ressaltar que Hayek ([1965] 1967, capítulo 5) caracteriza a defesa de um sistema de economia centralizada como fruto de um racionalismo construtivista ou do “abuso da razão”, enquanto, para Mises (2004, capítulo III), as doutrinas que sustentavam a possibilidade desse tipo de organização social não eram racionais, já que seus defensores se equivocavam sobre determinadas questões teóricas e, para justificar suas ideias, contestavam

a própria existência de leis econômicas universais, agindo com uma "revolta contra a razão".

De certa forma, esse enfoque diferente pode ser entendido como mera divergência na conotação da palavra "razão". No entanto, é notável que Mises caracterizava a ordem social como fruto da razão humana no sentido de que, mesmo sem ter criado intencionalmente as instituições existentes, o homem só as usaria a seu favor quando reconhecesse que elas constituem um meio apropriado para atingir os fins desejados. Hayek, por outro lado, parecia minimizar o protagonismo da razão humana na transformação do mundo de modo intencional e de acordo com a maneira planejada. Isso, em particular, seria utilizado, por Salerno (1990), no debate sobre a desomogeneização apresentado no próximo capítulo, como um marcador de distinção entre dois paradigmas dentro da Escola Austríaca.

No entanto, dentro da mesma discussão sobre racionalidade, observa-se ainda que, em "Theory and History", Mises passou a apresentar com mais clareza a limitação que o contexto social, as instituições e as regras exercem na capacidade de uma ação racional proposital chegar aos fins a que visa. Ao reconhecer que o uso da razão pode levar a erros na escolha dos meios apropriados para se atingir determinado fim, Mises (1985, capítulo 5) diferencia o "determinismo fatalista", que gera passividade ao considerar a razão como um atributo divino infalível, do "determinismo ativista", que reconhece que existe uma regularidade na concatenação entre causas e efeitos e que a ação é possível dentro de uma margem definida pela estrutura das circunstâncias históricas e das leis universais, configurando uma distinção semelhante à que Hayek faz entre "racionalismo construtivista" e "racionalismo crítico".

Na próxima seção, será abordado como, após esse período de relativo ostracismo de Mises e Hayek, a Escola Austríaca passou por um reavivamento, principalmente com os trabalhos de Kirzner, Lachmann e Rothbard, a partir da década de 1970. Essa exposição será importante para a discussão da desomogeneização entre Mises e Hayek porque, conforme será argumentado mais adiante, os trabalhos de Kirzner e Lachmann deixaram mais explícitas as ramificações metodológicas dentro da Escola Austríaca, o que está relacionado

a diferentes interpretações dos trabalhos de Mises e Hayek, enquanto Rothbard criou um movimento mais ideológico em torno de algumas ideias desenvolvidas a partir dos escritos de Mises.

TABELA 3: MISES E HAYEK APÓS O DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO:

<b>Autor</b>	<b>Método de investigação</b>	<b>Ideia de Previsão</b>	<b>Ação Racional</b>
Mises	Praxeologia	Certeza apodítica <i>a priori</i> . Níveis dos resultados determinados pelo entendimento.	Homem age com vista a determinados fins de acordo com as regularidades observadas
Hayek	Pura Lógica da Escolha e Teoria sobre Comunicação do Conhecimento	Teoria permite previsão de padrões com elevado nível de generalidade.	Formações espontâneas delimitam a medida em que o homem pode agir racionalmente

## 2.8. ISOLAMENTO E REAVIVAMENTO DA ESCOLA AUSTRIACA

De acordo com Barbieri (2008), o declínio que a Escola Austríaca sofreu após o debate do cálculo econômico socialista também está relacionado à consolidação da Revolução Keynesiana. Nesse contexto, as teorias Austríacas caíram no esquecimento e só recuperariam parte de sua relevância acadêmica após um conjunto de questionamentos ao consenso.

A abordagem austríaca se opunha ao espírito da época tanto em termos políticos quanto metodológicos: não só as crenças liberais de seus autores, mas também a rejeição do nível de agregação, de formalismo da teoria moderna e do conseqüente uso da estatística em favor do subjetivismo e do individualismo metodológicos contribuíram para o declínio. (...) Ao longo das décadas seguintes, contudo, ocorrem as condições para o ressurgimento da EA. A unanimidade em torno do planejamento central e da administração macroeconômica keynesiana se rompe. A teoria do equilíbrio geral dá sinais de esgotamento, os excessos do formalismo descolam a teoria dos problemas reais. Surge então um interesse por questões metodológicas, abrindo espaço para todo tipo de abordagens alternativas, inclusive a austríaca. O ressurgimento da EA na década de setenta ocorreu nos Estados Unidos. (...) Desde então, vários livros foram publicados e algumas universidades passaram a oferecer cursos em economia austríaca, como as universidades de Nova York, George Mason e Auburn, nos Estados Unidos. (BARBIERI, 2008, não paginado).



Segundo Hülsmann (2007, capítulo 20), desde a chegada de Mises aos Estados Unidos até a década de 1970, as ideias da Escola Austríaca passaram a compor um movimento isolado centrado, que foi se dividindo devido a conflitos internos, com destaque para o desacordo que dizia respeito à questão da "anarquia", defendida pelos seguidores de Murray Rothbard como a melhor maneira para que os mercados se ajustem, em contraste com grupos "minarquistas", que reconheciam algumas funções que deveriam ser exercidas pelo Estado.

Nesse sentido, Vaughn (1998, capítulo 5) explica que Rothbard foi um dos grandes responsáveis pela relevância que adquiriram as publicações e os seminários de Mises nos Estados Unidos. Segundo Vaughn (1998, capítulo 5), para defender a hipótese de que os mercados se ajustam rapidamente sem intervenção do Estado, Rothbard recorreu ao conceito de equilíbrio e que, portanto, o que o diferenciava dos Neoclássicos não eram seus postulados sobre o mecanismo de funcionamento do mercado, mas sua defesa mais enfática da não obstrução deste.

Adicionalmente, Vaughn (1998, capítulo 5) explica que os outros autores que assumiram a tarefa de resgatar o protagonismo da Escola Austríaca a partir de uma perspectiva menos doutrinária em relação à de Rothbard, ainda que com abordagens distintas e, em certos pontos, conflitantes, foram Israel Kirzner e Ludwig Lachmann. De acordo com Vaughn (1998, capítulo 5), Kirzner buscou inserir os trabalhos de Mises no contexto da comunidade acadêmica *mainstream* e, com o livro "Competition and Entrepreneurship", de 1973, contribuiu para o renascimento da Escola Austríaca e, assim como Rothbard, recorreu à ideia de equilíbrio.

No citado livro, Kirzner (2015, capítulo 1) explica que o papel do empresário na economia de mercado não é apresentado pelas teorias baseadas no Equilíbrio Geral Neoclássico com o devido reconhecimento, pois estas não o caracterizam como a força motriz de todo o processo, recorrendo ao modelo de "competição perfeita". Essa forma de apresentação da economia de mercado, explica Kirzner (2015, capítulo 1), não ajuda a compreender o processo que direciona o sistema ao equilíbrio, o que também não foi resolvido pelos modelos

de “competição imperfeita”, pois estes continuaram a excluir da análise o elemento empresarial.

A partir disso, Kirzner (2015, capítulo 1) argumenta que, no processo de mercado, a atividade empresarial frente a um cenário de incerteza faz com que esta seja reduzida em um período futuro, induzindo cada participante a rever suas ofertas à luz de seus conhecimentos recém-adquiridos. Desse modo, acrescenta Kirzner (2015, capítulo 1), o mercado pode ser considerado “competitivo” porque a alteração nas decisões de um período para outro torna cada oportunidade oferecida mais competitiva do que a do período anterior, o que vai de encontro à definição Neoclássica de “mercado competitivo” como aquele que efetivamente atinge a solução final de equilíbrio.

Verifica-se, então que, em conformidade com os argumentos de Mises em “Human Action”, Kirzner (2015, capítulo 2) atribui a tendência do mercado a se aproximar do equilíbrio à presença do elemento empresarial. Dessa forma, Kirzner estende esse conceito e defende a ideia de que qualquer um é empresário potencial, já que essa atividade é essencialmente competitiva e está associada à capacidade de usar seu “estado de alerta” para “descobrir” oportunidades de lucro, de modo que, direcionando o mercado ao equilíbrio, ele esgota essa fonte de lucro.

Assim, identifica-se nessa obra de Kirzner uma intenção de inserir na lógica Neoclássica as ideias de Mises sobre a atividade empresarial no cenário de incerteza e de Hayek sobre o processo de descoberta de oportunidades no contexto de um mercado competitivo e suas consequências não intencionais de comunicação do conhecimento e surgimento de instituições e regras coerentes.

Essa tentativa de Kirzner de aproximar ideais Austríacos do *mainstream* Neoclássico também está inserida na discussão sobre a divisão entre os paradigmas da Escola Austríaca, principalmente a partir das críticas de Salerno, expostas no próximo capítulo. No entanto, com a intenção oposta a de fazer essa aproximação entre os Austríacos e os Neoclássicos, Lachmann também seria incluído entre os que mal interpretaram Mises e seguiram apenas Hayek, conforme será exposto no próximo capítulo com o livro de Selgin.

De acordo com Vaughn (1998, capítulo 7), a motivação de Lachmann era definir e desenvolver a abordagem Austríaca de forma distinta do mainstream, argumentando, de maneira Hayekiana, que, para teorizar sobre o processo de mercado, deve-se, antes, focar nas questões de quais tipos de conhecimento os participantes de mercado devem ter e de como ele pode ser comunicado e utilizado. No entanto, pondera Vaughn (1998, capítulo 7), Lachmann também defendia que o processo de mercado não tem condições iniciais definidas e nenhum ponto final de repouso à vista.

Dessa forma, conclui Vaughn (1998, capítulo 7), Lachmann propôs um subjetivismo “radical”, estendido das preferências humanas para as expectativas e reconhecendo o tempo como a dimensão de toda a mudança, mas de modo a tornar impossível prever qualquer estado futuro, e reforçou a defesa do individualismo metodológico, ou seja, rejeitou formulações teóricas cuja origem não fosse identificada na mente do indivíduo.

Essa abordagem de Lachmann, apesar de propor uma diferenciação da iniciativa de Kirzner, pode ser entendida, da mesma forma, como uma tentativa de resgatar contribuições originais de Mises, como o individualismo metodológico e a passagem do tempo como justificativa para a incerteza, e conciliá-las com a questão do conhecimento e da aplicação consistente do subjetivismo, propostas por Hayek. A diferença mais aparente é que Kirzner focou mais na atividade empresarial para se referir ao conceito de equilíbrio, usado pelos Neoclássicos, enquanto Lachmann, ao negar que houvesse, a qualquer momento, uma tendência ao equilíbrio, considerava a incerteza como um elemento que invalida a pertinência da teoria Neoclássica para explicar o mundo real marcado por mudanças.

Barbieri (2008) observa que, em seus primeiros trabalhos sobre teoria do capital, Lachmann trabalhava com a ideia de predominância das forças equilibrantes, mas que isso mudaria quando ele passou a incorporar as ideias de G.L.S Shackle, autor chave do pensamento Pós-Keynesiano, de modo a dar ênfase maior ao conceito de incerteza no subjetivismo Austríaco.

A guinada na carreira do autor pode ser explicada por considerações metodológicas. [...] Lachmann salienta que a previsão de estados futuros (expectativas corretas) é impossível em Economia, pois como as ações no futuro dependerão do conhecimento dos agentes no futuro, é logicamente impossível saber hoje qual será esse conhecimento, do contrário esse conhecimento seria presente, não futuro. Ergo, se levarmos em conta o elemento subjetivo do conhecimento dos agentes, o futuro não pode ser conhecido *ex ante*. Lachmann enfatiza assim as expectativas divergentes; cada pessoa formulará hipóteses diferentes sobre o futuro, baseadas em seu incerto conhecimento subjetivo. [...] Ao buscar se livrar do modelo mecanicista de decisão neoclássico, Lachmann enfatiza o elemento criativo da ação humana diante de um ambiente marcado pela incerteza radical. Isso, porém, leva o autor a negar as limitações que a realidade econômica imporá à escolha dos agentes (BARBIERI, 2008, não paginado).

Portanto, a discussão sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek engloba a discussão sobre as mudanças nos trabalhos dos próprios autores ao longo de suas vidas, o diálogo com o *mainstream* da teoria econômica, as interpretações particulares que Kirzner e Lachmann fizeram dessas duas referências e a discussão sobre a possibilidade de se identificar diferentes paradigmas desenvolvidos na Escola Austríaca, o que será mais bem detalhado a partir do próximo capítulo, que apresentará o debate ocorrido entre as décadas de 1980 e 1990, com Boettke e Kirzner, de um lado, e Rothbard e Salerno, de outro.

TABELA 4 - EXPOENTES DO REAVIVAMENTO DA ESCOLA AUSTRIACA:

Autor	Baseado em Mises?	Baseado em Hayek?	Trabalhou com a ideia de Equilíbrio?
Kirzner	Sim	Sim	Sim
Lachmann	Sim	Sim	Não
Rothbard	Sim	Não	Sim

### **3. O DEBATE: DO REAVIVAMENTO DA ESCOLA AUSTRIACA À CONSOLIDAÇÃO DA DIVISÃO**

Neste capítulo, será apresentado o debate sobre a conveniência, para o legado da Escola Austríaca, de se estabelecer uma desomogeneização entre Mises e Hayek e discutida a viabilidade de se identificar uma transformação na sequência dos trabalhos dos autores, recuperando-se alguns pontos já apresentados nos capítulos anteriores.

Primeiramente, serão apresentados dois trabalhos considerados aqui como o pré-debate, pois, apesar de terem sido publicados um pouco antes do que será considerado o debate sobre a desomogeneização, eles já antecipavam pontos importantes desse assunto. Tais trabalhos são o “Praxeology and Understanding”, de George Selgin, e o “Economics of Time and Ignorance”, de Gerald O’ Driscoll Jr. e Mario Rizzo. Em seguida, serão apresentados, em seções distintas, os argumentos dos grupos favoráveis e desfavoráveis à visão desomogeneizada entre Mises e Hayek.

Nesse particular, este trabalho adota como ponto de partida do debate os artigos “The Economic Calculation Debate: Lessons for Austrians”, publicado por Kirzner, em 1988; “Ludwig von Mises as Social Rationalist”, publicado por Salerno, em 1990; “The theory of spontaneous order and cultural evolution in the social theory of F.A. Hayek”, publicado por Boettke, em 1990; e “The End of Socialism and the Calculation Debate Revisited”, publicado por Rothbard, em 1991.

No entanto, a questão da “desomogeneização” só seria mencionada diretamente a partir de outro artigo de Salerno, intitulado “Mises and Hayek Dehomogenized”, de 1993. A última palavra sobre o debate entre os textos selecionados para formar esses dois “lados” está no artigo “Economic Calculation: The Austrian Contribution to Political Economy”, publicado por Boettke, em 1998.

Dessa forma, são estabelecidos os dois lados do debate com dois protagonistas cada, sendo Boettke e Kirzner os defensores da homogeneização

de Mises e Hayek; e Rothbard e Salerno os defensores da desomogeneização. Os argumentos mais explorados serão os de Boettke e Salerno devido ao fato de eles representarem o recorte mais recente da Escola Austríaca. A inserção de Kirzner e Rothbard nos grupos do debate se justifica pela importância desses nomes no citado reavivamento da Escola Austríaca. No caso, apenas Lachmann ficou de fora, pois este viria a falecer em 1990, isto é, pouco depois do início da discussão, em 1988.

Na seção seguinte, será apresentada uma ramificação do debate que, dentre os quatro autores mencionados, teve maior foco em Salerno, com as participações de Herbener, Hoppe, Horwitz, Hülsmann e Yeager. Como os argumentos se repetem bastante nesses artigos em relação aos anteriormente apresentados, serão analisadas com maior atenção as críticas de Yeager a Salerno, bem como a resposta deste e a tréplica do primeiro, entre os anos de 1994 e 1997, o que também está, em grande parte, sintetizado no artigo de Boettke, de 1998.

Nas duas últimas seções do capítulo, serão destacados os pontos principais do debate, de forma a fazer uma síntese e definir como se poderia chegar a uma conclusão sobre essa controvérsia, o que será feito com o auxílio do artigo “Was Mises Right?”, de Leeson e Boettke, publicado em 2006, em que os autores apontam os possíveis desvios de Hayek da metodologia de Mises para refletirem sobre os rumos de pesquisa da Escola Austríaca.

Particularmente, este trabalho adotará a visão de que Hayek deu prosseguimento ao programa de pesquisa Misesiano, mas procurando avançar em alguns pontos importantes, como a elaboração de uma teoria de aquisição do conhecimento, de modo a estabelecer um nível intermediário entre a teoria pura (praxeologia) e a investigação histórica (entendimento), o que se aproxima mais do que argumentam os defensores da homogeneização. Esse nível de teoria, chamado por Leeson e Boettke de “institucionalmente contingente” se mostrará diretamente relacionado com a explicação da teoria sobre a aquisição do conhecimento.

Todo esse esforço se direciona à demonstração de que o citado debate, que terminou sem uma conclusão clara, se configurou em outra fase de perda

de espaço da Escola Austríaca na comunidade acadêmica, ou pelo menos de alguns autores identificados com ela, conforme será explicado na conclusão.

### 3.1. O PRÉ-DEBATE: ABORDAGENS RELACIONADAS À DISCUSSÃO SOBRE A DESOMOGENEIZAÇÃO ENTRE MISES E HAYEK

Nesta seção, serão apresentados os trabalhos “Economics of Time and Ignorance”, de Gerald O’ Driscoll Jr. e Mario Rizzo, publicado em 1985, e “Praxeology and Understanding”, de George Selgin, publicado em 1988. Ambas as obras, apesar de não elaborarem argumentos explícitos referentes ao debate sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek e não serem mencionadas nos artigos que compõem tal debate, anteciparam pontos importantes que seriam abordados por Boettke, Kirzner, Rothbard e Salerno, apresentados nas duas próximas seções.

Na interpretação deste trabalho, Selgin levantou questões pertinentes sobre a controvérsia entre Kirzner e Lachmann referente à existência de tendência ao equilíbrio em um sistema econômico e, ao se posicionar contra os argumentos dos dois autores, esclareceu sua interpretação do que seriam as ideias originais de Mises sobre o papel da praxeologia. Do mesmo modo, Selgin apresenta uma visão sobre Hayek, principalmente após o artigo “Economics and Knowledge”, bastante semelhante ao dos defensores da desomogeneização, isto é, de que esse trabalho teria representado o início de sua ruptura com Mises, particularmente porque teria argumentado contra a validade da praxeologia (pura lógica da escolha) como instrumento de investigação do sistema econômico.

Em contraste, O’ Driscoll Jr. e Rizzo, também na interpretação deste trabalho, tomaram uma atitude conciliatória em relação à controvérsia que envolveu Kirzner e Lachmann sobre a existência de uma tendência ao equilíbrio em um sistema econômico e criaram um novo conceito, chamado de “coordenação de padrões”, para inserir as contribuições destes dois autores em uma nova proposta de unificação da abordagem Austríaca sobre teoria econômica, o que, indiretamente, apresentou argumentos a favor da visão homogeneizada entre Mises e Hayek.

### 3.1.1. Praxeologia e entendimento: uma tentativa de resgate das ideias originais Misesianas

Selgin (1990) argumenta que o ceticismo sobre a existência de leis exatas e universais, característico da Escola Histórica Alemã no contexto do “Methodenstreit”, voltou a ser um desafio para a Escola Austríaca a partir dos trabalhos de G.L.S. Shackle e Ludwig Lachmann, principalmente devido à alegação de que o futuro é incognoscível e “caleídico”. De acordo com Selgin (1990, p.10), a ação no mercado, para ser racional, “exige que os agentes possam antecipar o comportamento de outros indivíduos”, de forma que a ideia de ação “proposital” pressupõe a aceitação do que Mises chamara de “determinismo ativista”, isto é, de que o universo impõe certas regularidades que, para poder agir, o homem precisa descobrir.

Selgin (1990) observa, então, que ao apontar a necessidade de a praxeologia explicar o problema das “expectativas divergentes”, Lachmann se baseou no argumento de Shackle segundo o qual a teoria econômica não pode lidar com as implicações de um futuro “caleídico”. Por isso, conclui Selgin (1990, p.35), Lachmann fundamentou seu questionamento ao pressuposto de que o mercado abriga uma “tendência ao equilíbrio” a partir da ideia de que a teoria econômica deveria “abandonar suas reivindicações de validade universal e se tornar um ramo da história e da sociologia aplicadas”.

A partir disso, Selgin (1990) cita o debate entre Kirzner e Lachmann sobre a existência ou não de uma tendência ao equilíbrio, sendo que o primeiro defendia que sim e o segundo que não. No entanto, Selgin (1990) explica que sua visão sobre essa questão contrasta com as de ambos, pois nenhuma delas seria “consistentemente subjetiva”, e, pelo mesmo motivo, se distingue da de Hayek, que teria proposto uma “solução empírica”.

De acordo com Selgin (1990), a noção praxeológica de equilíbrio considera o lucro e a perda empresariais como fenômenos subjetivos, isto é, sem base objetiva fora das mentes dos participantes do mercado. Dessa forma, argumenta Selgin (1990, p.39), não se podem conceber esses fenômenos além das ações dos participantes do mercado, pois, devido à ação empresarial, os



lucros “imaginados” ou “entendidos”, em vez de “percebidos” ou “descobertos”, são, “lógica e temporariamente destruídos”.

Portanto, para Selgin (1990), quando houver ação, haverá uma oportunidade de lucro imaginada, de modo que, por definição, a própria ação leva à eliminação sistemática dos lucros e perdas empresariais, ou seja, equilibra o sistema. Essa interpretação busca se opor a de Kirzner por não considerar que as oportunidades de lucro existam *ex ante*, isto é, independentemente das ações dos indivíduos. Em adição, Selgin (1990, p.40) afirma que o equilíbrio “não faz referência ao estado do conhecimento dos participantes do mercado”, o que só deveria ser discutido na questão da coordenação, que, em sua interpretação, é distinta da do equilíbrio e está fora do âmbito da praxeologia.

Em referência ao que interpreta como um erro de Kirzner, Selgin (1990, p.42) afirma que não se deve “confundir lucro com excedente monetário” ou “descrever a concorrência e a tendência ao equilíbrio em termos de diminuir esse excedente”, pois tal procedimento dependeria de “uma definição objetiva de lucro empresarial”, o que, para Selgin (1990), sai do âmbito da praxeologia e entra no do entendimento ou “senso comum”, adotado pelos historiadores e pelos próprios empresários.

Para Selgin (1990, p.43), portanto, Kirzner, em sua análise do empreendedorismo, sugere a possibilidade de, no mercado sem obstáculos, a ação poder “deixar de eliminar sistematicamente os lucros empresariais”, ou seja, “deixar de equilibrar”. Essa visão, argumenta Selgin (1990, p.43), “encorajou o tratamento do equilíbrio como uma questão empírica, sujeita à dúvida” e se aproxima dos conceitos estáticos da otimidade de Pareto e do Equilíbrio Geral, enquanto a abordagem praxeológica sobre esse conceito é incompatível com a questão do “alerta”, uma vez que não permite a categoria de “oportunidades de lucro inexploradas”.

De volta a Lachmann, Selgin (1990, p.46-47) entende que este autor adotou uma visão Schumpeteriana, segundo a qual a ação empresarial é principalmente desequilibrante, e, como Kirzner, “abordou essa questão a partir de critérios Walrasianos”. Assim, na interpretação de Selgin (1990, p.47), o

equilíbrio é visto por Lachmann como “um determinado estado de coisas definido em relação a algum conjunto objetivamente dado de meios e fins exploráveis”.

Dessa forma, Selgin (1990, p.47) pondera que, “em relação a um ideal estático, muitas ações são desequilibrantes”, mas que a ideia de equilíbrio “deve se referir não à tendência de se aproximar de um determinado estado concreto, mas à tendência de os planos serem modificados em conformidade com as aspirações dos participantes no mercado”. Portanto, conclui Selgin (1990, p.47), “o único sentido em que a ação pode ser dita como sendo equilibrante é o dinâmico”, assumindo “mudanças contínuas nos meios e fins e ausência de equilíbrio propriamente dito”, o que implica a rejeição completa dos critérios Walrasianos, no que Kirzner e Lachmann teriam falhado.

Essa exposição sobre as críticas de Selgin em relação a Kirzner e Lachmann por supostamente não adotarem abordagens suficientemente subjetivas é importante para entender as críticas que ele faz a Hayek na questão da teoria da aquisição do conhecimento e na definição dos níveis de investigação econômica. Para Selgin (1990, p.49), “o cálculo econômico possibilita um vínculo entre a ação equilibrante e a satisfação dos empresários aos desejos dos consumidores”, fazendo com que aqueles percebam as necessidades destes como se fossem os meios para o cumprimento de seus próprios fins.

Selgin (1990, p.50) argumenta que, na ausência de tal cálculo, a imaginação das oportunidades de lucro, ou seja, a especulação empresarial se tornaria, de fato, “um processo completamente aleatório, sem relação com o estado das preferências dos consumidores”, conforme pode ser entendido na concepção de futuro “caleídico”, adotada por Shackle e Lachmann. Assim, Selgin já adianta o argumento mais fundamental dos defensores da desomogeneização entre Mises e Hayek, a saber, a distinção entre o problema do cálculo, desenvolvido pelo primeiro, e o do conhecimento, introduzido pelo segundo.

De acordo com Selgin (1990), a ideia de que a existência de preços de mercado, que depende da propriedade privada dos meios de produção, é um pré-requisito para o cálculo econômico pode ser verificada sem recurso a pressupostos quanto ao uso e à disseminação do conhecimento, como defendia Hayek, ou ao alerta dos empresários, conforme explicado por Kirzner. Em

sequência, de forma mais explícita, Selgin (1990, p.54) critica Hayek por argumentar que “os resultados da praxeologia, por serem tautológicos, não têm significado independente e prático”, respondendo que essas tautologias são de grande importância para refutar qualquer tentativa de negá-las.

Mais especificamente, Selgin (1990) aponta uma ruptura de Hayek com a abordagem praxeológica a partir do artigo “Economics and Knowledge”, de 1937, em que ele admitiu que a teoria econômica possuísse um componente “formal”, chamado de “pura lógica da escolha”, mas considerou que a significância deste componente formal está circunscrita ao contexto analisado. Dessa forma, na interpretação de Selgin (1990), Hayek considerou a praxeologia como sendo apenas contingente para a elucidação dos fenômenos do mercado, de modo que, no que diz respeito ao mundo social, ela se tornaria inútil como um meio independente para derivar verdades úteis, necessitando de uma teoria sobre a aquisição do conhecimento.

Em adição a sua defesa da praxeologia, Selgin explica o papel do “entendimento” para resolver o problema da identificação da coordenação no sistema econômico. Selgin (1990, p.55) explica que, para determinar se “um determinado estado de coisas exemplifica a coordenação ou a compatibilidade dos planos, os cientistas sociais devem recorrer à compreensão específica”, empregada na análise histórica e, portanto, “avançar em relação ao subjetivismo rigoroso, imputando aspirações específicas aos indivíduos”.

Nesse ponto, Selgin (1990) retoma a crítica ao conceito de futuro caleídico, com o argumento de que, em um mundo com essa característica, a coordenação e o progresso econômico não são possíveis. Em consequência dessa visão, prossegue Selgin (1990), a ação não poderia ser “proposital” e, agora sim, a praxeologia seria um corpo de afirmações tautológicas sem serventia para explicar o mundo real.

A conclusão de Selgin (1990, p.62) sobre esse problema é que a praxeologia não pode ser reconstruída com base em uma teoria sobre a aquisição do conhecimento, pois qualquer explicação sobre a atividade empresarial deve “pressupor a regularidade rejeitada pela concepção de futuro caleídico”. Nesse ponto, ele cita diretamente o livro “Economics of Time and

Ignorance”, de O’ Driscoll Jr. e Rizzo, como uma tentativa que “não deve satisfazer os críticos que sustentam que o futuro está além do alcance da capacidade empresarial”.

The logical alternative for believers in kaleidic change who seek to engage in economics is to adopt a tempered version of the kaleidic society thesis. In this case, they might maintain that the future is only *potentially* kaleidic and that history does witness temporary periods of relative stability and even progress. In the midst of such intervals, institutions exist that possess a degree of permanence. Economic theory may deal with these institutions and with the human actions that give rise to them, although it must recognize that its conclusions are never a description of necessary or universally valid truths. This outlook, of course, defines historicism (SELGIN, 1990, p.66-67).

A partir disso, este trabalho passa a argumentar que esse desafio de Selgin já havia sido resolvido justamente por O’ Driscoll Jr. e Rizzo, que, com o conceito de “coordenação de padrões”, compatibilizaram, sem recorrer ao historicismo, os insights de Lachmann sobre “incerteza radical” e “futuro caleídico” com os de Kirzner sobre tendência ao equilíbrio motivada pelo “alerta empresarial” e pela “descoberta de oportunidades”, de modo a configurar o que os dois autores de “Economics of Time and Ignorance” chamariam de “subjetivismo dinâmico” e voltado ao “tempo real”, em oposição ao “tempo newtoniano”.

### 3.1.2. Coordenação de padrões: a demonstração da coerência entre as contribuições de Mises e Hayek para a Escola Austríaca

Em oposição à suposta pertinência de distinguir, em alguns pontos, as teorias de Mises das de Hayek, torna-se notável o trabalho de O’ Driscoll Jr. e Rizzo, em “Economics of Time and Ignorance”, de 1985, para tornar coerente a explicação evolucionista da formação de instituições e da adoção de regras em decorrência da comunicação do conhecimento com o caráter apriorístico da explicação sobre a maior eficiência de um sistema de planejamento descentralizado, de modo a demonstrar a coerência entre as abordagens que poderiam configurar os “dois paradigmas” da Escola Austríaca.

Com o objetivo de esclarecer como a controvérsia sobre a tendência do sistema em atingir o equilíbrio, que contrapôs Kirzner e Lachmann, nesta subseção, além de introduzir as contribuições que, indiretamente, O' Driscoll Jr. e Rizzo ofereceram para a discussão da desomogeneização de Mises e Hayek, também serão apresentados alguns pontos chave do pensamento de Lachmann, mencionados de maneira mais breve no capítulo 2.

De acordo com O' Driscoll Jr. e Rizzo (1996, introdução, p.11), uma das razões pelas quais a teoria econômica tem caráter “fundamentalmente estático” é que a mecânica da otimização e os pressupostos de equilíbrio não são consistentes com uma análise em que a incerteza, implícita em um processo em que há passagem do tempo, é levada em consideração. No entanto, os autores admitem que a atividade empresarial só pode existir “se a estrutura do sistema propicia pelo menos algum grau de previsibilidade”, o que não ocorre em uma concepção de incerteza radical.

A partir desse dilema, O' Driscoll Jr. e Rizzo (1996, introdução) propõem uma construção de equilíbrio alternativa, a saber, a coordenação de padrões, que é consistente com a incerteza endógena ao que eles chamam de “tempo real”, em oposição ao “tempo newtoniano”, adotado nos modelos padrão de equilíbrio como algo que não pressupõe a mudança irreversível. Incorporando uma discussão já feita por Hayek ([1962] 1967, capítulo 3), O' Driscoll Jr. e Rizzo (1996, introdução, p.12) explicam que os processos de mercado, em um contexto de ignorância em relação ao futuro, consistem “não só em otimizar o comportamento proposital, mas também na adoção de regras”, o que, por sua vez, está relacionado ao papel social das instituições.

O' Driscoll Jr e Rizzo (1996, capítulo 1) buscam levar em conta as forças de desequilíbrio porque as consideram frutos de erros, ou seja, admitem que existe uma solução implícita contida nos dados econômicos, o “estado final de repouso” a que Mises se refere, mas querem explicar por que essa solução não se concretiza a partir de processos endógenos ao sistema e descobrir as condições de cooperação necessárias para justificar uma tendência ao equilíbrio, mesmo diante de erros.

While most of the older work in Austrian economics certainly did recognize that not all market adjustments are equilibrating, very little emphasis was placed on this recognition and its implications were certainly not explored. It was as if disequilibrium were not an “essential” feature of the market economy: equilibration is essential, while disequilibrium is random or “accidental.” Whatever incentive-driven asymmetries between equilibration and disequilibrium exist (viz, agents seek profits and not losses), error is not an accidental feature of a world in real time. The subjective perception of the passage of time inherently or essentially involves genuine surprise. Unless we quite artificially restrict the system to favorable surprises only, error and disequilibrium will be inevitable and therefore an essential part of market “adjustment”. [...] These tendencies are not simply the result of changes in the exogenous data but emanate from the source of equilibrating behavior, that is, the indeterminate or creative response to perceived profit opportunities. [...] The very process of adjustment—or rather attempted adjustment—will produce errors that undermine equilibration (O'DRISCOLL JR e RIZZO, 1996, p.xvii-xviii).

Dessa forma, O' Driscoll Jr e Rizzo (1996) partem da proposta Hayekiana de teorização institucionalmente contingente das condições em que o equilíbrio ocorre, para criarem maior coerência na teoria do empresário descobridor de Kirzner e, portanto, no empresário promotor de Mises, de acordo com a consideração da incerteza radical, conforme discutida por Lachmann, a quem, é conveniente destacar, os autores dedicaram o livro.

Enquanto Kirzner segue Hayek, na hipótese coordenadora do mercado por meio da descoberta de oportunidades e da comunicação do conhecimento, e Mises, na abordagem do papel da atividade empresarial para que essa coordenação se concretize, Lachmann defende que, do mesmo modo que as coordenadoras, as tendências descoordenadoras se apresentam no processo de mercado, que se caracteriza como um processo contínuo de interação entre as forças de mudança.

Professor Hayek and Mises both espouse the market process, but do not ignore equilibrium as its final stage. [...] It is this view of the market process as at least potentially terminating in a state of long-run general equilibrium that now appears to require revision. In a kaleidic society the equilibrating forces, operating slowly, especially where much of the capital equipment is durable and specific, are always overtaken by unexpected change before they have done their work, and the results of their operation disrupted before they can bear fruit. Restless asset markets, redistributing wealth every day by engendering capital gains and losses, are just one instance, though in a market economy an important one, of the forces of change thwarting the equilibrating forces. Equilibrium of the economic system as a whole will thus never be reached. Marshallian markets for individual goods may for a time find

their respective equilibria. The economic system never does. What emerges from our reflections is an image of the market as a particular kind of process, a continuous process without beginning or end, propelled by the interaction between the forces of equilibrium and the forces of change ([LACHMANN, 1976], PRYCHITKO (Ed.), 1998, p.62).

Nesse sentido, a principal contradição nas interpretações dos trabalhos de Mises e Hayek parece ser entre Lachmann e Kirzner, ainda que, manifestamente, ambos procurassem partir de um terreno comum identificado nos trabalhos dos dois austríacos. A tentativa de O' Driscoll Jr. e Rizzo (1996) de buscar uma conciliação das divergências que se manifestavam dentro da Escola Austríaca, portanto, se materializou na inserção dos insights de Lachmann sobre a existência de forças de desequilíbrio endógenas no funcionamento do próprio mercado na teoria empresarial de Kirzner.

Destaca-se ainda que a influência Misesiana em Lachmann fica mais clara quando ele explica o papel do “entendimento” na teoria econômica, defendendo que os objetos das ciências sociais analíticas não são as causas psicológicas das decisões humanas, mas sim as consequências lógicas desses fatores. Usando o termo de Mises, as causas psicológicas são os “dados irreduzíveis”, da análise praxeológica.

Characteristic of the trend of thinking of the Austrian school is, in our view, Verstehen (understanding), introduced as a method into the theoretical social sciences. [...] There is a significant difference between understanding as historical method, as it found its systematic expression, for example, in Droysen's *Historik*, and understanding as a theoretical method, that is, as a method for the interpretation of typical courses of action with the aid of thought designs, for example, economic plans (LACHMANN, [1966] 1977, p.47).

Além disso, Lachmann ([1966] 1977, Parte 2, p.62) explica que o plano econômico de um indivíduo é “o protótipo do esquema de pensamento que se encontra na base da ação”, de forma que “os agentes econômicos se orientam para os planos com base em dados naturais e nas ações atuais ou esperadas de outras pessoas”. No entanto, Lachmann ([1966] 1977, Parte 2) pondera que, por sua vez, esses esquemas de “primeira ordem” são orientados pelas instituições, possibilitando, em certa medida, a coordenação de planos individuais, o que o leva a propor que a praxeologia, até então voltada ao estudo

dos esquemas de primeira ordem, deveria se voltar à análise dos esquemas de segunda ordem, ou seja, às instituições.

Portanto, a fim de complementar as teorias de Kirzner e Lachmann, O' Driscoll Jr e Rizzo (1996, capítulo 2) admitem que, em uma visão dinâmica, as instituições desenvolvidas pelo mercado são coordenadoras em relação a técnicas, mas não a fatos específicos, ou seja, há "coordenação de padrões". Nesse sentido, O' Driscoll Jr e Rizzo (1996, capítulo 1, p.6) utilizam-se dos conceitos de "tempo real" e "incerteza radical" para teorizar sobre instituições que "reduzam, embora não eliminem, a falta de limite do sistema econômico, fornecendo padrões estáveis de interação".

The unboundedness of expectations [...] means that traditional maximization techniques are inapplicable [...], actors are more appropriately modeled as following rules of thumb or "routines" [...] at one end of the behavioral continuum, or as engaging in entrepreneurial discovery at the other end [...]. In the first case, many different perceptions of the environment, as well as different expectations, are each consistent with the same pattern of behavior. [...] In the second case, entrepreneurial discovery can be seen as an attempt to fill coordinative gaps in the system that arise from existence of time and ignorance. [...] Entrepreneurs are, however, themselves subject to the effects of time and ignorance, and hence may often commit errors. [...] Nevertheless, it seems reasonable to believe that a world without profit-seeking entrepreneurial behavior is likely to be more unpredictable and unstable than a world with it (O'DRISCOLL JR e RIZZO, 1996, p.5-6).

Mais especificamente, ao tentarem conciliar o subjetivismo radical e o mundo calefídico de Lachmann com a teoria empresarial de Kirzner, que idealiza um processo de "descoberta", O' Driscoll Jr. e Rizzo relaxam as divergências entre os supostos paradigmas de Mises e Hayek, pois o conceito de ação proposital do primeiro é mantido na hipótese de que os empresários promovem intencionalmente a coordenação do mercado em direção a um estado final de repouso, enquanto a evolução espontânea das instituições, explicada pelo segundo, está contida na observação de que os agentes seguem "regras de bolso" (*rules of thumb*) para tornar seu comportamento mais previsível.

[...] In either event, when agents follow rules of thumb their behavior is more predictable. Under a wide variety of situations the same rule will be applied. Furthermore, creative entrepreneurship, spurred on by



profit opportunities, strives to make coordination of plans possible. By shouldering uncertainty [...], or by attempting to foresee the future more accurately, entrepreneurs reduce the effective amount of uncertainty facing others [...]. This does not mean that entrepreneurial activity does not create some uncertainty of its own. It simple means that, relative to a world of no entrepreneurship, the changes that exogenously impinge on a system are less disruptive. Because of entrepreneurship there is more stability and regularity in the flow of events (O'DRISCOLL JR e RIZZO, 1996, p.77-78).

Portanto, quando atribuem à “descoberta empresarial” o papel de “preencher lacunas de coordenação no sistema”, O’ Driscoll Jr. e Rizzo (1996, capítulo 6) admitem que essa coordenação é uma consideração apriorística, conforme defende Mises, mas que o grau de coordenação depende da eficiência de elementos institucionais que limitam a esfera das ações, conforme defende Hayek. Mais especificamente, O’ Driscoll Jr. e Rizzo (1996) estabeleceram um conceito de equilíbrio “dinâmico” que está, ao mesmo tempo, de acordo com as proposições praxeológicas apriorísticas e condizente com a dependência do contexto institucional para sua realização, o que pode ser entendido como o objetivo de Hayek desde a publicação de “Economics and Knowledge”.

Adicionalmente, o conceito de coordenação de padrões, ao englobar a explicação de Kirzner sobre a atividade empresarial que estabelece uma tendência de equilíbrio dinâmico e subjetivo para o sistema, implica a rejeição à proposta de Selgin de diferenciar o conceito de equilíbrio, que seria praxeológico, do de coordenação, que estaria no campo do entendimento, o que está ligado ao objetivo implícito do autor de defender o que ele entende ser uma visão puramente Misesiana da praxeologia, isto é, que não inclui as discussões de Hayek sobre a teoria de aquisição do conhecimento.

Nesse sentido, O’ Driscoll Jr. e Rizzo apontaram, antes mesmo do debate sobre a desomogeneização, a pertinência de uma visão homogeneizada ou complementar entre os trabalhos de Mises e Hayek e uma visão unificada da Escola Austríaca como um todo. Adicionalmente, a explicação de como lidar com a preocupação de Hayek de estabelecer uma teoria complementar à pura lógica da escolha e manter a conclusão praxeológica Misesiana de que o mercado não obstruído é uma condição necessária e suficiente para o cálculo econômico racional também pode ser entendido como presente nesse conceito de “coordenação de padrões”, que engloba o problema da comunicação do

conhecimento de acordo com a atividade empresarial possibilitada pelas lacunas do sistema institucional.

Curiosamente, apesar de adiantarem muitos elementos do debate pouco antes dele ser iniciado, nem o livro de O' Driscoll Jr. e Rizzo e nem o de Selgin foram mencionados nos artigos dos dois “lados” da controvérsia. Talvez esse tenha sido o motivo de os argumentos terem se tornado repetitivos e o debate ter terminado sem uma conclusão clara no fim dos anos 1990. Por isso, as próximas seções, além de expor os principais argumentos do debate da desomogeneização, irão propor uma conclusão para o que foi deixado em aberto.

TABELA 5 – O PRÉ-DEBATE:

<b>Autores</b>	<b>Equilíbrio</b>	<b>Coordenação</b>
Selgin	Existe <i>a priori</i> como resultado de qualquer ação racional	Diferente do Equilíbrio. Pertence ao campo do Entendimento.
O' Driscoll Jr. e Rizzo	Está sujeito ao arranjo institucional que permite a ação equilibrante	Igual ao Equilíbrio. Existe em relação a padrões propiciados pelo arranjo institucional.

### 3.2. A DEFESA DA DESOMOGENEIZAÇÃO: DOIS PARADIGMAS

Propondo uma distinção entre as abordagens de Mises e Hayek, mais especificamente no tratamento do conceito de “razão”, Salerno (1990) defende a ideia de que Mises foi um “racionalista social”, isto é, de que sua visão era que todas as interações sociais surgem como produto da razão humana consciente, que se configura como o “dato irredutível”. Na interpretação de Salerno (1990), o argumento Misesiano deixa claro que as regras de conduta e as instituições sociais são, ao mesmo tempo, consequência de um processo evolucionário, em que o homem não está plenamente consciente do caminho seguido e suas alternativas, e o resultado de ações de seres individuais, que ajustam seu comportamento de maneira proposital às necessidades de cooperação social sob o regime de divisão do trabalho.

Em contraste, explica Salerno (1990), ao definir a ordem social como “espontânea”, em vez de “racional”, Hayek argumentava que a função social do

sistema de preços seria facilitar “o uso do conhecimento na sociedade”, afastando-se da concepção apresentada por Mises de que essa função consiste em possibilitar “o uso do cálculo monetário”. Baseando-se nas explicações de Mises sobre a origem do dinheiro, em “Theory of Money and Credit”, Salerno (1990) usa a ideia de que os preços passados não podem conter o conhecimento relevante para os planos de produção orientados para o futuro para questionar a teoria de Hayek sobre aquisição de conhecimento.

Dessa forma, nessa interpretação, ainda que do “mesmo lado” de Mises no debate sobre a viabilidade de um regime socialista, Hayek considerava que esse sistema seria possível se os planejadores tivessem perfeito conhecimento das escalas de valor dos indivíduos, enquanto Mises defendia que, ainda que houvesse conhecimento perfeito, o problema crucial do socialismo, isto é, o do cálculo monetário, permaneceria insolúvel devido à ausência de preços, que só seriam formados em um regime baseado na propriedade privada dos bens de ordem superior, pois apenas eles poderiam traduzir genuinamente as preferências ordinais dos indivíduos em termos cardinais.

Nesse particular, Salerno (1990b, p.61) defende que Hayek fez uma “concessão injustificada” para os argumentos de que os métodos da economia matemática poderiam ser utilizados para produzir uma solução para o problema do cálculo econômico em um sistema socialista, pois, para Salerno (1990b), Hayek admitiu que, na “teoria”, isso poderia ser feito por meio de equações simultâneas, mas considerou que, na “prática”, as contínuas e imprevisíveis mudanças dos dados tornariam a solução inadequada ao estado atual da economia.

Ainda sobre o conceito de “racionalismo social”, Salerno (1990, p.31) reafirma que, “ainda que as instituições não tenham sido criadas por uma única mente”, Mises as considerava “produto de planejamento intencional de indivíduos”, cujas ações são continuamente moldadas pelas mudanças inerentes à passagem do tempo. Dessa forma, Salerno (1990) diferencia a visão de Mises, um “racionalista social”, da dos que ele chama de “racionalistas ingênuos”, segundo os quais a sociedade, a ordem legal e as instituições se desenvolvem

em conformidade com o planejamento de indivíduos completamente cientes de suas metas e das maneiras mais adequadas de alcançá-las.

Segundo Salerno (1990, p.32), enquanto esses racionalistas ingênuos acreditam que as leis vieram a existir como um conjunto de contratos explícitos, Mises, como um racionalista social, caracteriza a lei em uma economia de mercado como um código que “emerge do processo de espalhamento de consciência da maior produtividade da integração pacífica à divisão social do trabalho em relação à produção de subsistência”. No entanto, Salerno (1990) salienta que a rejeição ao racionalismo ingênuo não implica entender que o mercado seja consequência de processos não racionais, mas sim que a economia de mercado é um produto da razão consciente, ainda que nem todos os resultados observados correspondam aos idealizados em planos completos formulados no passado.

Em conformidade com sua caracterização de Mises como um “racionalista social”, Salerno (1993, p.114-115) argumenta que o termo “Economia Austríaca” pode se referir a dois paradigmas completamente distintos. Ele explica que o Hayekiano, que deriva dos trabalhos de Friederich von Wieser, enfatiza a fragmentação do conhecimento agregado em uma sociedade, que se encontra disperso entre consumidores e produtores individuais, como “o problema primário da cooperação econômica e social”, enxergando o sistema de preços de mercado como “o meio pelos quais esses fragmentos de conhecimento são comunicados entre os tomadores relevantes de decisão no processo de produção”.

De forma distinta, segundo Salerno (1993, p.115), o paradigma Misesiano “representa um desenvolvimento do pensamento de Eugen von Böhm-Bawerk”, que, nessa interpretação, se baseia no argumento da necessidade do cálculo monetário, ou seja, na ideia de que a propriedade privada dos bens de capital e, conseqüentemente, os preços de mercado são “uma condição necessária para a alocação racional dos recursos em um sistema econômico baseado na divisão do trabalho”. Essa questão tem sua importância explicada por Salerno (1993, p.115) pelo “erro recorrente de se atribuir a Mises argumentos desenvolvidos por Hayek” apenas porque o último foi influenciado

pelo primeiro em suas teorias sobre ciclos de comércio e no próprio debate sobre o cálculo econômico socialista.

Em adição, essa distinção de dois paradigmas está ligada à rejeição de Salerno (1993) à interpretação de Kirzner sobre a atividade empresarial definida por Mises, a saber, a ideia de que o empresário é o agente que manifesta um maior alerta para descobrir oportunidades de lucro. Segundo Salerno (1993, p.119), Mises conceituava a “descoberta” como uma categoria “logicamente contida no próprio conceito de escolha” e que, por isso, “não precisaria ser colocada como uma faceta independente da intencionalidade humana”.

Para Salerno (1993, p.121), a visão que Kirzner tem do processo de mercado tem “muito mais em comum com a de Hayek do que com a de Mises”. De acordo com Salerno (1993, p.122), Mises considerava que as mudanças exógenas nos dados econômicos impedem o sistema econômico de atingir o equilíbrio de longo prazo, isto é, o “estado final de repouso”, no qual “lucros e prejuízos são completamente erradicados”, de modo que o empresário promotor seria o indivíduo que vê a possibilidade de mudança futura nos dados como uma oportunidade para lucrar.

Salerno (1993, p.126) argumenta que, em contraste, a perspectiva de Kirzner de “descoberta”, em vez de no conceito Misesiano de ação humana, tem sua origem no conceito Hayekiano de disseminação do conhecimento disperso “entre agentes inicialmente ignorantes em direção a uma completa coordenação ex-ante de seus variados planos de consumo e produção”, o que não seria compatível com um mundo de incerteza genuína e ação especulativa. Assim, Salerno (1993, p.132) considera que, dada a importância que Mises atribui à escolha intencional, é difícil imaginar que ele concordaria com “uma interpretação de sua visão do processo de mercado como atribuindo papel central a um empresário que não escolhe”, ou seja, que apenas descobre o que estaria pré-determinado.

Na mesma linha de Salerno, Rothbard (1991) retoma a discussão sobre as distintas posições de Mises e Hayek no debate sobre o cálculo econômico socialista, argumentando que Mises manteve, em “Human Action”, a mesma posição de “Economic Calculation in the Socialist Commonwealth” e de trabalhos

anteriores. Segundo Rothbard (1991, p.65), ao contrário de Hayek, Mises não estava “se concentrando nas falhas do modelo de Equilíbrio Geral” para fundamentar sua posição sobre o cálculo econômico socialista, a qual, observa, “emergiu de seu primeiro grande trabalho, ‘The Theory of Money and Credit’”, com a ideia de que, por serem ordinais, “as avaliações subjetivas dos consumidores não são mensuráveis”, enquanto os preços de mercado permitem que os bens sejam comparados de maneira cardinal.

Nesse sentido, Rothbard (1991) também faz uma espécie de distinção entre “paradigmas” de Mises e de Hayek, mas esclarece que o último não abandonou a abordagem teórica do primeiro, pois também rejeitou as soluções de equações matemáticas para resolver o problema alocativo do socialismo, conforme propostas, principalmente, por Oskar Lange. Para Rothbard (1991), a distinção do argumento Hayekiano surge de um erro de interpretação, consciente ou não, do de Mises sobre a “impossibilidade” do socialismo, dando origem à discussão do problema do conhecimento, que seria mais bem resolvido pelos sinais contidos no sistema de preços.

A partir dessa observação, Rothbard (1991, p.66) explica que, para Hayek, a crítica à economia centralmente planejada é “um argumento da ignorância”, enquanto para Mises, “mesmo que os planejadores socialistas tivessem conhecimento perfeito, eles ainda não seriam capazes de calcular por falta de um sistema de preços para os meios de produção”. Assim, Rothbard (1991) faz a mesma distinção que Salerno (1990; 1993) entre os problemas do cálculo e do conhecimento e, conseqüentemente, entre os paradigmas Misesiano e Hayekiano.

Também em consonância com Salerno (1993), Rothbard (1991) argumenta que a ideia de descoberta, usada por Hayek e Kirzner, é incompatível com a ideia de que o empresário toma riscos em um cenário de incerteza, podendo angariar lucros ou perdas, e sugere, portanto, que a explicação de Mises sobre o caráter especulativo da ação humana, desenvolvida já a partir de “Human Action”, ratificou seu argumento anterior sobre a impossibilidade do cálculo econômico em um sistema sem propriedade privada dos bens de capital.

Essa ligação que Rothbard faz entre o Mises de “Economic Calculation in the Socialist Commonwealth”, de 1920, e o Mises de “Human Action”, de 1949, era uma resposta direta ao argumento, exposto por Kirzner (1988), de que Mises teria mudado sua explicação de um contexto estático para um dinâmico. Essa explicação de Kirzner (1988) será apresentada na próxima seção, juntamente com outros pontos a favor da leitura homogeneizada entre Mises e Hayek.

Antes disso, destaca-se ainda em Rothbard (1991) a narrativa sobre as idas e vindas dos argumentos de Oskar Lange sobre o papel do comitê de planejamento socialista. Segundo Rothbard (1991), em um artigo de 1936, Lange minimizou seu argumento anterior de resoluções de equações para dizer que isso seria feito por meio de tentativa e erro, ou seja, sem o uso de métodos matemáticos mais elaborados, assim como já acontecia em um sistema baseado em propriedade privada dos bens de ordem superior, caracterizando um “socialismo de mercado”.

Em contraste, após fazer uma contextualização histórica sobre a Polônia das décadas de 1950 e 1960, quando Lange passou a fazer parte da pasta econômica do governo daquele país, Rothbard (1991) observa que o outrora socialista de mercado passou a alegar necessidades históricas para defender um modelo mais centralizado. Já em 1965, em suas últimas palavras sobre o debate do cálculo, Lange afirmou, segundo Rothbard (1991), que, se fosse reescrever seu artigo sobre a teoria econômica do socialismo, sua tarefa seria mais simples, pois o avanço da computação já estaria mostrando a superioridade do método de resolução de equações em relação ao ultrapassado processo de mercado.

Rothbard (1991) destaca essa inconsistência entre os argumentos de Lange ao longo do tempo para reenfatar os diferentes desafios colocados por Mises e Hayek no debate do cálculo econômico e suas consequências para a interpretação Neoclássica desse debate. Segundo Rothbard (1991), essa interpretação se utilizou dos argumentos de Hayek para defender que a questão da eficiência do socialismo ainda precisaria ser considerada, mas que a própria existência de economias que adotaram esse sistema seria a prova de que o desafio de Mises estava superado.

Em resposta a essa interpretação, Rothbard (1991) defende que a União Soviética e os outros países do Leste Europeu jamais experimentaram o socialismo, pois os governos não foram capazes de implementar o completo planejamento central ou a abolição dos mercados, de modo que o suborno para superar os controles deu origem a mercados negros e os preços usados no mercado externo se tornaram referência para o mercado interno. Dessa forma, para Rothbard (1991), sem essas práticas, essas economias teriam colapsado muito antes do que de fato ocorreu, o que, notadamente, estava de acordo com as “previsões” de Mises sobre essas experiências socialistas.

People did not realize that these were not isolated social systems. They were operating in an environment in which the price system still worked. They could resort to economic calculation on the ground of the prices established abroad. Without the aid of these prices their actions would have been aimless and planless. Only because they were able to refer to these foreign prices were they able to calculate, to keep books, and to prepare their much talked about plans (MISES, 2004, p.698-699).

Observa-se, portanto, que, a defesa que Rothbard (1991) faz de uma visão desomogeneizada entre Mises e Hayek é justificada, principalmente, pelos diferentes efeitos que os argumentos de cada autor tiveram durante o debate do cálculo econômico socialista e nas interpretações posteriores sobre esse debate, o que está relacionado à caracterização da chamada “consideração padrão”, conforme caracterizada por Lavoie (1981), explicada no capítulo 2.

Na seção seguinte, o principal contraponto a essa posição será mostrado em Kirzner (1988), com a ideia de que tanto Mises quanto Hayek teriam passado por um processo de autoconhecimento a partir do debate do cálculo econômico, principalmente porque foi a partir desse período que ficou mais clara a distinção entre os Austríacos e os Neoclássicos. Por outro lado, Boettke (1990; 1998), que também argumenta a favor da visão homogeneizada, foca mais na defesa da coerência entre os trabalhos de Hayek ao longo do tempo, apesar de reconhecer uma mudança em seu objeto de pesquisa.

### 3.3. A DEFESA DA HOMOGENEIZAÇÃO: MISES E HAYEK COMO O NÚCLEO DA ESCOLA AUSTRIACA



Diferentemente de Salerno e Rothbard, Boettke (1998, p.133) considera que “o argumento Misesiano do cálculo econômico racional foi, de vários modos, a fonte do argumento do conhecimento de Hayek” e que as diferenças entre os dois autores, “especialmente na área da justificação filosófica para as ciências humanas”, são menos importantes do que as que distinguem “seu programa conjunto de pesquisa do resto do pensamento econômico do século XX”.

Nessa linha, Boettke (1998, p.133-134) justifica que a diferença entre as apresentações dos dois autores é uma função das audiências intencionadas de cada um, já que a de Mises era “distante da profissão acadêmica de economia”, enquanto a de Hayek estava “em um contexto de economistas acadêmicos profissionais que levantam objeções particulares ao trabalho de Mises”.

In interpreting their respective contributions, it is vital to see how Mises' insights can be applied to resolve the particular debates which he sought to transcend that context and provide lasting contributions to our pure understanding of market processes and social cooperation. And, when looked at in this manner, for all practical purposes the Mises/Hayek contribution becomes a unified and unique perspective on economic processes (BOETTKE, 1998, p.133-134).

Boettke (1998, p.140-141) explica que Hayek considerava estar seguindo um argumento de linha Misesiana e aplicando-o “para o desafio dos novos oponentes, que mudaram de Marxistas, como Otto Neurath e Otto Bauer, para socialistas Neoclássicos, como Oskar Lange e Abba Lerner”. De fato, Hayek considerava que Mises foi muito além de seus predecessores em sua crítica ao socialismo e que, por isso, seu trabalho representava o ponto inicial a partir do qual todas as discussões de problemas econômicos do socialismo deveriam necessariamente prosseguir.

The distinction of having first formulated the central problem of socialist economics in such a form as to make it impossible that it should ever again disappear from the discussion belongs to the Austrian economist, Ludwig von Mises. [...] he demonstrated that the possibility of rational calculation in our present economic system was based on the fact that prices expressed in money provided the essential condition which made such reckoning possible. The essential point on which Professor Mises went far beyond anything done by his predecessors was the detailed demonstration that an economic use of the available resources was only possible if this pricing was applied not only to the final product but

also to all the intermediate products and factors of production and that no other process was conceivable which would in the same way take account of all the relevant facts as did the pricing process of the competitive market. Together with the larger work in which this article was later incorporated Professor Mises' study represents the starting-point from which all the discussions of the economic problems of socialism, whether constructive or critical, which aspire to be taken seriously must necessarily proceed (HAYEK, [1935] 1948, p.143-144).

Mas Boettke (1998) destaca que, mesmo quando a tese de Mises foi reconhecida, os pensadores socialistas não abandonaram suas aspirações e responderam a Mises basicamente de duas maneiras. A primeira foi aceitar a crítica Misesiana e admitir a perda de eficiência de uma economia de preços de mercado em um regime socialista, mas ponderar que isso seria justificável para atingir uma distribuição mais justa de renda. Boettke (1998, p.141) recorda, então, que Hayek respondeu a essa justificativa que, do ponto de vista econômico, “se tal escolha é feita com total ciência do que está implícito, então o economista não pode oferecer outra deliberação para o assunto”. Notadamente, essa ponderação de Hayek estava de acordo com a proposta de Mises de deixar os julgamentos de valor fora do âmbito da teoria econômica.

O segundo tipo de resposta, no entanto, observa Boettke (1998, p.141), poderia ser respondido pela análise econômica, pois o argumento era que “as críticas de Mises eram válidas apenas para uma forma particular de socialismo, mas que ainda poderiam se construir outros esquemas que as superassem”. Nos modelos de equilíbrio propostos pela literatura, explica Boettke (1998), a solução econômica foi assumida existir uma vez que o conhecimento tecnológico tenha sido providenciado, mas a questão-chave, tanto para Mises quanto para Hayek, era que, ao eliminar a emergência do conhecimento necessário para que o cálculo econômico seja feito pelos agentes, o socialismo se torna impossível, independentemente das condições tecnológicas.

Nessa interpretação conjunta dos argumentos de Mises e de Hayek, Boettke (1998) coloca no mesmo plano a questão da transmissão do conhecimento, discutida por Hayek, e a questão do cálculo monetário, apresentada por Mises, o que se justifica, em parte, pelo fato de que Hayek cita Mises como ponto de partida nessa discussão.

Mas, como o debate sobre a desomogeneização passa, em alguns pontos, pela discussão sobre uma transformação de Hayek, Boettke (1990, p.62) destaca que, “mesmo os trabalhos mais antigos de Hayek em economia podem ser vistos como uma preparação para seus trabalhos posteriores em uma teoria social orientada para o processo”. De acordo com Boettke (1990, p.62), portanto, “tanto no início quanto no fim de sua carreira, o objeto de estudo de Hayek era a função comunicativa das instituições sociais”.

Assim, explica Boettke (1990, p.62-63), a unicidade do trabalho de Hayek é indicada em seu “contínuo interesse em questões fundamentais sobre a natureza da mente humana” em um contexto social, de modo que sua contribuição para a ciência econômica pode ser entendida como uma “extensão dos programas de pesquisa de Adam Smith, Carl Menger e, especificamente, Ludwig von Mises”, sendo que este último, acrescenta Boettke (1990, p.63), foi quem “proveu a Hayek um programa de estudo do sistema econômico e do mundo social”.

A partir disso, explica Boettke (1990), Hayek passou a argumentar que a concepção de regras de conduta “justas” é fruto, ao mesmo tempo, de diálogos propositais entre os indivíduos e de regras implícitas que eles respeitam em uma sociedade antes que o acordo seja articulado de forma deliberada. Nesse ponto, ainda que defendendo a desomogeneização, a caracterização que Salerno (1990) faz de Mises como um racionalista social é semelhante a essa que Boettke (1990) faz de Hayek.

Mas, em contraste a Salerno (1990), Boettke (1990) argumenta ainda que o trabalho de Hayek pode ser mais bem compreendido como uma contínua tentativa de explicitar, refinar e complementar as ideias de Mises. Para justificar essa afirmação, Boettke (1990, p.66) explica que as vastas contribuições de Mises à ciência econômica derivaram de sua “aplicação consistente do subjetivismo em todas as áreas da teoria econômica” desde o seu primeiro grande trabalho, “The Theory of Money and Credit”, de 1912, em que já se encontrava a conexão entre propriedade privada, cálculo monetário e o processo dinâmico de mercado.

Dessa forma, na leitura de Boettke (1990), a pesquisa de Hayek, ao longo de sua carreira, foi baseada nessa perspectiva subjetivista de Mises, de modo a chegar sobre as mesmas conclusões sobre a habilidade do processo de mercado para suprir o conhecimento econômico necessário para a bem-sucedida coordenação de planos e sobre a impossibilidade do socialismo e a inefetividade do intervencionismo em promover tal coordenação.

Muito do trabalho de Hayek, incluindo a parte que trata da evolução da razão e da tradição e as ordens sociais espontâneas, continua Boettke (1990, p.70), “teve como base a discussão de Mises sobre a origem de uma ordem social baseada na divisão do trabalho”, porém estendendo essa abordagem para “além do domínio da explicação econômica, de forma a incluir todos os domínios da interação social, como ciência, direito e história”.

Em oposição a Boettke, apesar de também defender uma visão homogeneizada entre Mises e Hayek, Kirzner (1988) observa uma transformação de Hayek a partir do debate do cálculo econômico. No entanto, ele defende que essa transformação não foi exclusividade de Hayek, pois o próprio Mises, pelas mesmas motivações, teve de reformular sua caracterização do sistema de preços e da atividade empresarial, de forma a especificar com mais clareza a distinção entre as abordagens de Menger e Walras sobre o mercado e, conseqüentemente, entre os Neoclássicos e os Austríacos. Portanto, de acordo com Kirzner (1988, p.1), o debate sobre o cálculo econômico foi um “importante catalisador no desenvolvimento da visão Austríaca moderna do mercado como um processo de descoberta baseado na atividade empresarial competitiva”.

Neither Mises nor (in his earlier papers on the topic) Hayek was aware of how sharply their Austrian view of the market differed from that implicit in the views of other contemporary schools of thought. Accordingly, the earlier statements of the Austrian position failed to articulate sufficiently clearly the "process" perspective [...]. The truth is that there was, among most economists (Austrian, Marshallian, or Walrasian) in the early twentieth century, a superficial, shared understanding of markets that submerged important distinctions that would become apparent only much later. [...] To be sure, the Mengerian background of the Austrian version of this common understanding pointed unquestionably to the predominance of the process view, while the Walrasian version of this common understanding pointed consistently toward a strictly equilibrium view, but these conflicting signposts were simply not seen at the time. Mises' earlier statements,

while they indeed adumbrated the process elements central to the Austrian tradition, did not emphasize these elements [...] so that when economists such as Lange came to consider the Misesian challenge from their own equilibrium perspective, they failed to recognize how seriously they were misunderstanding that challenge (KIRZNER, 1988, p.10).

Assim, Kirzner (1988) considera que, inicialmente, Mises e Hayek não percebiam o que diferenciava suas abordagens da dos Neoclássicos, a saber, a ênfase no processo e no papel mobilizador do sistema de preços para guiar os empresários à descoberta de oportunidades de lucro, com maior enfoque no processo dinâmico, em vez de na alocação estática. Para Kirzner (1988), portanto, mais do que uma transformação, o debate sobre o cálculo econômico representou para Mises, Hayek e, posteriormente, para outros Austríacos uma oportunidade de “autocompreensão”.

Especificamente, Kirzner (1988) pondera que Mises, já em 1920, havia chamado a atenção para os problemas especiais gerados pelas mudanças nos dados básicos no que diz respeito ao cálculo econômico, de modo que se torna possível argumentar que, naquela época, Mises já considerava uma conquista central do mercado a capacidade de inspirar o alerta empresarial a tais mudanças. No entanto, observa Kirzner (1988), Mises não havia citado explicitamente os problemas levantados pela mudança de dados de uma forma que apresentasse os mercados como processos de descoberta em andamento.

Por outro lado, Kirzner (1988) destaca que, em “Nationalökonomie”, publicado em 1940 como uma primeira edição do que se tornaria, em 1949, o livro “Human Action”, Mises enfatizou a importância de ver o mercado como um processo empresarial, enquanto Hayek, no mesmo ano, chamou a atenção para os problemas de coordenação entre planos individuais, que, por meio da comunicação do conhecimento possibilitada pelo mercado, são superados com sucesso.

Assim, Kirzner (1988) defende que houve uma mudança nos dois autores a partir do debate do cálculo econômico e que, portanto, não faz sentido estabelecer uma divisão de paradigmas, sendo mais coerente, então, uma definição mais clara do paradigma Austríaco em relação ao Neoclássico, que, no

contexto do debate do cálculo econômico, por tratar de questões alocativas estáticas, serviu aos argumentos dos socialistas.

Portanto, ambos defendendo a visão homogeneizada, Boettke (1990; 1998) destaca a tentativa de Hayek em dar continuidade ao projeto de pesquisa de Mises e avançar em relação a ele, com reflexões que vão além do campo da economia, enquanto Kirzner (1988) estabelece o debate do cálculo econômico como um marco na consolidação dos elementos distintivos da Escola Austríaca, a saber, uma perspectiva dinâmica e a ênfase no processo de mercado, em oposição ao foco em estados de equilíbrio. Dessa forma, essa visão homogeneizada acarreta a necessidade de esclarecimento da metodologia da Escola Austríaca, o que será feito na seção 3.5. Antes disso, a fim de mostrar o protagonismo de Salerno na condução do debate, será mencionada uma ramificação deste.

TABELA 6 – DEBATE SOBRE A DESOMOGENEIZAÇÃO ENTRE MISES E HAYEK:

<b>Autor</b>	<b>Posicionamento</b>	<b>Transformação de Mises?</b>	<b>Transformação de Hayek?</b>	<b>Problemas do Conhecimento e do Cálculo e Econômico</b>
Boettke	Homogeneização	Não	Não	Iguais
Kirzner	Homogeneização	Sim	Sim	Iguais
Rothbard	Desomogeneização	Não	Sim	Diferentes
Salerno	Desomogeneização	Não	Sim	Diferentes

### 3.4. A EXTENSÃO E O DESGASTE DO DEBATE

Retomando-se o contexto do debate sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek, é possível observar como os argumentos começaram a se repetir até que o tema fosse deixado de lado por “cansaço”, de modo que ambos os lados consideraram ter estabelecido a palavra final sobre o assunto. Nesse sentido, destacam-se a contestação de Leland Yeager, em 1994, à proposta de desomogeneização exposta por Joseph Salerno, os comentários adicionais que, no mesmo ano, este fez em resposta às críticas daquele e a tréplica do primeiro em 1997. Dentro do mesmo contexto, estão artigos publicados por Jeffrey Herbener (1996), Hans-Hermann Hoppe (1994) e Jörg Guido Hülsmann (1997), do lado da desomogeneização, e Steve Horwitz (1998), do lado da homogeneização.

Em 1994, um ano após a publicação do artigo de Salerno sobre a desomogeneização de Mises e Hayek, Yeager publicou uma réplica e, dirigindo uma crítica conjunta às interpretações de Rothbard, Salerno e Herbener sobre os argumentos do cálculo econômico, de Mises, e o problema do conhecimento, de Hayek, deu sequência a uma discussão em que os argumentos se repetiriam e pouca disposição a conceder ao outro lado pode ser observada.

Yeager (1994) afirma que os argumentos de Hayek sobre o cálculo econômico em um regime socialista e sobre o uso do conhecimento na sociedade desenvolvem informações que foram, pelo menos, implícitas nas formulações de Mises, de forma que se, para este, o problema do cálculo econômico socialista é que, na ausência de preços de mercado para os fatores de produção, a percepção de lucro ou perda não é viável, de forma que o problema que os preços em moeda ajudam a resolver é justamente o da falta de informações.

De acordo com Yeager (1994, p.98), Mises teria pensado que seria “absurdo entender que os planejadores pudessem chegar ao limiar do exercício maciço em aritmética”, visto que, continua Yeager (1994, p.98), “ele estava preocupado em realçar o problema de alcançar um padrão economicamente racional de produção e alocação de recursos”, o que seria resolvido pelos processos de mercado e não pelos planejadores centrais.

A partir disso, Yeager (1994) destaca que uma questão subsidiária dessa identificação sobre a coerência entre o problema do uso do conhecimento disperso e do cálculo econômico diz respeito a identificar se Mises entendia este último como afetando apenas um mundo dinâmico, que pressupõe a atividade empresarial, ou como um problema mesmo para um mundo estático.

Na interpretação de Yeager (1994), como Mises reconheceu que o planejamento centralizado seria possível em uma pequena economia doméstica, mas não em uma economia social grande e complexa, sem a ajuda do cálculo monetário, sugere-se que, para Mises, o problema do cálculo econômico socialista significaria mais do que a dificuldade de se realizar um exercício aritmético, pois incluiria também a questão do uso do conhecimento fragmentado, conforme caracterizaria Hayek.

Yeager (1994) diz, adicionalmente, que não faz sentido dizer que o cálculo seria impossível ainda que os planejadores centrais tivessem todo o conhecimento das preferências dos consumidores, visto que a existência *ex ante* destas é apenas uma ficção conveniente para os teóricos econômicos. Nesse sentido, Yeager (1994) lembra que, segundo Hayek, os argumentos de Mises nem sempre foram facilmente compreendidos e que, por isso, o aspecto do conhecimento, implícito na formulação do último, só se tornaria explícito a partir dos escritos do primeiro.

No mesmo ano, Salerno respondeu a essa crítica a sua interpretação dos problemas do cálculo econômico e do uso do conhecimento com a alegação de que, assim como Hayek, Yeager se baseava em conceitos Neoclássicos de Equilíbrio Geral e alocação ótima de Pareto para argumentar que os dois problemas seriam equivalentes. Assim, de acordo com Salerno (1994), não é correta a leitura que Yeager faz de seu artigo sobre a desomogeneização de Mises e Hayek, especialmente quando ele diz que tal artigo reduz o problema do cálculo a uma questão aritmética, quando, segundo Salerno (1994), ele se refere a uma questão de “apreciação”.

Dessa forma, Salerno (1994) argumenta que a questão do conhecimento disperso não representa um problema, mas a própria explicação para a existência da cooperação social e da divisão do trabalho. Nesse sentido, explica Salerno (1994), o problema de cálculo identificado por Mises envolve muito mais do que a dificuldade de adquirir informações qualitativas sobre condições de mercado prevalecentes anteriormente, pois possibilita a “apreciação” de condições futuras.

Em contraste, na interpretação de Salerno (1994), Yeager (1994) caracteriza os preços do mercado como uma variante do “conhecimento perfeito” que os teóricos Neoclássicos assumem a todos os participantes do mercado, de forma que, para que os preços desempenhem a função de disseminação do conhecimento fragmentado, é necessário que a economia esteja em um estado em que a incerteza e a atividade empresarial estão ausentes, de modo que os preços atuais se tornam um guia para os preços futuros.



Com isso, Salerno (1994) afirma que, em tal situação abstrata, o agente está apto a alocar os recursos a partir de conhecidas funções de receita e custo, de forma que os teóricos desse conceito, como Hayek e Yeager, acabam se aproximando dos Neoclássicos do Equilíbrio Geral. Em conclusão, Salerno (1994) ressalta que tais soluções estáticas descaracterizam a atividade empresarial como a que, através de uma sequência de estados de desequilíbrio adicionais, direciona a estrutura dos bens de capital em direção a uma desconhecida configuração de equilíbrio.

Em suas autodeclaradas últimas palavras sobre a controvérsia, Yeager (1997, p.133) afirma se arrepender de “prolongar a discussão”, mas reafirma que as observações de Salerno, ao tentar distinguir entre os problemas de cálculo e conhecimento que afetam o socialismo, permanecerão injustificadas enquanto não especificar quais outros aspectos, além do problema da comunicação do conhecimento disperso, estão implícitos no problema do cálculo econômico.

Observa-se, assim, que, a esta altura, o debate sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek já se mostrava repetitivo e desgastado, principalmente para o lado da visão homogeneizada, visto que Yeager parecia isolado ao se dirigir a Herbener, Rothbard e Salerno, que também tiveram seus argumentos reforçados por Hoppe (1996). Ainda assim, Horwitz (1998) e Boettke (1998), que já foi mencionado na seção anterior, apresentariam os últimos argumentos sobre o assunto para o lado da homogeneização, mas em artigos que apenas mencionavam a discussão dentro de temas mais amplos sobre o contexto do cálculo econômico para a história da Escola Austríaca, a saber, sua contribuição para uma política econômica identificada com essa corrente (Boettke) e a diferenciação da abordagem Austríaca da Neoclássica (Horwitz).

Para estes fins, as ideias de Salerno sobre desomogeneização foram mencionadas, mas, ao contrário dos artigos de Yeager, não constituíam a essência dos trabalhos. Horwitz (1998, p.439) afirma que Salerno (1990; 1993; 1994) interpreta o argumento de Hayek como uma afirmação de que o sistema de preços fornece “algo próximo a um reflexo perfeito da informação possuída pelos agentes no mercado, em contraste com a ignorância que flagelaria os planejadores”. Mas, para Horwitz (1998, p.439), o argumento de Hayek não

partia da ideia de “informação completa” contida em “preços de equilíbrio”, mas da “capacidade de preços de desequilíbrio imperfeitamente informativos fornecerem orientação através de um mundo de incerteza”.

Read this way, Hayek's point seems virtually identical to Mises's discussion of entrepreneurial appraisal. Interpreted in equilibrium terms, the Mises notion of appraisal is simply the entrepreneur spotting what he perceives as current disequilibria by creatively imagining a more equilibrating future constellation of prices. This, of course, is also the role of Kirzner's entrepreneur. Salerno's view of the Hayekian knowledge argument - that existing prices embody full and correct information - is more associated with Hayek's neoclassical descendants (HORWITZ, 1998, p.439-440).

### 3.5. METODOLOGIA AUSTRIACA: APRIORISMO E DIVISÃO TRIPARTITE DA INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA

Além da identificação de semelhanças ou diferenças nos argumentos do cálculo monetário e da dispersão do conhecimento, o debate sobre a possibilidade desomogeneização entre as obras de Mises e Hayek também passa, necessariamente, pela aceitação ou rejeição do individualismo metodológico e do caráter apriorístico da teoria. Segundo Leeson e Boettke (2006), ao longo da história, muitos autores identificados com a Escola Austríaca tentaram conciliar sua influência Misesiana com um distanciamento do apriorismo metodológico.

Leeson e Boettke (2006, p.248) sugerem que essa atitude levou a uma associação da posição Austríaca com uma espécie de “bifurcação do conhecimento”, seja entre método histórico e método dedutivo ou entre positivismo e apriorismo. Para os autores, no entanto, tal associação falha em capturar a metodologia desenvolvida por Mises, que, com base, principalmente, nos trabalhos de Menger e Böhm-Bawerk, visava estabelecer um caráter distintivo para as ciências humanas.

Dessa forma, Leeson e Boettke (2006, p.248) explicam que, para Mises, Hayek e outros Austríacos, a ciência econômica não estava situada entre as ciências humanas e a disciplina de história, pois poderia “derivar leis com o

mesmo status ontológico das derivadas nas ciências naturais, ainda que tenha que considerar a complexidade da experiência humana”, isto é, tenha de adotar uma investigação subjetivista.

A fim de defender essa unidade entre os principais expoentes da Escola Austríaca, Leeson e Boettke (2006) recordam que Böhm-Bawerk argumentava que o método dedutivo consiste na organização dos critérios de prioridade fornecidos pela teoria, a fim de selecionar os elementos significativos para explicar eventos reais, de forma que o avanço do conhecimento humano na economia seria uma mistura de pura dedução e indução empírica. Assim, Leeson e Boettke (2006, p.249) propõem uma “divisão tripartite da investigação econômica: teoria pura; teoria institucionalmente contingente; e história econômica e análise estatística”.

No sistema de Mises, explicam Leeson e Boettke (2006), o propósito de uma teoria é auxiliar a interpretação histórica, dividindo os domínios do conhecimento em teoria e história, pois ele considerava que os dois esforços pressupunham questões epistemológicas distintas, a saber, a concepção e o entendimento. Desse modo, argumentam Leeson e Boettke (2006, p.253), fica claro nos escritos de Mises que um entendimento histórico era o objetivo maior em direção do qual a construção teórica da economia seria empregada, ou seja, ainda que fosse válida *a priori*, a teoria econômica seria “serva” do trabalho empírico.

Em contraste, adicionalmente a sua interpretação de que Hayek passou por uma transformação a partir de “Economics and Knowledge”, Caldwell (2008, Apêndice C) apresenta uma carta escrita por Hayek em 1981 para inserir o argumento de que este nunca considerou ter adotado, mesmo antes do artigo de 1937, o apriorismo Misesiano, o que pode ser usado para reforçar as interpretações de desomogeneização entre Mises e Hayek.

The main intention of my 1936 lecture was to explain gently to Mises why I could not accept his apriorism. Curiously enough, Mises, who did not readily accept criticism from his juniors, accepted my argument but insisted that it was not incompatible with his view, which, by implication, he restricted to I called the Logic of Choice or the Economic Calculus. I left it at that, but I did want to say that I was never an apriorist, though I would insist that part of the essential knowledge of the economist or the

social theorist generally is derived from his given familiarity with the processes of human thinking (HAYEK, 1981 Apud CALDWELL, 2008, p.420-421).

Ainda que, admitidamente, dando maior importância à primeira parte deste trecho, isto é, antes de Hayek dizer o que diria se continuasse a conversa com Mises, Caldwell (2008, Apêndice C) ressalta que a dita “familiaridade com os processos do pensamento humano” parece algo bem diferente de dizer que a teoria deve ser válida *a priori*. Uma resposta a esse posicionamento também pode ser encontrada em Leeson e Boettke (2006, p.252), pois, segundo os autores, “foi contra a visão dos positivistas e dos antigos membros da Escola Histórica Alemã que Mises desenvolveu seu argumento de apriorismo metodológico”, enfatizando que acreditar que os fatos possam ser compreendidos sem nenhuma teoria é “falhar em reconhecer que uma teoria está sempre contida nos próprios termos linguísticos envolvidos em cada ato de pensamento”.

Outra crítica de Mises aos positivistas, afirmam Leeson e Boettke (2006, p.253), é o emprego do monismo metodológico nas ciências, pois a economia deveria ser distinguida das outras ciências por tratar de “agentes racionais com desejos e crenças sobre como satisfazê-los”. Como o cientista físico permanece como “um observador externo a seu objeto de estudo”, descrevem Leeson e Boettke (2006, p.253), ele “não pode ‘entrar’ no que investiga e nunca poderá ter conhecimento direto da fonte de suas propriedades primárias”, mas, pela repetida observação desse objeto em condições variadas, pode “tentar se aproximar do conhecimento do objeto observado”.

O cientista social, por outro lado, de acordo com Leeson e Boettke (2006, p.254), “faz parte do que estuda” e, por isso, está apto a “entrar” na mente de seu objeto, ou seja, “já começa com conhecimento das causas que dirigem seu comportamento subjetivo”. Conforme explicado nas seções 2.6 e 2.7, tal esclarecimento feito por Leeson e Boettke (2006) pode ser identificado tanto nos escritos de Mises sobre a “timologia” quanto nos de Hayek com críticas ao “cientificismo”.

No entanto, a caracterização Misesiana de teoria como dado irreduzível não aborda a questão de como as teorias são desenvolvidas, o que Hayek passaria a fazer com sua abordagem evolucionista das instituições sociais, que moldam a mente humana em um longo horizonte temporal. Dessa forma, o argumento de Caldwell (2008, Apêndice C) de que Hayek nunca foi um apriorista, bem como a própria declaração deste na carta apresentada, precisa ser complementada por uma explicação mais específica sobre em que consiste o apriorismo.

De acordo com Leeson e Boettke (2006, p.256), Mises argumentava que “o procedimento dedutivo não começa com uma escolha arbitrária de axiomas”, mas com a reflexão sobre a conexão que eles têm com o mundo real. Assim, segundo os autores, Mises defendia que o axioma da ação é, de certo modo, “imposto sobre o homem pelo mundo”, pois, se a teoria econômica for iniciada a partir de um axioma irrelevante para a ação humana no mundo real, “as leis deduzidas seriam válidas, mas estariam largamente desconectadas da realidade”, ainda que nenhum erro fosse cometido no processo de dedução, a exemplo do que ocorre com as teorias baseadas no pressuposto do estado de equilíbrio competitivo.

Da mesma forma que Hayek, portanto, Mises considerava, de acordo com Leeson e Boettke (2006, p.257), que as categorias a priori evoluíram com os seres humanos de modo darwiniano, ou seja, que os homens teriam certas categorias em suas mentes justamente porque elas foram as “mais eficientes para transmitir informação precisa sobre o mundo real”, o que foi necessário para sua sobrevivência.

Essa exposição da interpretação de Leeson e Boettke (2006) sobre a metodologia Austríaca será usada como ponto de partida para a seção seguinte do trabalho, que propõe construir uma síntese do debate sobre a desomogeneização e apresentar uma conclusão sobre essa questão, a saber, de que os defensores da desomogeneização deixaram de buscar contribuir com a teoria econômica por meio do diálogo acadêmico, passando a se concentrar em princípios ideológicos. Essa visão será complementada no capítulo 4 com a

investigação da influência acadêmica dos quatro principais autores do debate desde o seu início, em 1988.

TABELA 7 – METODOLOGIAS DE MISES E HAYEK:

<b>Autor</b>	<b>Níveis de Investigação</b>	<b>Papel da Teoria</b>
Mises	Teoria Pura e Análise Histórica	Fundamentar exercício empírico
Hayek	Teoria Pura, Teoria Institucionalmente Contingente e Análise Histórica	Fundamentar exercício empírico

### 3.6. SÍNTESE DO DEBATE SOBRE A DESOMOGENEIZAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS QUESTÕES FUNDAMENTAIS

A partir da argumentação de Leeson e Boettke (2006), exposta na seção anterior, observa-se que a explicação evolucionista da formação social que Salerno atribui a Mises é consistente com a de Hayek. Salerno (1990) ressalta que as regras de conduta que guiam as relações sociais evoluíram como uma forma de defesa contra o comportamento antissocial e que, no racionalismo social de Mises, não faz sentido falar em regras morais para um homem que vive em isolamento, pois a própria moralidade é definida como os requerimentos necessários para a inserção de cada indivíduo da sociedade.

Nessa questão, a explicação de Hayek (1967, capítulo 4) é a mesma, pois ele afirma que os resultados concretos da cataláxia, isto é, da economia de mercado, para pessoas particulares, são imprevisíveis e, uma vez que não são o efeito do desígnio de ninguém, não há como descrever a maneira pela qual o mercado distribuiu as coisas entre os indivíduos como justas ou injustas.

Essa explicação de como a ideia de justiça depende do contexto social é fruto do reconhecimento de que as regras morais só existem para um indivíduo quando ele está inserindo em um grupo social. Nessa abordagem, o racionalismo social de Mises, segundo a definição de Salerno (1990), é o mesmo racionalismo crítico de Hayek. Destaca-se, nesse sentido, que, de acordo com Hayek ([1966] 1967, capítulo 11), a sociedade e as relações de mercado não são resultados designados, mas são racionais no sentido de que são resultados de ações

racionais e, mais do que isso, são condições para o homem poder desenvolver e colocar em prática sua racionalidade.

It is impossible to decide about the justice of anyone particular rule of just conduct except within the framework of a whole system of such rules, most of which must for this purpose be regarded as unquestioned: values can always be tested only in terms of other values. The test of the justice of a rule is usually (since Kant) described as that of its 'universalizability', i.e., of the possibility of willing that the rules should be applied to all instances that correspond to the conditions stated in it (the 'categorical imperative'). What this amounts to is that in applying it to any concrete circumstances it will not conflict with any other accepted rules. The test is thus in the last resort one of the compatibility or non-contradictoriness of the whole system of rules, not merely in a logical sense but in the sense that the system of actions which the rules permit will not lead to conflict (HAYEK, [1966] 1967, p.168).

Nessa mesma linha, a argumentação de Salerno (1990) sobre a origem das economias de mercado, segundo a qual, como a ocorrência de trocas requer a ação proposital, a configuração do mercado deve ser explicada pelas escolhas humanos que deram origem às trocas, não é contraditória com a de Hayek ([1943] 1979, capítulo IX), que argumenta que instituições da sociedade de mercado, como o dinheiro, são consequências não intencionais de ações deliberadas.

Dessa forma, nota-se que, para Hayek ([1945] 1948, capítulo IV), o problema da sociedade é garantir o melhor uso dos recursos conhecidos por qualquer um de seus membros para fins cuja importância relativa apenas ele conhece, o que, na esfera econômica, se caracteriza na divisão do trabalho. A diferença em relação a Mises, nesse sentido, é apenas que Hayek ([1945] 1948, capítulo IV) caracterizou o problema da comunicação do conhecimento como não restrito apenas ao campo da economia, mas em conexão com todos os fenômenos sociais, ainda que Mises tenha explicado que a economia seria apenas o campo mais avançado da praxeologia.

Além disso, Salerno (1990) argumenta que, em última instância, o grau e a direção da evolução social são governados completamente por considerações ideológicas, pois, como afirma Mises, o florescimento da sociedade humana depende do poder intelectual do homem em conceber teorias

e torná-las convincentes à maioria de seus semelhantes na sociedade. Mais uma vez, não há incompatibilidade nessa constatação com a consideração Hayekiana de que os homens se deparam com resultados não intencionais de suas ações e formulam seus planos a partir da observação desses resultados, pois Hayek ([1966] 1967, capítulo 2) também enfatiza que, quando se lida com padrões para os quais não há razão biológica para existir, deve-se imaginá-los antes de se observar sua presença nos fenômenos.

Em outra dimensão, a discussão sobre a adequação de se dividir a Escola Austríaca em dois paradigmas – Hayekiano e Misesiano – também passa pela consideração de o que é necessário para se considerar duas teorias como pertencentes ao mesmo paradigma: explicações semelhantes ou coerentes entre si? Claramente, Mises e Hayek responderam a perguntas diferentes ao longo de seus trabalhos. Após um posicionamento comum ao de Mises no debate do cálculo econômico socialista, os trabalhos Hayek passaram a discutir os aspectos que explicam a ordem social não somente no campo da economia, mas também no direito e na política, explicitando, para isso, quais seriam os papéis da teoria e do elemento empírico.

Nesse sentido, ao chamar a atenção para as condições de desequilíbrio em um processo de transição de uma economia de mercado para uma socialista, Salerno (1990b) reafirma o posicionamento de Mises de que a oferta de bens e serviços está em constante fluxo porque é determinada justamente pelas mudanças resultantes da transformação de ativos físicos e habilidades trabalhistas. Esse argumento é justamente um exemplo do que ao que Hayek se refere quando argumenta que o conhecimento só existe de forma dispersa e contraditória, cabendo ao processo de mercado transmitir esses fragmentos e promover a coordenação dos planos que se baseiam nesse conhecimento.

Além disso, é preciso entender que Mises e Hayek argumentavam contra a abordagem do Equilíbrio Geral, que, por apenas pressupor o equilíbrio sem descrever o processo de mercado, acabou servindo de reforço aos argumentos socialistas, conforme explicado na seção 2.5, que trata do que Lavoie (1981) chamou de “Consideração Alternativa” do Debate do Cálculo Econômico, visão esta que seria reforçada por Kirzner (1988) e Boettke (1998). Apesar de tanto



Mises quanto Hayek poderem ser vistos como “economistas de equilíbrio” porque usam essa ferramenta como “construção imaginária”, ambos se diferenciaram dos Neoclássicos por não considerarem que ela é suficiente para explicar o funcionamento da economia, pois também precisam ser demonstradas as condições para que ocorra a cooperação social que direciona o sistema ao equilíbrio.

Para Mises, essa cooperação ocorre quando os agentes adotam ideologias corretas, isto é, adequadas para a satisfação de seus próprios interesses corretamente entendidos; para Hayek, ela ocorre quando a ordem institucional é propícia para esse fim. Nesse aspecto, fica claro que não há diferenças significativas entre os dois autores, já que ambos se concentram no processo de mercado, para o qual a abordagem de Equilíbrio Geral foi considerada inadequada.

Por último, observa-se que, conforme defendem Leeson e Boettke (2006), Hayek evoca uma teoria institucionalmente contingente para explicar as condições em que essa ordem pode ser formada e preservada, enquanto Mises reserva à timologia o papel de explicar a origem dos erros dos agentes em adotar ideologias que, segundo a consideração praxeológica, são incorretas.

The very act of valuing is a thymological phenomenon. But praxeology and economics do not deal with the thymological aspects of valuation. Their theme is acting in accordance with the choices made by the actor. [...] All that thymology can tell us is that in the past definite men or groups of men were valuing and acting in a definite way. Whether they will in the future value and act in the same way remains uncertain. [...] All prognostications based on thymological knowledge are specific understanding of the future as practiced daily by everyone in their actions. [...] From the point of view of the actor the choice of unsuitable means is always erroneous, an inexcusable failure. History is called upon to explain the origin of such errors by resorting to thymology and the specific understanding. [...] The categories of value and of action are primary and aprioristic elements present to every human mind. No science should or could attack the problems involved without prior knowledge of these categories. Only because we are aware of these categories do we know what meaning means and have a key to interpret other people's activities (MISES, 1985, p. 265-284).

Assim, uma questão fundamental para discutir a possibilidade de desomogeneização é identificar se o papel complementar da timologia em

relação à praxeologia, para Mises, está de acordo com a teoria institucionalmente contingente e a análise histórica e estatística que Hayek propõe para complementar a pura lógica da escolha. Nesse particular, a teoria de Hayek sobre evolução das instituições cumpre o requisito de se possibilitar o avanço da teoria pura para a institucionalmente contingente, antes que se proceda à análise histórica específica, conforme caracterizam Leeson e Boettke (2006). Por outro lado, Mises, ao caracterizar a timologia, apenas admitiu que o historiador é capaz de entender as origens de situações específicas, já explicadas, de um modo geral, pela praxeologia, o que representaria um salto da teoria pura para a história econômica e a análise estatística.

Nesse sentido, é notável que Hayek tentou complementar o trabalho de Mises e, para isso, buscou verificar em que circunstâncias as conclusões implícitas na pura lógica da escolha (teoria pura) são aplicáveis ao mundo real em constante mudança (teoria institucionalmente contingente) e estabelecer as condições em que o sistema tende para o equilíbrio, o que leva a conclusão de que ele nunca rompeu com Mises, mas apenas desenvolveu um aspecto que seu mentor não se propôs a discutir em maiores detalhes.

Dessa forma, a divisão da Escola Austríaca em dois paradigmas (Misesiano e Hayekiano) só faria sentido se o objetivo fosse esclarecer o diferente rumo tomado por Hayek em sua discussão sobre o problema da transmissão do conhecimento, a partir de considerações institucionais, em contraste com o caráter bipartite da investigação proposta por Mises, e aplicado a outras ciências sociais além da economia.

No entanto, ao observar a complementaridade entre os trabalhos dos autores, faz mais sentido entender que o núcleo da Escola Austríaca se baseia em ambos. De qualquer forma, resta observar se a desomogeneização ocorreu, isto é, se, a partir do debate, o grupo que defende a desomogeneização e a divisão de paradigmas se mostrou academicamente impactante, o que será feito no próximo capítulo, o último deste trabalho antes da conclusão.

Nesse sentido, referindo-se ao que chamou de “tendências retrógradas e autodestrutivas” e citando diretamente o Ludwig von Mises Institute, cuja abordagem será discutida no capítulo 4, Boettke (2011, p.20) afirma que “a

estratégia de isolamento dogmático e profissional é contraproducente" e que "um movimento intelectual deve seguir um caminho intermediário entre o puro carreirismo e o dogmatismo cego". Conforme será mostrado no capítulo 4, esses conselhos de Boettke (2011), dirigido a estudantes de economia, são uma boa ilustração sobre as diferenças entre os dois grupos do debate sobre a desomogeneização.

Even if you believed that Mises and/or Hayek had the last word on scientific advancement in economic reasoning, then you will want to get their ideas into as many key hands within the economics profession as possible. (...) The idea of an alternative sub-culture within the economics profession that can be successful without eventually translating into those more traditional measures of scientific impact and success is pure fantasy and in fact one of the most counter-productive habits of thought to have infiltrated the Austrian school of economics in the late 20th century. (...) As someone who has decided to build a professional expertise in Austrian economics you must not only read these works, but contribute to this literature. (...) As an aspiring economist, what you want is for your efforts at truth-tracking to be so insightful that they are viewed as a productive input into the productive process of truth-tracking by other economists. This is how scientific progress is made, and careers are built (BOETTKE, 2011, p.30).

#### **4. A DESOMOGENEIZAÇÃO OCORREU?: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DESSE DEBATE PARA A ESCOLA AUSTRIACA**

Neste capítulo, será analisado o impacto do debate da desomogeneização entre Mises e Hayek, principalmente a partir dos argumentos de Boettke (1990; 1998), Kirzner (1988), Rothbard (1991) e Salerno (1990; 1993), conforme exposto no capítulo 3, no estado atual da Escola Austríaca. Notadamente, será identificada a divisão dos dois lados do debate em uma parte acadêmica, que é a defensora da visão homogeneizada ou complementar dos dois autores, e em uma parte com preocupações mais ideológicas, que é a defensora da desomogeneização.

Como tarefa complementar a esta, será apresentado um breve resumo das características e das histórias das revistas “The Review of Austrian Economics” e “The Quarterly Journal of Austrian Economics”. Em paralelo, será apresentado e discutido o papel do Ludwig von Mises Institute, responsável pela publicação desta última revista, na divulgação das ideias da Escola Austríaca em um contexto político-ideológico, em oposição à abordagem acadêmica dos economistas Austríacos da universidade George Mason, responsável pela publicação da primeira revista.

Para observar os rumos tomados por esses dois grupos, será feita a identificação das principais revistas acadêmicas em que os quatro autores publicaram seus artigos e do impacto destes, considerando-se as citações que recebem em trabalhos de outros economistas, e, mais especificamente, o impacto dos artigos referentes ao debate sobre a desomogeneização, de acordo com os mesmos critérios.

Para esse fim, foram usados, primeiramente, dados de fator de impacto da Research Paper in Economics (Repec). Alternativamente, com base em uma discussão presente em Lee et al. (2010), será considerado que, como a disciplina de economia é dividida nas subdisciplinas *mainstream* e heterodoxa, pode ser mais conveniente para uma análise de impacto sobre publicações heterodoxas

usar outras medidas além do fator de impacto para formular os termos de comparação.

#### 4.1. O ISOLAMENTO ACADÊMICO DO GRUPO DA VISÃO DESOMOGENEIZADA

Nesta seção, serão identificados os impactos das publicações de artigos dos autores envolvidos no debate sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek apresentados no capítulo 3 (Boettke, Kirzner, Rothbard e Salerno) a partir de 1988, quando foi publicado o “The Economic Calculation Debate: Lessons for Austrians”, de Kirzner, considerado neste trabalho o primeiro artigo do referido debate.

De acordo com a classificação Simple Impact Factor for Journals (SIFJ), serão avaliadas as revistas acadêmicas em que essas publicações foram feitas. Essa pontuação é feita com a divisão do número de citações de artigos citados pelo número de artigos publicados. Assim, quanto mais alta for a pontuação, mais bem classificada estará a revista no *ranking*. Usando a mesma classificação, serão identificados, também a partir de 1988, a quantidade de e o impacto dos artigos publicados por outros autores em revistas acadêmicas que citam trabalhos de qualquer época (incluindo livros) dos quatro autores abordados.

Como a fonte usada para pesquisar a classificação lista apenas as revistas que tiveram pontuação maior ou igual a 0,001, os SIFJ abaixo desse valor serão considerados iguais a zero e, portanto, excluídos das tabelas de publicações. O mesmo será feito com revistas com menos de 50 publicações, também desconsideradas pelo ranking. Os dados em questão são referentes ao dia 24 de outubro de 2017.

Dessa forma, observam-se abaixo as tabelas com as informações referentes às publicações de Peter Boettke, Israel Kirzner, Murray Rothbard e Joseph Salerno desde 1988. No caso, para fins de simplificação e enfoque no que é mais relevante, são mostradas apenas, entre todas as revistas que publicaram artigos desses autores no citado período, as 10 mais bem

classificadas de acordo com o ranking do Impact Factor. Obviamente, caso o autor tenha publicado em menos de 10 revistas classificadas no ranking no período escolhido, a tabela terá menos linhas.

As colunas de cada tabela listam as revistas em que as publicações foram feitas, a classificação delas no ranking do Impact Factor, o número de artigos em cada revista e a soma dos números de citações feitas aos artigos em questão. Ressalta-se ainda que a apresentação das tabelas possibilita apenas uma comparação simples entre os autores, já que, como a contagem foi feita de forma manual, os dados coletados não têm uma precisão tão alta. Assim, qualquer análise feita estabelecerá diferenças entre os autores apenas quando houver grandes diferenças entre os números obtidos.

TABELA 8 – PUBLICAÇÕES DE PETER BOETTKE DESDE 1988:

<b>Revista</b>	<b>Classificação</b>	<b>Número de Artigos</b>	<b>Número de Citações</b>
Journal of Economic Literature	2º	3	123
Journal of Economic Perspectives	9º	1	9
Journal of Economic Behavior & Organization	96º	3	161
European Journal of Political Economy	104º	1	18
Foundations and Trends® in Entrepreneurship	151º	1	155
Cambridge Journal of Economics	167º	2	18
Southern Economic Journal	170º	4	104
Public Choice	195º	10	195
The Quarterly Review of Economics and Finance	255º	1	36
International Review of Law and Economics	313º	1	97

TABELA 9 – PUBLICAÇÕES DE ISRAEL KIRZNER DESDE 1988:

<b>Revista</b>	<b>Classificação</b>	<b>Número de Artigos</b>	<b>Número de Citações</b>

Small Business Economics	105º	1	331
Southern Economic Journal	170º	1	1
Eastern Economic Journal	437º	1	1
Constitutional Political Economy	440º	1	36
Cato Journal	471º	3	14
The Review of Austrian Economics	531º	9	733
South African Journal of Economics	545º	1	3
Journal des Économistes et des Études Humaines	564º	2	5
American Journal of Economics and Sociology	641º	1	3
Journal of Private Enterprise	881º	1	9

TABELA 10 – PUBLICAÇÕES DE MURRAY ROTHBARD DESDE 1988:

Revista	Classificação	Número de Artigos	Número de Citações
Southern Economic Journal	170º	1	14
The Review of Austrian Economics	531º	11	439

TABELA 11 – PUBLICAÇÕES DE JOSEPH SALERNO DESDE 1988:

Revista	Classificação	Número de Artigos	Número de Citações
The Review of Austrian Economics	531º	8	544

Antes da análise desses números, é preciso pontuar alguns aspectos sobre os autores. Entre os quatro, no momento em que esses dados foram coletados (24 de outubro de 2017), Murray Rothbard era o único já falecido, em

1995. Portanto, suas publicações consideradas na tabela se encontrariam mais limitadas em relação aos outros três protagonistas do debate da desomogeneização, ainda que alguns de seus artigos tenham sido publicados apenas após o citado ano.

Além disso, a diferença de idade pode ser relevante para a produtividade acadêmica dos autores. Nesse quesito, observa-se que, em 1988, Boettke tinha 28 anos, Kirzner tinha 58 anos, Rothbard tinha 62 anos e Salerno tinha 38 anos. Assim, levando-se em consideração a faixa etária, as comparações mais coerentes são entre Boettke e Salerno e entre Kirzner e Rothbard.

Com esse critério, nota-se que Peter Boettke aparece com muitas publicações em diversas revistas, enquanto Joseph Salerno fica restrito, dentre as revistas classificadas, à "The Review of Austrian Economics". Essa diferença pode ser explicada pela posição de Salerno como editor da "The Quarterly Journal of Austrian Economics", que, por ter uma pontuação muito baixa, não aparece no ranking do Impact Factor. De qualquer forma, tal discrepância não pode ser reduzida a uma consequência dessa posição de Salerno, já que Boettke, até o momento da coleta dos dados, era o editor da própria "The Review of Austrian Economics".

Neste ponto, destaca-se que todas as publicações de Salerno na "The Review of Austrian Economics", inclusive as referentes ao debate sobre a desomogeneização de Mises e Hayek, se concentram no período em que a revista estava sob responsabilidade de Rothbard, entre 1988 e 1995, ou do próprio Salerno, entre 1995 e 1997. A partir de 1999, quando passou a estar ligada à George Mason University, a publicação passou a ser editada por Boettke, que não deixou de publicar em outras revistas, com destaque à "Journal of Economic Behavior & Organization" e à "Journal of Economic Perspectives", classificadas entre as 100 primeiras do ranking, e, principalmente, à "Journal of Economic Literature", a 2ª colocada do ranking.

Calculando-se a média das colocações das revistas que aparecem em cada tabela, de acordo com o ranking do Impact Factor, os resultados são: Boettke (146,2º); Rothbard (350,5º); Kirzner (478,5º); e Salerno (531º). Com esse



critério, Boettke aparece como mais impactante que Salerno, enquanto Rothbard aparece como mais impactante que Kirzner.

Alternativamente, pode-se calcular uma média ponderada das classificações das revistas, considerando-se o número de artigos publicados pelos quatro autores em cada uma das revistas. Com esse critério, considerando-se até uma casa decimal, os resultados são: Boettke (151,5°); Kirzner (498,4°); Rothbard (500,9°); Salerno (531°). Nesse cenário, Boettke continua como mais impactante que Salerno, enquanto Kirzner aparece apenas um pouco à frente de Rothbard, mas por uma margem que se pode considerar inconclusiva.

Adicionalmente, observa-se que, ainda que Boettke e Kirzner apareçam em larga vantagem em relação a Salerno e Rothbard quanto à quantidade de revistas que publicaram seus artigos no período considerado, quando se considera a média de publicações por revista, os resultados são: Salerno (8); Rothbard (6); Boettke (2,7); e Kirzner (2,1). No caso, as situações se invertem, com Salerno à frente de Boettke e Rothbard à frente de Kirzner.

Outra medida relevante é a média dos números de vezes em que cada um dos artigos considerados na tabela foi citado em outras publicações de revistas acadêmicas. Com esse critério, os resultados voltam a indicar um empate entre os dois grupos do debate da desomogeneização de Mises e Hayek, mas, nesse caso, com Salerno à frente de Boettke e Kirzner à frente de Rothbard: Salerno (68); Kirzner (54,1); Rothbard (37,8); e Boettke (33,9).

No entanto, ao se ponderar o cálculo da média da classificação das revistas no ranking do Impact Factor pelo número de citações dos artigos publicados em cada revista, os resultados são: Boettke (143,6°); Kirzner (406,1°); Rothbard (519,8°); e Salerno (531°). Dessa forma, Boettke volta a aparecer à frente de Salerno e Kirzner à frente de Rothbard. Mais uma vez, a consideração da classificação das revistas pesou a favor do grupo da homogeneização.

De qualquer modo, uma investigação adicional pode ser feita com maior ênfase nas revistas que publicaram artigos que citam trabalhos dos quatro autores. Para isso, nas próximas tabelas, será considerado um universo

derivado das 10 obras de Boettke, Kirzner, Rothbard e Salerno que foram, para cada um, mais vezes citadas em trabalhos publicados a partir de 1988 em revistas acadêmicas classificadas no mesmo ranking. De cada uma dessas 10 obras, que podem incluir livros ou artigos mais antigos, foram extraídos os 10 artigos mais impactantes que as citam, considerando-se o número de citações que esses próprios artigos receberam.

Caso o número de artigos em qualquer uma das obras seja inferior a 10, essa obra fica com menos opções de ramificações para alimentar a tabela. No final, as 10 revistas mais bem classificadas terão suas citações contadas, podendo, inclusive, repetir a contagem de um mesmo artigo que cita mais de uma das obras selecionadas. Ressalta-se ainda que, da mesma forma que aconteceu nas tabelas anteriores, não foi excluída a possibilidade de o próprio autor em questão citar outro trabalho seu, pois, como o artigo mais recente conseguiu ser publicado, pode-se considerar que isso não afeta a conclusão de que o mais antigo ganhou maior importância a partir da citação.

Antes de prosseguir para essa análise, é válido destacar que, além da “The Quarterly Journal of Austrian Economics” e da “The Review of Austrian Economics”, o “Cato Journal” (471º no ranking) também é especializado em Escola Austríaca e foi fundado por Rothbard em 1974. Dessa forma, entre as três publicações, apenas a “The Quarterly Journal of Austrian Economics” não aparece no ranking. A explicação para que essa última revista apareça mais isolada remonta ao perfil do próprio Ludwig von Mises Institute. De acordo com a sua página oficial, o instituto “existe para promover o ensino e a pesquisa na Escola Austríaca de economia, liberdade individual, história honesta e paz internacional, na tradição de Ludwig von Mises e Murray N. Rothbard” (tradução nossa).

O site ainda identifica os dois autores como “grandes pensadores que desenvolveram a praxeologia, uma ciência dedutiva da ação humana baseada em premissas conhecidas com certeza para ser verdade” e diz que é isso que o instituto ensina e defende, de modo que seu trabalho acadêmico é “fundado na praxeologia Misesiana e na oposição autoconsciente à modelagem matemática

e aos testes de hipóteses, que criaram tanta confusão na economia Neoclássica” (tradução nossa).

Já nessa descrição, o Ludwig von Mises Institute expõe uma atitude de isolamento em relação ao *mainstream* da ciência econômica e em relação à própria Escola Austríaca. Nesse ponto, destaca-se, também em sua página oficial, a afirmação de que o instituto se guia pelos livros de Mises e Rothbard para ter uma perspectiva Austríaca sobre a história do pensamento econômico, deixando de citar outros nomes importantes como Kirzner, Lachmann e, principalmente, Hayek. Na verdade, Hayek só é mencionado por ter apoiado a fundação do instituto, na década de 1980.

Sobre o “The Quarterly Journal of Austrian Economics”, o Ludwig von Mises Institute descreve seu objetivo como “promover o desenvolvimento e a extensão da Escola Austríaca”, bem como “a análise de questões contemporâneas na economia *mainstream* a partir de uma perspectiva Austríaca”. Nesse ponto, a revista tenta ser menos restrita que o instituto que a edita, pois, em sua página oficial, caracteriza seu objetivo como “publicar artigos que tratam de questões na tradição Austríaca, que é exemplificada nas obras de Ludwig von Mises, F.A. Hayek, Murray Rothbard e Israel Kirzner”, visando “avançar as fronteiras da teoria econômica Austríaca” (tradução nossa).

Adicionalmente, o “The Quarterly Journal of Austrian Economics” afirma, também na página oficial, que busca envolver ativamente o interesse dos economistas convencionais, publicando “artigos que sujeitam a doutrina Neoclássica a análises críticas e simpósios com trocas de pontos de vista entre economistas Austríacos e *mainstream* sobre questões de interesse mútuo”. No entanto, por ainda serem pouco citadas em artigos de outras revistas, suas publicações ainda parecem distantes de cumprir esse objetivo, que é basicamente o mesmo da, até hoje, mais bem sucedida “The Review of Austrian Economics”, a qual, em sua página oficial, lista seus objetivos como “promover o desenvolvimento e a extensão da economia Austríaca” e “promover a análise das questões contemporâneas na corrente geral da economia a partir de uma perspectiva Austríaca” (tradução nossa).

Portanto, explicada a ausência da “The Quarterly Journal of Austrian Economics” do ranking, o que prejudica os números do grupo dos defensores da desomogeneização, observam-se as tabelas com as revistas com maior fator de impacto que publicaram artigos que fazem referência às obras mais citadas de cada um dos autores do debate.

TABELA 12 – ARTIGOS QUE CITAM PETER BOETTKE DESDE 1988:

<b>Revista</b>	<b>Classificação</b>	<b>Número de Citações de Artigos</b>
Journal of Economic Literature	2º	5
Journal of Law, Economics, & Organization	55º	1
Journal of Business Venturing	62º	5
Journal of Financial Services Research	113º	1
Foundations and Trends® in Entrepreneurship	151º	6
Journal of Comparative Economics	156º	1
Kyklos	163º	2
Cambridge Journal of Economics	167º	1
Southern Economic Journal	170º	5
Public Choice	196º	9

TABELA 13 – ARTIGOS QUE CITAM ISRAEL KIRZNER DESDE 1988:

<b>Revista</b>	<b>Classificação</b>	<b>Número de Citações de Artigos</b>
Journal of economic Literature	2º	5
Journal of political economy	3º	1
Journal of labor Economics	15º	1
Journal of international business studies	52º	3
Journal of Business venturing	62º	17
Research policy	68º	3

Management Science	94º	2
Journal of Economic Behavior & Organization	96º	2
Small business economics	105º	12
Journal of management studies	124º	5

TABELA 14 – ARTIGOS QUE CITAM JOSEPH SALERNO DESDE 1988:

<b>Revista</b>	<b>Classificação</b>	<b>Número de Citações de Artigos</b>
Journal of Economic Literature	2º	2
Journal of Economic Behavior & Organization	96º	1
Journal of management studies	124º	1
Journal of Evolutionary Economics	150º	1
The World Economy	162º	1
Southern Economic Journal	170º	1
The Quarterly Review of Economics and Finance	255º	1
Journal of Institutional Economics	361º	2
Managerial and Decision Economics	388º	1
Journal of Financial Economic Policy	482º	1

TABELA 15 – ARTIGOS QUE CITAM MURRAY ROTHBARD DESDE 1988:

<b>Revista</b>	<b>Classificação</b>	<b>Número de Citações de Artigos</b>
Journal of Economic Literature	2º	1
Journal of Political Economy	3º	1
American Economic Journal: Macroeconomics	18º	1

Journal of Economic Surveys	34°	1
Journal of Economic Theory	39°	1
Journal of Economic Behavior & Organization	96°	2
European Journal of Political Economy	104°	1
Journal of financial services research	114°	1
Journal of management studies	124°	2
Southern Economic Journal	170°	3

Como, nessas quatro últimas tabelas, não foi feito um recorte do tempo das obras citadas, mas apenas dos artigos que as citam, pode-se considerar que elas refletem melhor o impacto que cada um dos autores adquiriu desde o início do debate sobre a desomogeneização. Para este fim, calcula-se, primeiramente, a média de citações de artigos nas revistas listadas para cada autor: Kirzner (5,1); Boettke (3,6); Rothbard (1,4); Salerno (1,2). Para medir a importância dessas revistas, calcula-se a média de suas colocações no ranking: Kirzner (62,1°); Rothbard (70,4°); Boettke (123,5°); Salerno (219°).

Para combinar as duas medidas, pode-se fazer uma média da colocação do ranking das revistas que aparecem na tabela de cada autor ponderada pelo número de citações de artigos referente a cada uma delas. Nesse critério, os resultados são: Rothbard (90,3°); Boettke (129,4°); Kirzner (144,9°); Salerno (212,8°). Usando a mesma divisão por faixa etária considerada na análise das quatro primeiras tabelas, observa-se que Boettke aparece como mais impactante que Salerno nas três medidas, enquanto Kirzner aparece como mais impactante que Rothbard nas duas primeiras e menos relevante na última.

Portanto, de acordo com os oito critérios estabelecidos para comparar o impacto acadêmico dos autores, observa-se que, no confronto entre os números de Boettke e Salerno, o primeiro leva vantagem em seis critérios, enquanto o segundo se sai melhor em apenas dois. Nas mesmas comparações, Kirzner leva vantagem em relação a Rothbard em quatro oportunidades e desvantagem em três oportunidades, enquanto em um dos critérios a pequena diferença pode ser

considerada um “empate”. Nesse sentido, é possível concluir que, dentre os autores selecionados no trabalho para as posições de protagonistas do debate, os defensores da homogeneização de Mises e Hayek se mostram academicamente mais impactantes que os da desomogeneização.

#### 4.2. OUTRA MEDIDA: O IMPACTO HETERODOXO

Na seção anterior, a comparação do impacto dos artigos dos autores que formaram os dois grupos do debate em questão considerou unicamente a classificação RePec para fator de impacto das revistas em que eles foram publicados ou citados. No entanto, faz necessário ponderar que, como a disciplina de economia é formada pelos campos *mainstream* e heterodoxo, a medida em que uma revista acadêmica contribui para a construção de um corpo teórico coerente, isto é, seu *social networking* também é relevante para determinar sua qualidade de pesquisa.

Nesse sentido, Lee et. al. (2010) destacam que em diferentes corpos de conhecimento, os processos de construção do conhecimento são diferentes o suficiente para gerar diferentes práticas de referência, de modo que a medida de impacto de uma revista de publicações heterodoxas em um ranking com revistas predominantemente ortodoxas pode ser prejudicada.

A partir dessa consideração, Lee et. al. (2010) propõem a construção de um medidor de impacto específico para classificar revistas heterodoxas em termos de contribuição para a construção dessa subdisciplina. Segundo Lee et. al. (2010), um fator que simplesmente conta citações não necessariamente capta o impacto que uma revista tem em sua disciplina, uma vez que muitas das suas citações podem vir de revistas que não estão relacionadas a ela. Desse modo, acrescentam os autores, é necessário identificar as revistas relevantes da disciplina.

Para este fim, Lee et. al. (2010) propõem a construção do ranking em três etapas: *social networking*; avaliação de pares de revistas heterodoxas; e contagem de citações. Nesse exercício de construção do *ranking* heterodoxo, os autores consideraram 62 revistas da referida subdisciplina.

Lee et. al. (2010) destacam que revistas que não criam um conjunto identificável de conhecimento tornam-se marginais, uma vez que não há motivos para se dedicar a examinar seu conteúdo. Nesse sentido, os autores observam que as autocitações são muitas vezes descartadas porque são vistas como tendo pouco impacto na profissão em geral, mas que essa ideia significa entender que uma revista acadêmica não é um lugar de um conjunto de conhecimentos especializados, o que eles rejeitam.

Dessa forma, acrescentam Lee et. al. (2010), uma maneira de uma revista contribuir para a construção da economia heterodoxa é construir um corpo científico específico por meio de artigos baseados no conhecimento já publicado na própria revista. Por outro lado, ponderam os autores, como a promoção de uma pesquisa integrada pressupõe a citação de outras revistas associadas a diferentes abordagens heterodoxas e áreas de pesquisa, as medidas com que os artigos publicados em uma revista citam e são citados indica o grau em que esta promove o desenvolvimento da teoria econômica heterodoxa.

Como primeiro critério para formar o *ranking* de revistas heterodoxas, Lee et. al. (2010) consideram a relação entre produção doméstica, exportações e importações de citações para formar o critério Journal Bibliometric Quality Score (JBQS). Já com a consideração de que uma revista pode ser significativa não porque se envolve com outra consideradas centrais, mas porque abrange partes da disciplina que, de outra forma, estariam fracamente conectadas, os autores acrescentam que a análise de *social networking* permite a identificação de grupos de revistas mais estreitamente relacionadas, de modo a construir o critério Journal Network Quality Score (JNQS).

Adicionalmente, Lee et. al. (2010) realizam a avaliação por pares por meio de um questionário entregue a pesquisadores heterodoxos representativos de diversas regiões do mundo, de modo a formar o critério Journal Peer Evaluation Quality Score (JPEQS).

Reconhecendo que o enfoque bibliométrico enfatiza a interdependência da pesquisa e que o JBQS desconsidera o impacto do tamanho das citações em um periódico, Lee et. al. (2010) concluem que as



revistas generalistas interdisciplinares têm melhores chances de obter pontuação mais alta em relação às de citações maiores. Em contraste, acrescentam os autores, na análise *social networking*, presente no JNQS, o tamanho de uma citação não é neutralizado, de modo que a combinação das duas medidas permite uma avaliação mais abrangente, formando o Total Citation Score (TCS).

Como resultado, Lee et. al. (2010) consideram que, para construir o melhor ranking possível de revistas heterodoxas, o TCS e o JPEQS devem ser combinados no Heterodox Journal Quality Score (HJQS), que revela quais revistas são melhores, individualmente e em conjunto, para contribuir para o desenvolvimento da economia heterodoxa.

Explicados os critérios, observa-se que, nas tabelas organizadas por Lee et. al. (2010), com dados referentes às publicações da sequência de cinco anos encerrada em 2010, a “The Review of Austrian Economics” aparece mais bem colocada que a “The Quarterly Journal of Austrian Economics” em todos os critérios. Mais precisamente, a “The Review of Austrian Economics” teve as seguintes classificações: JBQS (17º); JNQS (29º); TCS (20º); JPEQS (54º); HJQS (37º). Já a “The Quarterly Journal of Austrian Economics” teve os seguintes resultados: JBQS (33º); JNQS (49º); TCS (45º); JPEQS (57º); HJQS (51º).

Dessa forma, para o recorte de tempo usado por Lee et. al. (2010), a revista em que se concentram os membros do que este trabalho chamou de “grupo da homogeneização” aparece muitas posições acima da do chamado “grupo da desomogeneização” na combinação de critérios que formou o HJQS, sendo que nos critérios de contagem de citações e *social networking*, as distâncias foram maiores. No entanto, o que chama mais a atenção são as classificações de cada revista no critério de avaliação de pares (JPEQS), em que a “The Review of Austrian Economics” e a “The Quarterly Journal of Austrian Economics” foram, respectivamente, 54º e 57º de um total de 62 revistas.

Esse resultado negativo para as duas revistas é mencionado pelos próprios autores da publicação que montou o *ranking*. De acordo com Lee et. al. (2010), o fato de as duas revistas, assim como outras três especializadas em

Escola Austríaca que aparecem no *ranking*, estarem abaixo da metade no critério HJQS sugere que, no momento em que os dados foram coletados, essa área de pesquisa não era fundamental para o desenvolvimento da economia heterodoxa.

Portanto, conforme será retomado na conclusão, a importância de estudar os efeitos do debate sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek, bem como o processo que dividiu a Escola Austríaca em dois grupos bem identificáveis se explica na consolidação de uma baixa relevância acadêmica não só na disciplina da economia, mas no próprio campo heterodoxo, principalmente no critério de avaliação dos pares.

#### 4.3. O PICO DE IMPACTO: ARTIGOS DO DEBATE SÃO O DESTAQUE DO GRUPO DA DESOMOGENEIZAÇÃO

De forma semelhante ao que se observa na seção 4.1, a análise dos impactos das publicações referentes ao debate sobre a desomogeneização, foi feita a partir das tabelas montadas com a listagem das 10 revistas mais bem conceituadas no Impact Factor em que foram publicados artigos que citaram alguma dessas publicações, a contagem desses artigos em cada revista e a soma dos números de citações que eles receberam em outros artigos, de modo avaliar a importância destes.

#### **Kirzner: *The Economic Calculation Debate: Lessons for Austrians* (1988)**

- Média da Classificação: 418,1º
- Média Ponderada da Classificação pelo Número de Artigos que Citam: 418,5 º
- Média Ponderada da Classificação pela Soma de Citações: 384,3º
- Soma de Citações: 1479
- Número de Artigos que Citam: 19

TABELA 16 – CITAÇÕES A KIRZNER (1988):

Revista	Classificação	Número de artigos que citam	Soma de citações desses artigos
Journal of Economic literature	2º	1	290

Foundations and Trends® in Entrepreneurship	151°	1	158
Cambridge Journal of Economics	167°	2	91
Journal of Economic Studies	355°	2	39
Review of Political Economy	493°	4	74
The Review of Austrian Economics	531°	5	459
Recherches économiques de Louvain	563°	1	3
Journal of economic issues	627°	1	19
History of Political Economy	633°	1	265
Agrekon	659°	1	81

**Salerno: *Ludwig von Mises as Social Rationalist* (1990)**

- Média da Classificação: 421,9°
- Média Ponderada da Classificação pelo Número de Artigos que Citam: 495,8 °
- Média Ponderada da Classificação pela Soma de Citações: 396,2°
- Soma de Citações: 1107
- Número de Artigos que Citam: 28

TABELA 17 – CITAÇÕES A SALERNO (1990):

Revista	Classificação	Número de artigos que citam	Soma de citações desses artigos
Journal of Economic literature	2°	1	290
Journal of Business Venturing	62°	1	2
Cambridge Journal of Economics	167°	1	5
Review of Political Economy	493°	2	19
Journal of Business Ethics	499°	1	6
The Review of Austrian Economics	531°	16	685
Journal des conomistes et des tudes Humaines	564°	2	35
Journal of Economic Issues	627°	1	8
History of Political Economy	633°	1	40

American Journal of Economics and Sociology	641º	2	17
---	------	---	----

**Boettke: *The theory of spontaneous order and cultural evolution in the social theory of FA Hayek* (1990)**

- Média da Classificação: 696,2º
- Média Ponderada da Classificação pelo Número de Artigos que Citam: 653,3º
- Média Ponderada da Classificação pela Soma de Citações: 534,6º
- Soma de Citações: 367
- Número de Artigos que Citam: 14

TABELA 18 – CITAÇÕES A BOETTKE (1990):

Revistas	Classificação	Número de artigos que citam	Soma de citações desses artigos
Journal of Economic Behavior & Organization	96º	2	61
Constitutional Political Economy	440º	2	26
The Review of Austrian Economics	531º	3	104
Review of Behavioral Economics	569º	1	3
Journal of Economic Issues	627º	1	7
American Journal of Economics and Sociology	641º	2	138
Journal of the History of Economic Thought	886º	1	22
Zeitschrift für Wirtschafts-und Unternehmensethik	1511º	1	0
ORDO: Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft	1606º	1	6

**Rothbard: *The End of Socialism and the Calculation Debate Revisited* (1991)**

- Média da Classificação: 699,3º
- Média Ponderada da Classificação pelo Número de Artigos que Citam: 620,3º

- Média Ponderada da Classificação pela Soma de Citações: 566,4º
- Soma de Citações: 548
- Número de Artigos que Citam: 18

TABELA 19 – CITAÇÕES A ROTHBARD (1991):

Revista	Classificação	Número de artigos que citam	Soma de citações desses artigos
Journal of Institutional Economics	361º	1	14
Review of Political Economy	493º	3	24
Journal of Business Ethics	499º	1	6
The Review of Austrian Economics	531º	7	429
Journal des Economistes et des études Humaines	562º	1	21
American Journal of Economics and Sociology	641º	1	5
International Journal of Social Economics	831º	1	4
Journal of the History of Economic Thought	886º	1	23
Revista de economía institucional	1078º	1	13
International Journal of Pluralism and Economics Education	1111º	1	9

### **Salerno: *Mises and Hayek Dehomogenized* (1993)**

- Média da Classificação: 324,9º
- Média Ponderada da Classificação pelo Número de Artigos que Citam: 416,7º
- Média Ponderada da Classificação pela Soma de Citações: 69,4º
- Soma de Citações: 4627
- Número de Artigos que Citam: 19

TABELA 20 – CITAÇÕES A SALERNO (1993):

Revista	Classificação	Número de artigos que citam	Soma de citações desses artigos
Journal of economic Literature	2º	1	3651

Journal of Economic Behavior & Organization	96°	1	36
Journal of management studies	124°	1	325
Cambridge Journal of Economics	167°	1	5
Southern Economic Journal	170°	1	158
Cato J.	471°	1	21
Review of Political Economy	493°	2	12
The Review of Austrian Economics	531°	9	378
Journal des Economistes et des etudes Humaines	562°	1	1
History of Political Economy	633°	1	40

**Boettke: *Economic Calculation: The Austrian Contribution to Political Economy* (1998)**

- Média da Classificação: 292,7°
- Média Ponderada da Classificação pelo Número de Artigos que Citam: 310,9°
- Média Ponderada da Classificação pela Soma de Citações: 114,6°
- Soma de Citações: 549
- Número de Artigos que Citam: 11

TABELA 21 – CITAÇÕES A BOETTKE (1998):

Revista	Classificação	Número de artigos que citam	Soma das citações desses artigos
Journal of Economic literature	2°	1	290
Foundations and Trends® in Entrepreneurship	151°	1	158
Public Choice	196°	1	24
Contemporary Economic Policy	267°	1	6
Journal of Institutional Economics	361°	1	4
Constitutional Political Economy	440°	1	32
Journal of Economic Methodology	447°	1	7
European Journal of Law and Economics	464°	1	1

Economics & Philosophy	467º	1	9
Review of Political Economy	493º	2	18

Mantendo-se o mesmo critério de comparação anterior, isto é, Kirzner x Rothbard e Boettke x Salerno, identificam-se os seguintes resultados:

- a) Médias das Classificações das Revistas: Boettke (1998) – 292,7º; Salerno (1993) - 324,9º; Kirzner (1988) - 418,1º; Salerno (1990) - 421,9º; Boettke (1990) – 696,2º; Rothbard (1991) - 699,3º.
- b) Média Ponderada da Classificação das Revistas pelo Número de Artigos que Citam: Boettke (1998) - 310,9º; Salerno (1993) - 416,7º; Kirzner (1988) - 418,5º; Salerno (1990) - 495,8º; Rothbard (1991) - 620,3º; Boettke (1990) - 653,3º.
- c) Média Ponderada da Classificação pela Soma de Citações: Salerno (1993) - 69,4º; Boettke (1998) - 114,6º; Kirzner (1988) - 384,3º; Salerno (1990) - 396,2º; Boettke (1990) - 534,6º; Rothbard (1991) - 566,4º.
- d) Soma de Citações: Salerno (1993) - 4627; Kirzner (1988) - 1479; Salerno (1990) - 1107; Boettke (1998) - 549; Rothbard (1991) – 548; Boettke (1990) – 367.
- e) Número de Artigos que Citam: Salerno (1990) - 28; Salerno (1993) - 19; Kirzner (1988) - 19; Rothbard (1991) – 18; Boettke (1990) – 14; Boettke (1998) – 11.

Assim como havia ocorrido na análise de todas as publicações dos autores desde 1988, Kirzner (1988) aparece em vantagem em relação a Rothbard (1991), mas, desta vez, em todos os critérios considerados. Esse resultado reforça a consideração feita neste trabalho de que o artigo de Kirzner foi o marco inicial do debate, pois, ainda que mantivesse uma posição considerada a padrão dentro da Escola Austríaca, isto é, de que os trabalhos de Mises e Hayek formam uma linha teórica coerente, ele o fez de uma maneira que não se contrapunha aos argumentos sobre uma suposta transformação de Hayek, já que o próprio Mises, para Kirzner (1988), também passara por uma transformação após o debate do cálculo econômico.

Rothbard (1991), por outro lado, apesar de também tratar do debate do cálculo econômico em um contexto de comparar as contribuições de Mises com as de Hayek, já não apresentava argumentos novos para o contexto da época, de forma que seu artigo pode ser entendido como uma resposta direta a Kirzner (1988), o que já havia sido feito por Salerno (1990) em um recorte que não se limitava apenas ao debate do cálculo econômico, mas também tratava dos fundamentos ontológicos presentes nos trabalhos de Mises e Hayek, preparando o terreno para o artigo de 1993.

Sobre esses artigos de Salerno (1990; 1993), observa-se que ambos aparecem em vantagem em relação a Boettke (1990) em todos os critérios, em oposição ao predomínio de Boettke sobre Salerno nas análises de impacto feitos a partir de todas as publicações dos autores desde 1988. Essa diferença demonstra um claro protagonismo de Salerno no debate sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek, o que já seria esperado se forem levados em conta o desgaste e a repetição de argumentos desencadeados pelas respostas críticas de Yeager (1994; 1997) e Horwitz (1998) a Salerno (1993; 1994) e por Herbener (1996), Hoppe (1996) e Hülsmann (1997) em reforço aos argumentos deste protagonista.

Mais especificamente, os números apontam para um protagonismo do artigo de 1993, em que Salerno introduz explicitamente a defesa da desomogeneização entre Mises e Hayek, ao passo que Kirzner (1988), Boettke (1990), Salerno (1990) e Rothbard (1991) são considerados neste trabalho como partes do debate justamente por terem introduzido o contexto da argumentação de Salerno (1993).

Sobre Boettke (1998), considerado neste trabalho como a palavra final sobre o debate entre os protagonistas, verifica-se um impacto comparável a Salerno (1993), com vantagem para o primeiro em dois critérios e para o último em três. Dessa forma, ainda que se referindo mais ao debate do cálculo econômico do que a uma contestação à proposta de desomogeneizar as leituras de Mises e Hayek, Boettke (1998) pode ser considerado como uma síntese bem-sucedida dos argumentos em favor da homogeneização entre Mises e Hayek, que se repetiam nos artigos de Yeager (1994; 1997) e Horwitz (1998).



Um balanço final sobre os resultados das tabelas é que, diferentemente do recorte mais generalizado de seu impacto acadêmico, os argumentos de Salerno (1993) foram bastante importantes dentro da comunidade de economistas acadêmicos e, diante da não menos impactante síntese de Boettke (1998), não há como determinar um vencedor para o debate sobre a desomogeneização apenas a partir da análise dos artigos que o formaram.

No entanto, como este trabalho considera que os argumentos do grupo da homogeneização foram mais coerentes com o contexto das publicações de Mises e Hayek, pode-se considerar que o menor impacto dos trabalhos de Salerno em relação aos de Boettke está relacionado à postura mais ideológica do primeiro em relação ao último, o que, por sua vez, se reflete na menor coerência entre os argumentos do grupo que defende a desomogeneização.

Nesse sentido, é importante reforçar que as diferenças entre os dois grupos na medida de impacto não determinam a consideração deste trabalho de que há maior coerência nos argumentos do grupo da homogeneização. Na verdade, a causa tanto para a maior coerência quanto para o maior impacto acadêmico de Boettke e Kirzner em relação a Salerno e Rothbard, respectivamente, parece ser justamente a postura ideológica desta última dupla, conforme identificado nas características do Ludwig Von Mises Institute, descritas na seção 4.1.

## 5. CONCLUSÃO

Para formular a conclusão sobre o debate exposto neste trabalho, volta-se à caracterização de Arida (1983) sobre a disciplina da História do Pensamento Econômico (HPE), que critica a noção de fronteira do conhecimento por sua contradição em entender que todas as contribuições positivas do passado estejam assimiladas ao estado presente da teoria e observar que qualquer mudança neste altera a própria percepção do passado e leva a uma reescrita da HPE. Ao serem reinterpretadas, teorias e leituras sobre teorias passadas até então consideradas superadas em definitivo podem readquirir importância acadêmica.

Assim, de imediato, entende-se que, independentemente dos argumentos a favor de ou contra a leitura desomogeneizada dos autores, o fato de Hayek não ter, talvez, assimilado tudo o que Mises propôs originalmente, ou mesmo de ter discordado explicitamente de alguma ideia ou abordagem de seu mentor, não é um problema para entender a influência do último sobre o primeiro, pois a formulação teórica do presente sempre pressupõe alguma interpretação do passado. Assim, não seria, de modo algum, um esforço desnecessário ou equivocado fazer uma leitura crítica de Hayek, Kirzner, Lachmann e de outros autores mais recentes da Escola Austríaca a partir de uma interpretação particular dos escritos de Mises.

No entanto, para fazer este esforço, os defensores da desomogeneização entre Mises e Hayek devem estar familiarizados não apenas como os conceitos básicos do que consideram ser o paradigma do primeiro, mas também com os do segundo em seus contexto e intenção específicos. Na interpretação deste trabalho, a defesa incondicional do apriorismo no grupo que advoga uma desomogeneização os impede de compreender os avanços que Hayek, Kirzner, Lachmann e outros se propuseram a fazer a partir de suas próprias leituras de Mises de maneira adaptada aos contextos em que se encontravam.

Como afirma Arida (1983), o exercício da História do Pensamento Econômico de maneira desvinculada de seu contexto é fruto de uma suposição enganosa de que os textos teóricos passados são autointeligíveis, quando, na verdade, o leitor é induzido a preencher as lacunas de acordo com o conhecimento que possui no presente. Mais especificamente, os argumentos defendidos por Mises no contexto do início debate do cálculo econômico não podem ser contrapostos aos que Hayek usaria na sequência porque o último já considerava elementos que não estavam presentes na formulação do primeiro.

De maneira simplificada, pode-se dizer que é errado construir uma narrativa segundo a qual Mises teria respondido Hayek antes mesmo deste apresentar seus argumentos, visto que, obviamente, o primeiro não poderia saber o que estaria por vir. O fato de ambos os autores terem reformulado seus argumentos de acordo com os acontecimentos que viviam, conforme destaca Kirzner (1988), reforça a ideia de que é um equívoco argumentar a favor de ou contra a desomogeneização como se fosse uma conversa entre Mises e Hayek em um determinado instante de suas vidas já com conhecimento passado completo de tudo o que escreveram.

Com tudo isso considerado, é necessário, para formular a conclusão sobre os efeitos do debate da desomogeneização entre Mises e Hayek, questão geral deste trabalho, retomar as questões subsidiárias levantadas até aqui, a saber, se existe diferença entre os conceitos de ordem racional e ordem espontânea; se o argumento da impossibilidade do cálculo econômico em um sistema socialista é compatível com o do uso do conhecimento disperso na sociedade; se a investigação a partir dos conceitos de praxeologia e entendimento é coerente com a divisão em pura lógica da escolha, teoria da aquisição do conhecimento e investigação empírica; se houve transformação de Mises ou Hayek após o debate do cálculo econômico socialista; e como a Escola Austríaca deve proceder para mostrar suas diferenças em relação à abordagem Neoclássica.

Antes de responder a cada um desses pontos, é útil enfatizar que, dentro de um grupo cujas ideias são identificadas como desenvolvidas a partir de um referencial comum, como no caso da Escola Austríaca, derivada dos trabalhos

de Menger, Böhm-Bawerk e Wieser, além de, posteriormente, Mises e Hayek, é de se esperar que as diferenças entre as sequências dos desenvolvimentos teóricos e das reinterpretações em relação aos autores passados se manifestem no sentido de contribuir para uma maior coerência desse grupo como um todo.

Nesse sentido, os autores que atualmente defendem a tese da leitura desomogeneizada entre Mises e Hayek, isto é, Salerno, mais especificamente, e o Ludwig von Mises Institute, em geral, parecem não agir com essa intenção e se prender ao que argumentam ser o que Mises diria se estivesse presente nas discussões atuais ou ao que Rothbard desenvolvera a partir de sua leitura de Mises. Assim, o recorte teórico fica limitado e preso a certos dogmas ideológicos.

Primeiramente, então, para demonstrar a coerência entre os trabalhos desenvolvidos pelos economistas Austríacos como um todo, destaca-se que Carl Menger iniciou a abordagem que seria classificada como Austríaca com uma proposta de investigação teórica dos fenômenos econômicos com uma perspectiva subjetiva, de modo a identificar, de acordo com a classificação feita pelos indivíduos, bens de ordem superior e bens de primeira ordem, reconhecendo que os primeiros derivam seu valor da expectativa de valor futuro dos últimos.

Como foi argumentado neste trabalho a partir das citações de Vaughn (1998), Böhm-Bawerk e Wieser foram os primeiros seguidores de Menger, mas acabaram abordando o legado deste de uma forma mais próxima a dos Neoclássicos, ainda que mantivessem o caráter subjetivista da nascente Escola Austríaca, com a teoria do valor derivado (Wieser) e explicação sobre os juros e a preferência temporal (Böhm-Bawerk). Argumentou-se neste trabalho, portanto, que a diferença maior entre os Austríacos e os Neoclássicos só ficaria mais nítida a partir do debate do cálculo econômico, com Mises e Hayek, justamente o período escolhido por Salerno para identificar argumentos que justifiquem a desomogeneização entre os dois autores.

Antes desse período do debate do cálculo econômico, entre as décadas de 1920 e 1930, conforme argumentado neste trabalho, Mises e Hayek desenvolveram teorias bastante semelhantes sobre os ciclos de negócio e o papel da moeda nestes, de modo que, observa-se agora, não houve argumentos

por parte dos defensores da desomogeneização para identificar diferenças relevantes entre os dois autores em tal contexto.

Em sequência, com todas as peculiaridades do debate do cálculo econômico, surgiram não apenas as interpretações que defendem uma visão desomogeneizada entre Mises e Hayek, mas também as que identificam uma transformação nos trabalhos deste último. Neste ponto, recorda-se que, direcionado para um público-alvo Marxista, Mises desenvolveu seus argumentos sobre a impossibilidade de se resolver o problema do cálculo monetário sem a existência de propriedade privada dos bens de ordem superior, enquanto Hayek contestou as propostas de se implantar um socialismo de mercado com base na resolução de equações para se descobrirem os preços que refletissem as preferências dos consumidores, conforme propunha, entre outros, Oskar Lange, em uma tentativa de superar os desafios propostos justamente por Mises.

Nesse contexto, Hayek desenvolveu, principalmente a partir do artigo “Economics and Knowledge”, seu argumento sobre a inadequação das teorias baseadas no conceito de equilíbrio para explicar os fenômenos do mundo real e sobre a importância de identificar o sistema sobre o qual o uso do conhecimento disperso na sociedade seria mais eficiente, com a conclusão de que, com a propriedade privada dos bens de ordem superior, esse conhecimento é transmitido sob a forma de preços monetários. É a essa caracterização Hayekiana do problema e à consequente proposta de desenvolver uma teoria sobre a aquisição do conhecimento para complementar o que chamou de pura lógica da escolha que aludem os defensores da desomogeneização entre Mises e Hayek e os que identificam uma transformação deste último.

Para Salerno (1990, 1993), Mises não se referia ao problema do conhecimento no debate do cálculo econômico porque chegou a argumentar que a impossibilidade do socialismo não seria superada mesmo que houvesse conhecimento perfeito das preferências dos consumidores por parte do órgão de planejamento central, pois, como tais preferências são ordinais e não cardinais, não haveria preços em moeda para se realizar o cálculo monetário. Com base

nisso, Salerno (1993) advoga a divisão da Escola Austríaca em dois paradigmas (Misesiano e Hayekiano).

O que Salerno rejeita, nesse sentido, é que o argumento da comunicação do conhecimento pode ser aplicado justamente para o fenômeno da obtenção de preços monetários cardinais como um sinal para comunicar os planos derivados das preferências ordinais dos agentes, de forma a coordená-los da melhor forma possível, como argumenta Yeager (1994), em uma economia complexa ou, conforme Hayek a caracteriza, em uma cataláxia, em que as ações dos indivíduos não estão sujeitas a um único plano.

Também é coerente, portanto, a argumentação de Yeager (1994) de que não faz sentido dizer que o cálculo seria impossível ainda que os planejadores centrais tivessem todo o conhecimento das preferências dos consumidores porque, conforme o próprio Mises havia explicado em “Human Action”, tais preferências não existem *ex ante*, isto é, o ato de preferir só ocorre no momento da escolha.

Partindo-se dos argumentos de Kirzner (1988), observa-se, ainda sobre essa questão, que, sem entrar no mérito de definir se a reformulação da abordagem de Hayek sobre a teoria econômica justifica a ideia de que ele passou por uma “transformação”, Mises também reelaborou seus argumentos após o debate do cálculo econômico. Nesse sentido, é possível entender que, em “Human Action”, a descrição mais precisa sobre as implicações da heterogeneidade dos bens de capital ajudou tanto a formular uma coerência maior entre o problema do conhecimento disperso e o do cálculo monetário quanto a realçar a distinção da visão Austríaca sobre o processo de mercado.

Mises explicou que o equilíbrio é uma construção imaginária e que, embora a atividade do empresário promotor provoque uma tendência a que o estado final de repouso seja atingido, isso nunca se concretiza, ao contrário do que estabelecem as teorias que tratam o mercado apenas como a solução final pré-determinada pelos dados existentes. Essa argumentação está de acordo com uma perspectiva dinâmica do processo de mercado, reconhecendo o tempo como um elemento causador de mudanças. Assim, como poderia ser formulado com um vocabulário mais Hayekiano, a pura lógica da escolha assume o *market*

*clearing* sem explicar em que condições ocorre a comunicação do conhecimento específico de tempo e lugar e, por isso, não é satisfatória para explicar os problemas do mundo real.

Adicionalmente, ao caracterizar os bens de capital como um elemento que força os indivíduos a adaptar o resultado do passado a novas condições do sistema, isto é, cujo grau de conversibilidade é limitado, Mises reforçou a ideia de que há contradição entre os planos de indivíduos diferentes ou entre os planos do mesmo indivíduo em instantes diferentes, forçando-os a ajustar esses planos de forma contínua de acordo com os sinais transmitidos, como os preços dos bens de capital e dos bens de consumo.

Vale lembrar ainda que, como desdobramento do debate do cálculo econômico, Hayek se dedicou ao projeto “Abuse of Reason”, em que, dentre vários tópicos, formulou críticas ao que chamou de racionalismo construtivista, pois este falharia em reconhecer os limites dos poderes da razão. Hayek defendia o que chamou de “racionalismo crítico”, que, da mesma forma que o “determinismo ativista”, descrito por Mises em “Theory and History”, reconhece regularidades que não podem ser alteradas por um plano racional. Assim, Hayek reforçou sua defesa do subjetivismo, que consiste em entender o que o homem pretende com sua ação, para identificar os fenômenos esperados e adaptar as ações a eles, mesmo sem poder controlá-los.

Em complemento, conforme explica Caldwell (2008, capítulo 14), Hayek propôs que se desenvolvessem explicações dos tipos de padrões de fenômenos complexos para diminuir a falseabilidade inerente a fenômenos simples, de modo que, no caso de uma política econômica racional, só seriam criadas as condições para o mercado funcionar, em vez de se orientar deliberadamente seu funcionamento. Novamente, essa caracterização está de acordo com o determinismo ativista explicado por Mises, posto que os dois autores reconhecem a existência de uma liberdade de ação para o indivíduo dentro de certas margens pré-determinadas.

Foi essa coerência entre as duas explicações que Salerno (1990) falhou em captar ao propor uma diferenciação entre ordem racional e ordem espontânea. Quando advoga que Mises era um racionalista social porque

entendia que as interações humanas são resultado da ação proposital, Salerno (1990) explica que isso não implica entender que o homem estivesse consciente de suas motivações e objetivos ao construir a ordem racional. Portanto, tal ordem não teria sido criada por um contrato social explícito. No entanto, Salerno (1990) critica a caracterização Hayekiana da ordem social como “espontânea”, apesar de, do mesmo modo, esse termo ter sido utilizado para defender que ela é resultado da razão e não do desígnio humano.

Além desses pontos enfatizados em maior medida por Salerno (1990; 1993) para defender a visão desomogeneizada entre Mises e Hayek, este trabalho citou algumas considerações de Rothbard (1991) a respeito do tema. Em particular, além de introduzir o que seriam os principais argumentos de Salerno, Rothbard se dirigiu mais diretamente a Kirzner, pois este, ao contrário de outros defensores da visão homogeneizada, como Boettke, não rejeitou a tese de que Hayek teria passado por uma transformação após o debate do cálculo econômico. Na verdade, para Kirzner (1988), o próprio Mises teria sofrido sua própria transformação ou, mais especificamente, um processo de autoconhecimento após a década de 1930, quando ambos os autores ainda acreditavam estar em consonância com os economistas Neoclássicos em suas conclusões, apesar das diferenças metodológicas.

Para Rothbard (1991), entretanto, a posição de Mises sobre o cálculo econômico já estava presente no “Theory of Money and Credit” com a ideia de que, por serem ordinais, as avaliações subjetivas dos consumidores não são mensuráveis, enquanto os preços de mercado permitem que os bens sejam comparados de maneira cardinal. Mas isso não invalida o argumento de Kirzner (1988) de que houve um processo de autocompreensão de Mises a partir do debate do cálculo econômico, pois, em seus primeiros trabalhos, ele não havia tratado de forma mais explícita os problemas relacionados às mudanças de dados de uma forma que apresentasse os mercados como processos de descoberta, o que justifica entender que “Human Action” marcou a consolidação da identificação do empresário como o agente que lida com a mudança e a incerteza, o que permite à Escola Austríaca, como um todo, elaborar uma alternativa mais clara à abordagem dos estados finais de equilíbrio.



Nesse sentido, Boettke (1990; 1998), ainda que negando explicitamente que Hayek tenha passado por qualquer transformação, está em linha com Kirzner em sua visão homogeneizada entre os dois autores, com a justificativa de que a pesquisa de Hayek foi baseada na ideia subjetivista inicial de Mises, a exemplo dos trabalhos em que o primeiro abordou a lei comum e a evolução da razão e da tradição, derivados diretamente da discussão do último sobre a fundação de uma ordem social baseada na divisão do trabalho.

Portanto, aceitando-se as interpretações de Boettke (1990; 1998) e Kirzner (1988), conclui-se que Hayek se baseou em Mises desde seus primeiros trabalhos, manteve-se disposto a complementar as ideias de seu mentor durante o debate do cálculo econômico e estendeu esse *background* subjetivista para fundamentar uma alternativa mais explícita à abordagem baseada no estudo do estado final de equilíbrio e pouco empenhada em descrever o processo que promove o sistema em direção a ele, isto é, que possibilita a descoberta por meio da competição. Na verdade, mais do que verificar que Hayek “se baseou” em Mises, a questão-chave para se entender a pertinência da visão homogeneizada é a constatação de que não é um esforço teórico interessante a leitura de um autor sem a do outro. A ideia de uma escola de pensamento chamada de “Austríaca” pressupõe a compreensão conjunta de seus maiores expoentes.

Foi exatamente a linha comum presente em ambas as abordagens que Kirzner elucidara em seu “Competition and Entrepreneurship”, com o conceito de alerta empresarial que direciona o sistema ao equilíbrio. Nesse sentido, mencionou-se neste trabalho a oposição entre essa síntese que Kirzner fez entre Mises e Hayek e a que Lachmann fez sobre os mesmos autores. O objetivo de Kirzner era complementar o que considerava uma lacuna da teoria Neoclássica do Equilíbrio Geral, enquanto Lachmann, ao negar a ideia de que o sistema realmente avança em direção ao equilíbrio, já que as forças desequilibrantes, consequências da incerteza inerente à passagem do tempo, seriam tão relevantes quanto as equilibrantes, mostrava-se mais disposto a questionar a validade da abordagem Neoclássica sobre estados iniciais e finais do sistema.

Como consequência dessa controvérsia, de acordo com o interesse para o tema proposto para este trabalho, destacam-se os trabalhos de Selgin (1990)

e O' Driscoll Jr. e Rizzo (1996). Advogando a correta aplicação da praxeologia, Selgin (1990) critica Kirzner e Lachmann por confundirem tendência ao equilíbrio com coordenação do sistema econômico, pois a primeira seria um conceito praxeológico, isto é, seria verdadeira por definição, já que o próprio fato de o indivíduo agir implica a ideia de que ele está reduzindo seu desconforto imaginado e, portanto, equilibrando, enquanto apenas a segunda seria uma análise sujeita à verificação empírica.

Portanto, para Selgin (1990), Lachmann adere ao historicismo quando advoga que a tendência ao equilíbrio precisa ser demonstrada e Kirzner pensa em termos de Equilíbrio Geral e Otimidade de Pareto ao considerar que as oportunidades de lucro já existem fora da imaginação dos agentes enquanto não são descobertas. Ressalta-se que, nesse particular, os argumentos de Selgin (1990) estão de acordo com os de Salerno (1994), mas se apresentam, no entendimento deste trabalho, de uma forma mais consistente, menos restrita e mais teoricamente desafiadora para os defensores da visão homogeneizada entre Mises e Hayek.

No entanto, os desafios presentes em tais argumentos, a saber, compatibilizar os elementos Hayekianos presentes em Kirzner e Lachmann com a praxeologia Misesiana, já haviam sido respondidos com sucesso por O' Driscoll Jr. e Rizzo em "Economics of Time and Ignorance", publicado três anos antes de "Praxeology and Understanding", de Selgin. Para isso, esses dois autores argumentaram que a ação empresarial criativa só poderia existir dentro de algum grau de previsibilidade, conforme argumentara Kirzner com seu conceito de "descoberta".

No entanto, reconhecendo a importância do elemento da incerteza enfatizado por Lachmann, incompatível com as ideias tradicionais de equilíbrio, O' Driscoll Jr. e Rizzo (1996) concluíram que a ação humana consiste tanto em otimizar seu comportamento quanto em adotar regras. Dessa forma, ainda que houvesse fontes endógenas de desequilíbrio, características do mundo caleídico a que Lachmann se referia, haveria uma tendência ao equilíbrio.

Nesse ponto, a principal divergência de O' Driscoll Jr. e Rizzo (1996) com Selgin (1990) é que este, a fim de manter a divisão da investigação

econômica em praxeologia e entendimento, conforme Mises havia proposto originalmente, não assimilou a importância de explicar a maneira com que o indivíduo poderia superar o problema de comunicação de conhecimento em um mundo marcado por mudanças, a saber, por meio da adoção de regras, conforme proposto por Hayek. Assim, O' Driscoll Jr. e Rizzo desenvolveram o conceito de coordenação de padrões para propor que as instituições humanas seriam coordenadoras em relação a regras, mas não a fatos específicos, pois estes seriam as lacunas de coordenação que os empresários preencheriam em sua busca por lucros.

Nesse sentido, é indiferente se a busca por lucros está relacionada com a ideia de descoberta, como se as oportunidades já existissem *ex ante*, ou se essa ação equilibrante deve ser entendida como presente apenas na imaginação do agente, de modo a diferenciar equilíbrio de coordenação, pois, de qualquer forma, a identificação dessas lacunas é um elemento subjetivo e proposital, dado que a parte espontânea da coordenação já é feita pelas instituições. Dessa forma, para os fins de discussão deste trabalho, as abordagens de Kirzner e Lachmann, ainda que demonstrem discordâncias, servem ao mesmo propósito de apontar o caráter complementar entre as teorias de Mises e Hayek e, mesmo sem explicitar tal conclusão, O' Driscoll Jr. e Rizzo (1996) demonstraram isso.

Como última questão relevante para o debate da desomogeneização, este trabalho expôs os argumentos de Leeson e Boettke (2006) sobre a divisão tripartite da investigação econômica: teoria pura; teoria institucionalmente contingente; e história econômica e análise estatística. Essa proposta, ao mesmo tempo em que permite identificar em que ponto Hayek se distinguiu de Mises, ajuda a concluir que a visão homogeneizada entre os dois autores é a mais apropriada para entender que a complementaridade entre eles é um fator mais importante para entender a Escola Austríaca do que qualquer tentativa de desomogeneização.

Nesse sentido, Leeson e Boettke (2006) pontuam com sucesso que, como Mises já reconhecia que a compreensão de qualquer fato necessariamente adota o uso de alguma teoria, Hayek pôde usar isso como ponto de partida para explicar como as regras sociais são desenvolvidas, isto é, sua teoria

institucionalmente contingente avançou em relação à caracterização da teoria como o dado irreduzível, conforme propunha a praxeologia de Mises. A este respeito, observa-se que, como Mises incluía a conexão com o mundo real como um requisito para a escolha dos axiomas praxeológicos, ele não via necessidade de estabelecer um nível intermediário entre a teoria e a história.

Assim, como Hayek só teria se aprofundado em ir além da pura lógica da escolha porque considerava que suas tautologias não eram suficientes para explicar os problemas relevantes do mundo real e que a ideia não precisava ser o dado irreduzível da análise, tanto Mises quanto Hayek tinham as mesmas preocupações de elucidar problemas concretos e concordavam que nenhum trabalho empírico poderia dispensar o uso de uma teoria. A diferença é que Hayek preferiu colocar suas explicações teóricas sobre fenômenos contingentes em um plano diferente do da teoria pura, o que foi o caso do problema da comunicação do conhecimento, que seria apenas o nível seguinte da explicação da impossibilidade de realizar o cálculo monetário sem propriedade privada dos bens de capital, já feita por Mises.

Se, da mesma forma que Hayek, Mises considerava que as categorias consideradas válidas *a priori* na investigação econômica evoluíram na mente humana justamente porque elas foram as mais eficientes para sua adaptação como um ser social, conforme explicam Leeson e Boettke (2006), ele não era, de modo algum, o que Hayek chamaria de racionalista construtivista. Da mesma forma, ao reconhecer que a ordem social e suas instituições são o resultado da ação humana racional, mas não do desígnio consciente de ninguém, Hayek não pode ser considerado como adepto da revolta contra a razão a que Mises se referia, dirigindo-se, mais especificamente, aos historicistas e aos adeptos de filosofias materialistas e fatalistas da história.

Obviamente, duas pessoas diferentes não vão desenvolver teorias equivalentes ou mesmo complementares em todos os aspectos. Considerando-se que Mises e Hayek nem sempre adotaram o mesmo objeto de pesquisa ou trabalharam juntos, é de se esperar que suas teorias não estejam nos mesmos moldes ou mesmo que não cheguem às mesmas conclusões em todas as questões. Definitivamente, como esse trabalho se propôs a mostrar a partir da

leitura desses dois autores e dos que protagonizaram o debate sobre a desomogeneização, Mises e Hayek são complementares e, portanto, não é sustentável uma tentativa de desomogeneizá-los a partir de recortes muito específicos de seus trabalhos, de modo a classificar qualquer diferenciação de abordagem como um rompimento.

No entanto, como este trabalho parte de uma tentativa de trilhar um caminho intermediário aos conceitos de superação positiva e negativa, conforme os caracteriza Arida (1993), não é a demonstrada perda de relevância que fundamenta a conclusão de que o grupo da desomogeneização adota um esforço equivocado e contraproducente para fundamentar suas visões político-ideológicas, em prejuízo da inserção acadêmica. Na verdade, este trabalho sequer apresenta uma conclusão sobre um grupo “vencedor” do debate a partir da análise quantitativa feita na seção 4.1, já que isso seria aceitar a ideia de “fronteira do conhecimento”.

O que se argumenta aqui é que a divisão dos grupos, forçada pelos defensores da desomogeneização, já é uma derrota para todos que intencionam contribuir para a divulgação da abordagem e das principais ideias Austríacas. Como havia sido mencionado no capítulo 2, a partir de citações de Vaughn (1998), a própria Escola Austríaca, como um todo, passou por um período de isolamento, depois do debate do cálculo econômico, até seu reavivamento com Kirzner, Lachmann e o próprio Rothbard, na década 1970. No entanto, o caráter mais político e ideológico de defesa de ideias anarquistas a partir de discussões éticas que foi se formando a partir dos seguidores dos trabalhos de Rothbard, consolidado no Ludwig von Mises Institute e no “The Quarterly Journal of Austrian Economics”, voltou a provocar um isolamento de, no caso, parte do grupo de economistas identificados com a Escola Austríaca.

Assim, justamente por advogar a divisão em dois paradigmas, Salerno, assim como Herbener, Hoppe, Hülsmann e outros não abordados aqui, acabou ajudando a consolidar essa divisão. Contudo, ela não consiste em paradigmas Misesiano e Hayekiano, mas em ideológico e acadêmico. A abordagem político-ideológica pode ter seus méritos por popularizar a Escola Austríaca entre os leigos interessados a se aprofundar no estudo da economia, mas, para ser mais

impactante entre os economistas, precisa de uma abordagem menos dogmática, mais acadêmica e disposta a absorver contribuições de outros autores-chave da tradição Austríaca além de Mises e Rothbard.

Como afirma Arida (1983), as controvérsias se resolvem não porque uma das teses foi falsificada, mas porque a outra comandou maior poder de convencimento. Desse modo, se os defensores da desomogeneização entre Mises e Hayek adotarem uma postura mais aberta a absorver as contribuições de outros autores Austríacos, em seus contextos específicos, talvez consigam ser mais ouvidos sobre este e outros assuntos, o que é difícil de acreditar que venha a acontecer se a argumentação deles for apenas consequência de sua fidelidade à leitura de Rothbard sobre Mises e Hayek, simpática apenas ao primeiro.

## REFERÊNCIAS

ARIDA, Persio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. **PUC-Rio**, 1983.

BARBIERI, Fábio. O ressurgimento da escola austríaca e a teoria de processo de mercado. **Revista Econômica**, v. 10, n. 2, 2008.

BARBIERI, Fábio. História do debate do cálculo econômico socialista. **Instituto Ludwig von Mises Brasil**, São Paulo, 2013.

BOETTKE, Peter J. The theory of spontaneous order and cultural evolution in the social theory of FA Hayek. **Cultural Dynamics**, p.61-83, 1990.

BOETTKE, Peter J. Economic Calculation. The Austrian contribution to political economy. Advances in Austrian Economics. **George Mason University**, v. 5, p.131-158, 1998.

BOETTKE, Peter J. Teaching Austrian Economics to Graduate Students. **Journal of economics and finance education**, v. 10, n. 2, p. 19, 2011.

BOETTKE, Peter J.; COYNE, Christopher J.; NEWMAN, Patrick. The History of a Tradition: Austrian Economics from 1871 to 2016. In: Research in the History of Economic Thought and Methodology. **Emerald Group Publishing Limited**, 2016.

CALDWELL, Bruce J. Hayek's transformation. **History of Political Economy**, v. 20, n. 4, p.513-541, 1988.

CALDWELL, Bruce. Hayek's challenge: An intellectual biography of FA Hayek. **University of Chicago Press**, 2008.

HAYEK, F. A. Monetary Theory and the Trade Cycle; Translated from the German by N. Kaldor and HM Croome. **Jonathan Cape**, 1933.

HAYEK, F. A. The present state of the debate. Collectivist economic planning, **George Routledge & Sons, Ltd.** p. 201-243, 1935. In: HAYEK, F. A. Individualism and economic order. **University of Chicago Press**, 1948.

HAYEK, F. A. Economics and knowledge. **Economica**, v. 4, n. 13, p. 33-54, 1937. In: HAYEK, F. A. Individualism and economic order. **University of Chicago Press**, 1948.

HAYEK, F. A. Scientism and the study of society. Part I. **Economica**, v. 9, n. 35, p. 267-291, 1943. In: HAYEK, F. A.. The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason, Indianapolis, **Liberty Fund**, 1979.

HAYEK, F. A. The use of knowledge in society. **The American Economic Review**, p. 519-530, 1945. In: HAYEK, F. A. Individualism and economic order. **University of Chicago Press**, 1948.

HAYEK, F. A. Individualism: true and false. **Hodges, Figgis & Company**, 1946. In: HAYEK, F. A. Individualism and economic order. **University of Chicago Press**, 1948.

HAYEK, F. A. Individualism and economic order. **University of Chicago Press**, 1948.

HAYEK, F. A. Degrees of explanation. **The British Journal for the Philosophy of Science**, v. 6, n. 23, p. 209-225, 1955. In: HAYEK, F. A. Studies in philosophy, politics and economics. **University of Chicago Press**, 1967.

HAYEK, F. A. Rules, perception and intelligibility. **Oxf. University Press**, 1962. In: HAYEK, F. A. Studies in philosophy, politics and economics. **University of Chicago Press**, 1967.

HAYEK, F. A. Kinds of rationalism. **The Economic Studies Quarterly**, v. 15, n. 2, p. 1-12, 1965. In: HAYEK, F. A. Studies in philosophy, politics and economics. **University of Chicago Press**, 1967.

HAYEK, F. A. Studies in philosophy, politics and economics. **University of Chicago Press**, 1967.

HAYEK, F. A.. The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason, Indianapolis, **Liberty Fund**, 1979.



HAYEK, F.A. Letter to Hutchinson. **Hoover Institution**, 1981. Apud CALDWELL, Bruce. Hayek's challenge: An intellectual biography of FA Hayek. **University of Chicago Press**, 2008.

HERBENER, Jeffrey M. Calculation and the Question of Arithmetic. **The Review of Austrian Economics**, v. 9, n. 1, p. 151-162, 1996.

HOPPE, Hans-Hermann. Socialism: A property or knowledge problem?. **The Review of Austrian Economics**, v. 9, n. 1, p. 143-149, 1996.

HORWITZ, Steven. Monetary calculation and Mises's Critique of Planning. **History of Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 427, 1998.

HÜLSMANN, Jörg Guido. Knowledge, judgment, and the use of property. **The Review of Austrian Economics**, v. 10, n. 1, p. 23-48, 1997.

HÜLSMANN, Jörg Guido. Mises: The last knight of liberalism. **Ludwig von Mises Institute**, 2007

KIRZNER, Israel M. The economic calculation debate: lessons for Austrians. **The Review of Austrian economics**, v. 2, n. 1, p. 1-18, 1988.

KIRZNER, Israel M. Competition and entrepreneurship. **University of Chicago Press**, 2015.

LACHMANN, Ludwig M. Die geistesgeschichtliche Bedeutung der österreichischen Schule in der Volkswirtschaftslehre. **Journal of Economics**, v. 26, n. 1, p. 152-167, 1966. In: LACHMANN, Ludwig M. Capital, expectations and the market process. **Kansas City**, 1977.

LACHMANN, Ludwig M. From Mises to Shackle: an essay on Austrian economics and the kaleidic society. **Journal of economic literature**, v. 14, n. 1, p. 54-62, 1976. In: PRYCHITKO, David L. (Ed.). Why economists disagree: An introduction to the alternative schools of thought. **SUNY Press**, 1998.

LACHMANN, Ludwig M. Capital, expectations and the market process. **Kansas City**, 1977.

LAVOIE, Don. A critique of the standard account of the socialist calculation debate. **Journal of Libertarian Studies**, v. 5, n. 1, p. 41-87, 1981.

LEE, Frederic S. et al. Research quality rankings of heterodox economic journals in a contested discipline. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 69, n. 5, p. 1409-1452, 2010.

LEESON, Peter T.; BOETTKE, Peter J. Was Mises Right?. **Review of Social Economy**, v. 64, p.247-265. 2006.

LEWIS, Paul A. Hayek: from economics as equilibrium analysis to economics as social theory. **Edward Elgar Publishing**, p.1-24. 2014.

LUDWIG VON MISES INSTITUTE: Disponível em <https://mises.org/about-mises/what-is-the-mises-institute>, acessado em 24 de outubro de 2017.

MENGER, Carl. Principles of Economics. James Dingwall and Bert F. Hoselitz, trans. **New York University**, 1976.

MISES, Ludwig von. A Critique of Interventionism. **Ludwig von Mises Institute**, 1977.

MISES, Ludwig von. Theory and history. **Ludwig von Mises Institute**, 1985.

MISES, Ludwig von. Human action. **Ludwig von Mises Institute**, 2004.

MISES, Ludwig von. Interventionism: An economic analysis. **Liberty Fund**, 2011.

MISES, Ludwig von. The theory of money and credit. **Skyhorse Publishing, Inc.**, 2013.

MISES, Ludwig von. Socialism: An economic and sociological analysis. **Lulu Press, Inc.**, 2015.

MISES, Ludwig von. Economic calculation in the socialist commonwealth. **Lulu Press, Inc.**, 2016.

O'DRISCOLL JR, G.P.; RIZZO, M.J. Austrian economics re-examined: the economics of time and ignorance. **Routledge**, 1996.

PRYCHITKO, David L. (Ed.). Why economists disagree: An introduction to the alternative schools of thought. **SUNY Press**, 1998.

ROTHBARD, Murray N. The end of socialism and the calculation debate revisited. **The Review of Austrian Economics**, v. 5, n. 2, p.51-76. 1991.

SALERNO, Joseph T. Ludwig von Mises as social rationalist. **The Review of Austrian Economics**, v. 4, n. 1, p. 26-54, 1990.

SALERNO, Joseph T. Postscript, to Mises, Economic Calculation in the Socialist Commonwealth. In: MISES, Ludwig von. Economic calculation in the socialist commonwealth. **Lulu Press, Inc.**, 1990b.

SALERNO, Joseph T. Mises and Hayek dehomogenized. **The Review of Austrian Economics**, v. 6, n. 2, 1993.

SALERNO, Joseph T. Reply to Leland B. Yeager on "Mises and Hayek on Calculation and Knowledge". **The Review of Austrian Economics**, v. 7, n. 2, p. 111-125, 1994.

SELGIN, G. Praxeology and Understanding. Auburn: **Ludwig von Mises Institute**, 1990.

SIMPLE IMPACT FACTOR FOR JOURNALS. Disponível em <https://ideas.repec.org/top/top.journals.simple.html>, acessado em 24 de outubro de 2017.

SOROMENHO, Jorge Eduardo de Castro. Hayek, Hicks e a ascensão do Walrasianismo. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 219-244, 2012.

THE QUARTERLY JOURNAL OF AUSTRIAN ECONOMICS. Disponível em: <http://mises.org/library/quarterly-journal-austrian-economics>, acessado em 24 de outubro de 2017.

THE REVIEW OF AUSTRIAN ECONOMICS. Disponível em: <https://link.springer.com/journal/11138>, acessado em 24 de outubro de 2017.

VAUGHN, Karen I. Austrian economics in America: The migration of a tradition. **Cambridge University Press**, 1998.

YEAGER, Leland B. Mises and Hayek on calculation and knowledge. **The Review of Austrian Economics**, v. 7, n. 2, p. 93-109, 1994.

YEAGER, Leland B. Calculation and knowledge: Let's write finis. **The Review of Austrian Economics**, v. 10, n. 1, p. 133-136, 1997.